



**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA,
REVISÃO E REDAÇÃO**

SESSÃO: 042.2.55.O

DATA: 17/03/16

TURNO: Matutino

**TIPO DA SESSÃO: Deliberativa
Extraordinária - CD**

LOCAL: Plenário Principal - CD

INÍCIO: 10h

TÉRMINO: 15h02min

DISCURSOS RETIRADOS PELO ORADOR PARA REVISÃO

Hora	Fase	Orador
10:28	BC	CLAUDIO CAJADO

Obs.:

Ata da 42ª Sessão da Câmara dos Deputados, Deliberativa Extraordinária, Matutina, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, em 17 de março de 2016.

Presidência dos Srs.:

Eduardo Cunha, Presidente.

Carlos Manato, Delegado Edson Moreira, nos termos do §2º do artigo 18 do Regimento Interno.

ÀS 10 HORAS COMPARECEM À CASA OS SRS.:

Eduardo Cunha

Waldir Maranhão

Giacobo

Beto Mansur

Felipe Bornier

Mara Gabrilli

Alex Canziani

Mandetta

Gilberto Nascimento

Luiza Erundina

Ricardo Izar



I - ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 147 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II - LEITURA DA ATA

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA, servindo como 2º Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, aprovada.

III - EXPEDIENTE

(Não há expediente a ser lido)



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Passa-se às

IV - BREVES COMUNICAÇÕES



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Eu gostaria de ler o edital de convocação desta Sessão Deliberativa Extraordinária, para que não parem dúvidas e nenhum Deputado possa questioná-la no futuro.

Edital de convocação de Sessão Deliberativa Extraordinária:

“Convoco Sessão Deliberativa Extraordinária da Câmara dos Deputados, a ser realizada amanhã, quinta-feira, dia 17 de março de 2016, às 10 horas, no Plenário Ulysses Guimarães, com a seguinte Ordem do Dia:

ITEM ÚNICO

Eleição da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre denúncia por crime de responsabilidade contra a Presidente da República, Sra. Dilma Vana Rousseff, oferecida pelos Srs. Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaina Conceição Paschoal

Brasília, 16 de março de 2016

19h52min

Eduardo Cunha”



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Antes de dar início aos trabalhos, eu queria fazer um registro muito especial.

É com muita honra e com muito prazer que este Presidente está recebendo na nossa Casa o Deputado Estadual Amaro Neto, que foi o mais votado no Estado do Espírito Santo. Ele é apresentador do programa *Balanço Geral*, que tem a maior audiência no Estado do Espírito Santo, e veio hoje a Brasília fazer a cobertura jornalística da instalação da Comissão que vai analisar o processo de *impeachment*.

Ele também defende o *impeachment* e veio fazer essa cobertura total, mostrando que, além de Deputado Estadual responsável e de grande apresentador, está por dentro das coisas.

Deputado Amaro Neto, é um prazer, uma honra muito grande recebê-lo nesta Casa. Seja bem-vindo muitas vezes! Que Deus o abençoe na sua grande caminhada!



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra, por 1 minuto, à primeira oradora inscrita, nobre Deputada Raquel Muniz, de Minas Gerais, sempre muito respeitosa com esta Presidência. Estamos ansiosos para ouvi-la.

A SRA. RAQUEL MUNIZ (Bloco/PSC-MG. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, acompanhamos atentamente ontem toda a manifestação no Brasil. Percebi, tanto na Câmara e no Senado como no entorno do Palácio do Planalto, que nós temos uma unanimidade: queremos que o Brasil volte a crescer; queremos que o Brasil melhore.

Pensando nisso, lembro-me da minha cidade de Montes Claros, localizada no norte de Minas Gerais. Mesmo com toda essa dificuldade que o País enfrenta o Prefeito Ruy Muniz, na semana passada, nos apresentou um pacote de obras.

Portanto, eu acredito — sou uma mulher de fé — que o Brasil tem jeito, e o jeito quem dá é cada um de nós.

Peço que seja dado como lido e divulgado nos meios de comunicação da Casa o meu pronunciamento.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Eu é que agradeço, nobre Deputada.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem presenciei as manifestações em nossa capital. É notório na Câmara, no Senado e no Palácio do Planalto o objetivo do protesto: todos querem que o Brasil volte a crescer.

E em Montes Claros não poderia ser diferente com a presença do nosso Prefeito Ruy Muniz, que na semana passada lançou um pacote de obras para



beneficiar a população e colaborar para o crescimento da nossa cidade mesmo com as dificuldades do cenário atual.

Eu sou uma mulher de fé e acredito em um Brasil melhor. Sei que o povo está nas ruas para que o Brasil volte aos trilhos do desenvolvimento. Devemos fazer a nossa parte para alcançar uma Nação melhor para os brasileiros. Podem contar comigo nessa luta!



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra à nobre Deputada Carmen Zanotto, do PPS de Santa Catarina, por 1 minuto.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (PPS-SC. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero lamentar o desrespeito para com a população brasileira que foi às ruas no último domingo representado pelas medidas tomadas pelo Governo Federal para conduzir o ex-Presidente Lula à condição de Ministro de Estado. Lamento porque acredito que o País tem um novo Presidente a partir da sua posse, ainda mais pelos fatos que aconteceram ontem à noite.

Sr. Presidente, peço o registro nos Anais desta Casa e a divulgação nos veículos internos de comunicação de pronunciamento que faço sobre a 3ª Vindima de Altitude, festa da colheita da uva de altitude. As vinícolas do Município de São Joaquim e da região serrana comemoram esse período. Essas vinícolas fazem a diferença em nossa região com a produção de vinhos de qualidade, inclusive vinhos ganhadores de prêmios internacionais.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Eu é que agradeço, nobre Deputada.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, a cidade de São Joaquim, na Serra Catarinense, é sede oficial da 3ª Vindima de Altitude, que vai até o dia 27 de março. O evento é realizado anualmente para celebrar a colheita da uva de altitude em Santa Catarina. Além de São Joaquim, a vindima é realizada simultaneamente nas vinícolas participantes, das cidades de Urubici, Lages, Videira, Campo Belo, Treze Tílias e Água Doce.



O evento conta com diversas atividades e visitação às vinícolas, com um circuito cultural itinerante gratuito, com apresentações musicais — música instrumental, erudita e jazz — e exposições de arte. A expectativa é de receber 50 mil visitantes.

De acordo com a Associação dos Vinhos Finos de Altitude — ACAVITIS existem 35 produtores de vinhos de altitude na região. Juntos eles cultivam 600 hectares de uvas de diversas variedades. No ano passado foram produzidas 1,2 milhão de garrafas de vinhos finos, gerando 2 mil empregos diretos.

A previsão da colheita das uvas de altitude em Santa Catarina, que ocorre entre os meses de março e maio, é de atingir 1,2 milhão de toneladas este ano — redução de 20% a 30% em relação a 2015.

A viticultura é a segunda maior atividade econômica de São Joaquim. No ano passado o setor movimentou cerca de R\$ 200 milhões. Em apenas 15 anos de produção, a região deu um salto na qualidade dos vinhos finos, tendo muitos deles recebido premiações nacionais e internacionais.

É importante destacar o empreendedorismo de homens e mulheres que acreditam nesse novo setor e investem na região. A Serra Catarinense ainda tem um grande potencial a ser desenvolvido, principalmente no turismo e enoturismo. Durante muitos anos a região foi considerada a mais pobre do Estado de Santa Catarina. No entanto, iniciativas como essa estão mudando essa realidade e contribuindo para o crescimento da região.

Peço que o presente pronunciamento seja registrado nos Anais desta Casa e divulgado no programa *A Voz do Brasil*.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Delegado Edson Moreira. S.Exa. dispõe de 1 minuto na tribuna.

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (Bloco/PR-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Presidente da República não pode usar o cargo para cometer crimes. O que ela fez ontem ao nomear para o Ministério o denunciado pela Justiça Lula, para lhe dar prerrogativa de foro e levar a condução do processo de Curitiba para o Supremo Tribunal Federal, é crime, é obstrução da Justiça.

Portanto, Sr. Presidente, são fatos gravíssimos.

Hoje será instalada a Comissão que analisará o *impeachment*. Com certeza serão trazidos para o bojo desse processo fatos gravíssimos. Não pode a Presidente da República tirar o foro do Juiz Sérgio Moro e trazer Lula, criminoso, para dentro do Palácio do Planalto. Isso é como dar um tapa na cara da sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Carlos Hauly, do PSDB do Paraná.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, começamos o dia hoje orando em uma missa na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB, presidida pelo Bispo Dom Luiz, que vai para São Paulo. Estiveram presentes vários padres, muitos Deputados e Senadores, rogando a Deus que abençoe o Brasil, o povo brasileiro, sabendo que quem mais sofre nas crises são os pobres, são os trabalhadores mais simples da sociedade.

Neste momento crítico, em que o Brasil está sagrando por tantos problemas provocados pelo Governo que afligem a Nação brasileira, peço a Deus que, na sua infinita bondade, ilumine o povo brasileiro, os governantes, este Congresso e, principalmente, o Palácio do Planalto.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Zé Geraldo, do PT do Pará.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero cobrar da Mesa resposta ao requerimento a ela encaminhado pelo nosso Líder.

Trata-se do Requerimento nº 4.159, de 2016, que tem o seguinte teor:

“Requeiro, nos termos do art. 114, inciso IX, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, informações, por escrito, acerca da ordem dos trabalhos e dos procedimentos referentes à eleição dos membros que comporão a Comissão Especial destinada à apreciação de denúncia por crime de responsabilidade em desfavor da Presidenta da República, a fim de garantir o cumprimento da decisão do Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADPF nº 378/DF:

‘É incompatível com o art. 58, caput e § 1º, da Constituição, que os representantes dos partidos políticos ou blocos parlamentares deixem de ser indicados pelos líderes, na forma do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, para serem escolhidos de fora para dentro, pelo Plenário, em violação à autonomia partidária. Em rigor, portanto, a hipótese não é de eleição. Para o rito de impeachment em curso, contudo, não se considera inválida a realização de eleição pelo Plenário da Câmara, desde que limitada, tal como ocorreu no caso Collor, a



ratificar ou não as indicações feitas pelos líderes dos partidos ou blocos, isto é, sem abertura para candidaturas ou chapas avulsas. Procedência do pedido.'

Outrossim, tendo em conta a eventual necessidade de resguardar os direitos dos parlamentares, requiero seja tal informação prestada até o início da sessão extraordinária deliberativa marcada para as 10 horas do dia 17 de março de 2016."

Peço que a Mesa responda ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito bem, nobre Deputado. Vamos acolher e dar como lido o pedido de V.Exa. e autorizar sua divulgação no programa *A Voz do Brasil*.

Na oportunidade certa daremos a resposta. Pode encaminhá-lo à Mesa, que o acolherá.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra o nobre Deputado Esperidião Amin, do PP de Santa Catarina, por 1 minuto.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é impossível deixar de registrar este momento de grave apreensão que a sociedade brasileira vive. E, muito mais do que tomar partido, é preciso uma reflexão muito profunda a respeito dos hábitos, costumes e especialmente vícios que se vêm entranhando na prática da política e da administração pública.

Toda crise, ensinam os chineses e seus ideogramas, a sua escrita, representa também uma oportunidade.

Eu darei a minha modesta contribuição para que façamos desta crise uma oportunidade de nos revermos todos e de o Governo se reinventar.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Hélio Leite, do Democratas do Pará.

O SR. HÉLIO LEITE (DEM-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero comunicar ao Brasil, especialmente ao meu Estado do Pará, que assumimos a Presidência do Democratas no Estado do Pará.

Nessa função, vamos desenvolver um trabalho muito profícuo, buscando constituir mais diretórios nos Municípios, fortalecer candidatos a Prefeito, a Vice-Prefeito, a Vereador, para que nós possamos estar preparados para disputar a eleição que está chegando, haja vista o crescimento do nosso partido, que tem uma postura definida aqui em Brasília, tem membros de alta qualidade e sabe o que quer.

Com certeza, esse trabalho é importante para fortalecer o Democratas cada vez mais, com a compreensão de que é preciso passar o País a limpo, tomando medidas para que tal aconteça, com muita lisura, transparência e a obrigação dos homens públicos de se engajarem cada vez na construção de um País muito melhor.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Daniel Coelho, do PSDB de Pernambuco, por 1 minuto.

O SR. DANIEL COELHO (PSDB-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero destacar um fato histórico ocorrido ontem.

Ao meio-dia, encontrava-me com alguns Líderes da Oposição aqui na Câmara quando nós tivemos a ideia de levar à frente do Palácio do Planalto a faixa que demonstrava a insatisfação não só da Oposição, mas também de toda a população brasileira com a tentativa da Presidente Dilma e do ex-Presidente Lula de dar um golpe na democracia brasileira, nomeando-o Ministro para obstruir os trabalhos da Justiça.

Naquele momento, fizemos três ou quatro ligações, mobilizamos cerca de 50 pessoas e achamos que seria aquele o ato às 5 horas da tarde.

Mas, para nossa grata surpresa, mais de 5 mil pessoas, espontaneamente, sem mobilização, vieram às ruas. Em todo o Brasil houve mobilizações para mostrar que o gigante acordou. O povo brasileiro não vai ficar calado e não vai aceitar golpe na democracia. Os culpados serão condenados e cassados. Assim acontecerá no País.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Vicentinho Júnior, do PR de Tocantins, por 1 minuto.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (Bloco/PR-TO. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria comunicar aqui que ontem houve uma audiência histórica para o meu Estado de Tocantins, para a minha cidade de Porto Nacional e para a nossa capital, Palmas. Lá no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes — DNIT, reunidos com o Diretor-Geral, Dr. Valter Casimiro, conseguimos corrigir um erro histórico cometido com essas duas cidades de Tocantins. Elas foram tiradas do traçado original da BR-010 quando, no Governo FHC, essa BR foi desviada. Tiraram Porto Nacional e Palmas.

E ontem, em audiência com o Dr. Valter Casimiro, com o Dr. André Nunes e com Carlos Barros, tivemos a garantia do DNIT de que seria feita a correção desse erro histórico de maneira a incluir novamente Porto Nacional e Palmas no traçado da BR-010.

Com isso, podemos agora, aqui por Brasília, no Ministério dos Transportes, fazer política de resultado e levar mais benefícios para o nosso Município de Porto Nacional e para a capital, Palmas.

Agradeço de forma muito especial ao Governo Federal, ao Ministério dos Transportes e ao DNIT.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado Paulo Feijó, do PR do Rio de Janeiro, por 1 minuto.

O SR. PAULO FEIJÓ (Bloco/PR-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero fazer aqui um reconhecimento em relação à importância do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego — PRONATEC para os milhões de jovens no Brasil que precisam dessa oportunidade na área de educação.

O Governo está planejando aumentar de 1 milhão e 300 mil vagas para 2 milhões de vagas agora em 2016. Esperamos que não deixe faltar recursos, porque no ano de 2015 muitos professores ficaram sem receber os seus vencimentos.

Então, ao mesmo tempo em que nós parabenizamos o Governo por essa iniciativa de oportunizar o ensino técnico a esses milhões de jovens, nós vamos acompanhar para que o Governo ofereça toda a estrutura necessária visando ao êxito desse importante programa na área educacional que é o PRONATEC .

Peço a V.Exa. que considere meu pronunciamento como lido e autorize a sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - V.Exa. será atendido, nobre Deputado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados; senhoras e senhores presentes; crianças, jovens, senhoras e senhores, especialmente pessoas com deficiência, que me acompanham pela *Rádio Câmara*, *TV Câmara*, Internet, redes sociais e, inclusive, pela Língua Brasileira de Sinais — Libras, em particular os ilustres cidadãos do meu Estado do Rio de Janeiro, a quem tenho o orgulho de aqui



representar, a educação é o único instrumento capaz de construir uma nação mais próspera. Por isso, cumprimento o Governo Federal pelo anúncio de novas vagas para o sistema de acesso ao ensino técnico profissionalizante.

Considero um avanço, Sr. Presidente, se for consolidada as projeção do Ministério da Educação de oferta de 2 milhões de vagas no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego — PRONATEC.

Digo isso, colegas Deputados, porque todos nós sabemos das dificuldades que o Brasil vive e dos graves problemas que se acumulam na gestão federal, principalmente no que diz respeito aos repasses de recursos para convênios e contratos com Municípios, Estados e terceiros. No ano passado o programa teve dificuldades financeiras e vários professores tiveram seus salários atrasados.

Desejamos realmente que essa oferta se materialize, porque representa a perspectiva de mais jovens tendo acesso ao ensino técnico, que irá, sem dúvida, abrir portas do mercado de trabalho e garantir uma nova realidade para eles e suas famílias.

Nos Municípios do interior do Estado do Rio de Janeiro, notadamente os de pequeno porte, é muito grande a carência de vagas em escolas públicas de ensino técnico e profissionalizante.

Por isso, é de se elogiar o anúncio, Sr. Presidente. Que possamos ver esse volume de vagas realmente se confirmar na prática, superando a quantidade oferecida em 2015, quando foram disponibilizadas 1,3 milhão de matrículas.

O total de vagas regulares para 2016, colegas Deputados, foi dividido, sendo 1,6 milhão para cursos de qualificação profissional de curta duração, de até 2



meses, enquanto as outras cerca de 400 mil serão disponibilizadas em cursos técnicos de duração maior, de 2 a 3 anos.

É uma aposta acertada, porque entendemos que os cursos de pequena duração têm o condão de preparar o jovem de forma mais dinâmica e ágil para que ele possa iniciar sua trajetória profissional, empregando-se mais imediatamente.

Criado em 2011, o PRONATEC é um programa voltado para a capacitação profissional técnica de jovens e adultos. Desde sua implementação foram geradas 9,4 milhões de matrículas entre 2011 e 2015, em 4,3 mil Municípios.

Ao término deste breve pronunciamento, desejo que seja possível para o Governo Federal viabilizar a nova etapa do PRONATEC, que tem a meta audaciosa de gerar mais 12 milhões de matrículas até 2018.

Muito obrigado!



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra o nobre Deputado Misael Varella, por 1 minuto.

O SR. MISAEL VARELLA (DEM-MG. Sem revisão do orador.) - Bom dia, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares.

Diante das circunstâncias econômicas, políticas e sociais desfavoráveis, a educação surge como agente transformador de nossa realidade. No entanto, um estudo elaborado pelo Instituto Alfa e Beto e divulgado pelo Portal UOL mostra que apenas 10% dos alunos do ensino médio de escolas estaduais possuem níveis satisfatórios de conhecimento.

É preciso salvar a educação brasileira e a juventude que cuidará do futuro do País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Peço que meu discurso seja dado como lido e divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

V.Exa. será atendido.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, diante das circunstâncias econômicas, políticas e sociais desfavoráveis, a educação surge como agente transformador de nossa realidade. No entanto, um estudo elaborado pelo Instituto Alfa e Beto e divulgado pelo Portal UOL mostra que apenas 10% dos alunos do ensino médio de escolas estaduais possuem níveis satisfatórios de conhecimento. É preciso salvar a educação brasileira e a juventude que cuidará do futuro do País.



Os resultados dos alunos foram divididos em 5 graus de desempenho, sendo 1 o mínimo e 5 o máximo. Cerca de 80% dos alunos da rede estadual de ensino não obtiveram “*mínimo adequado para concluir o ensino médio*”. Entre os estudantes matriculados no terceiro ano do ensino médio, essa margem aumenta para 90%.

A organização não governamental da área educacional, com sede em Brasília, analisou dados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) de 2014, com base no relatório *ENEM por Escola*, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). O levantamento aponta um “*baixo índice de estudantes com habilidades mínimas e provoca uma reflexão sobre a qualidade da formação dos jovens na rede pública*”.

Tenho dito.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Hauly.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço à Mesa e à Casa o registro de projeto de decreto legislativo que susta os efeitos da Medida Provisória nº 717, de 16 de março de 2016. Nessa medida provisória a Presidente Dilma cria novos cargos na administração, o que é uma afronta clara à lei e à Constituição brasileira.

“Tal assertiva é válida, também, para a administração pública, à qual é defeso infligir qualquer sorte de distinção restritiva ou privilégios, especialmente por força do caput do art. 37, que reza que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.”
(Telmo da Silva Vasconcelos — *O princípio constitucional da impessoalidade e a privatização dos espaços públicos.*)

Trata-se especialmente do novo cargo criado para o Ministro Jaques Wagner, que representa, como já dito, uma afronta à Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado .Luiz Carlos Hauly.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado Delegado Edson Moreira. S.Exa. tem 3 minutos na tribuna.

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (Bloco/PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, conforme eu disse anteriormente, são muito graves os fatos que estão acontecendo a partir da condução coercitiva do ex-Presidente Lula.

Ele cometeu crimes. Aliás, foi ele quem chefiou a quadrilha. E o crime de quadrilha urbana é um crime permanente. Caberia até, no caso, a prisão em flagrante. Mas deixemos passar.

O fato gravíssimo desse Governo é que dará posse, consumando um crime de obstrução da Justiça, ao ex-Presidente Lula, dando-lhe foro privilegiado, tirando-o da jurisdição do Juiz Sérgio Moro. É muito grave, Sr. Presidente.

O Brasil não pode conviver com essa Presidente que usa do cargo para cometer crimes escancaradamente. O crime está cometido a partir do momento em que assina ato de nomeação para proteger um criminoso contumaz, que desde 2003, quando tomou posse, fez o mensalão, fez o petrolão, fez tudo, cometeu crimes, “esfaqueando”, “baleando” a sociedade brasileira. É muito grave.

Como vamos dar voz de prisão a um criminoso comum se o maior dos criminosos, que foi Presidente da República, hoje está sendo protegido pela Presidência da República? Isso é muito grave. Eu não sei nem como me expressar, nem como falar de tamanho crime.

Eu gostaria imensamente que a Presidente criasse vergonha na cara e renunciasse ao cargo, porque ela não é digna de ser Presidente da República do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra à Deputada Carmen Zanotto; depois, em permuta, ao Deputado Claudio Cajado.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (PPS-SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, eu retomo um assunto que abordei na manhã de hoje: as manifestações do último domingo. Quase 4 milhões de brasileiros, em todos os Estados, incluindo Santa Catarina, especialmente a minha cidade, Lages, ordeiramente foram às ruas pedir o fim da corrupção e o fortalecimento da Polícia Federal, do Ministério Público e do Judiciário brasileiro.

Lamentavelmente, nesta semana, a resposta que a população recebeu, em princípio, foi a possibilidade de o ex-Presidente da República assumir um Ministério. No dia de ontem, o que era uma possibilidade tornou-se realidade.

Eu poderia dizer, sem medo de errar, que talvez, juridicamente, até o meio da tarde de ontem não houvesse nenhum impedimento legal, mas que, com certeza absoluta, é uma manobra imoral. É como nós dizermos a esse conjunto de homens e mulheres que estão pedindo o fim da corrupção que nada valeu o seu esforço, que o nosso País não vai mudar.

Nós podemos deixar de destacar os avanços obtidos pelo País — precisamos avançar cada vez mais. Agora, não é por causa dos avanços que vamos permitir o retrocesso, a corrupção e a obstrução à Justiça. A lei vale para todos, independentemente do cargo que ocupamos, e precisa ser aplicada ao conjunto dos brasileiros.

O ex-Presidente Lula assumir um Ministério significa, absolutamente — alguns podem inclusive dizer o contrário —, o enfraquecimento da Presidente Dilma.



Ela pode tirar férias, pode ir para o sítio, pode fazer o que quiser, porque é ele quem vai mandar no País. Lula vai ser o novo Presidente. Ele está assumindo a Presidência sem ter disputado as eleições. Nós passaremos a ser presididos pelo ex-Presidente da República, que não à toa está sendo sempre chamado de Presidente. Ele será, sim, o Presidente a partir da sua posse no cargo de Ministro de Estado, mesmo com o agravamento da situação e das denúncias que veicularam no fim da tarde e início da noite de ontem, quando a população foi às ruas para se manifestar contra isso. É lamentável!

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que meu pronunciamento seja considerado como lido e divulgado nos veículos de comunicação da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - V.Exa. será atendida.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, milhões de brasileiros foram às ruas no último domingo, 13 de março. O manifesto é considerado o maior protesto nacional contra o Governo do País.

Houve manifestações contra a Presidente da República, Dilma Rousseff, o ex-Presidente Lula e o PT em todos os Estados do País, em mais de 300 Municípios. O maior protesto ocorreu na Avenida Paulista, em São Paulo.

Segundo o levantamento realizado pela Polícia Militar, o protesto levou 3,6 milhões de pessoas às ruas do País. O maior número de participantes havia sido registrado no protesto de 15 de março do ano passado: 2,4 milhões, segundo a PM, e 3 milhões, pelos dados dos organizadores.



Na capital paulista, a Polícia Militar estima que cerca de 1,4 milhão de pessoas estiveram no ato. Segundo o Instituto Datafolha, o protesto reuniu 500 mil pessoas. Já o movimento Vem Pra Rua, um dos organizadores, contabilizou 2,5 milhões de pessoas na Avenida Paulista.

No Rio de Janeiro os organizadores falaram em 1 milhão de pessoas na Praia de Copacabana. A PM não divulgou números.

Grande parte dos manifestantes vestia verde e amarelo e levava cartazes contra a corrupção, o Governo Federal e o PT.

Além de pedirem a saída de Dilma, várias pessoas protestaram contra o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e lembraram que na semana passada o Ministério Público de São Paulo pediu a prisão preventiva do líder petista.

Outro nome citado nos atos, mas de maneira positiva, foi o do juiz da Operação Lava-Jato. Sérgio Moro foi exaltado em faixas em diversas cidades brasileiras.

Em Brasília, integrantes de movimentos *pró-impeachment* da Presidente Dilma Rousseff ocuparam a Esplanada dos Ministérios para uma marcha entre o Museu da República e o Congresso Nacional. Seis carros de som acompanharam a marcha.

A Polícia Militar estimou em 100 mil o número de participantes na manifestação em Brasília. Para os organizadores havia 200 mil.

Em Santa Catarina, de acordo com a Polícia Militar, cerca de 327 mil pessoas participaram do ato. A maior concentração de pessoas deu-se na capital. O ato começou às 16 horas e encerrou-se às 18 horas, quando o público cantou o Hino



Nacional. Segundo os organizadores, 100 mil pessoas estavam reunidas na Avenida Beira-Mar. A PM informou que havia 95 mil manifestantes.

Foram realizados protestos em diversas cidades do Estado, como Lages, Curitiba, Fraiburgo, Capinzal, Ouro, Urubici, Xanxerê, São Miguel do Oeste, Canoinhas, Gaspar e Turvo.

Em Lages, estima-se que 14 mil pessoas tenham participado do movimento. Vestidos de verde e amarelo, os lageanos percorreram as principais ruas da cidade para protestar contra a corrupção.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que este pronunciamento seja registrado nos Anais desta Casa e divulgado no programa *A Voz do Brasil*.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra o nobre Deputado Claudio Cajado. S.Exa. tem 3 minutos na tribuna.

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM-BA. Sem revisão do orador.) -

DISCURSO DO SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO QUE, ENTREGUE AO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ POSTERIORMENTE PUBLICADO.

(Discurso a ser publicado na Sessão nº 064, de 01/04/16.)



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Hauly. S.Exa. dispõe de 3 minutos na tribuna.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, como eu disse, depois dos eventos nefastos de ontem, produzidos pela Presidente Dilma ao nomear o ex-Presidente Luiz Inácio “Jim Jones” Lula da Silva, com o povo quase invadindo o Palácio do Planalto, hoje amanhecemos orando pelo Brasil numa missa na CNBB.

Agora estou aqui para dizer que, mesmo com o Supremo, nos últimos meses, atrasando o processo de *impeachment*, finalmente a partir do meio-dia deveremos iniciar a votação da Comissão processante.

Espero que haja equilíbrio na nomeação desses membros, considerando a indução feita pelo Supremo. Para mim, Parlamentar há 25 anos nesta Casa, houve uma intervenção indevida no Regimento Interno da Casa em relação a um rito processante que já tinha o antecedente do impedimento do ex-Presidente Fernando Collor. O que o Supremo fez? Jogou com o Palácio do Planalto, com o Presidente Lula, com a Presidente Dilma.

Quem votou nesse rito processante votou contra o interesse nacional. Isso ficou bem claro. Digo isso do alto dos meus 25 anos de mandato. E posso dizer isso ao Supremo Tribunal Federal, sim.

Mesmo com o rito definido pelo STF nós vamos votar a Comissão processante. Espero que ela esteja equilibrada entre governistas e opositores. Eu não tenho dúvida de que hoje já são 400 Deputados favoráveis ao *impeachment*, 100 Deputados contrários, e 13 — 13! — vão fugir na hora da votação.



Então, essa é a minha convicção. Se votarmos hoje, a Comissão será instalada ainda hoje. Será dado o prazo de defesa à Presidente Dilma e, se Deus quiser e abençoar o Brasil, em menos de 2 meses estaremos livres dela, do PT e do ex-Presidente Lula.

Espero que cada um que deve a este País pague na Justiça, seja de que partido for. O que nós queremos é passar o Brasil a limpo a partir do *impeachment* da Presidente Dilma. Se o Vice-Presidente tiver condições, fica; se não tiver, também sofrerá *impeachment*. O Presidente da Câmara, que está com processo na Justiça, já está impedido e não tem nenhuma condição de estar na linha sucessória. Entendo que o Presidente do Senado está na mesma situação do Presidente desta Casa. Que o Presidente do Supremo assuma, então, e marque eleições gerais ainda neste ano.

Espero que o País se livre dessas pessoas. Precisamos começar uma nova etapa na vida deste País, porque o povo pobre está pagando caro com o desemprego, com a falta de salário, de comida, com a inadimplência — 58 milhões de pessoas estão inadimplentes hoje.

É uma situação dramática, jamais vista na história brasileira, Presidente Carlos Manato.

Que Deus abençoe o Brasil e ilumine a Presidente Dilma para que renuncie ao cargo e liberte o seu povo.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Célio Silveira, por 1 minuto.

O SR. CÉLIO SILVEIRA (PSDB-GO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na linha do que disse o Deputado Luiz Carlos Hauly, quero aqui manifestar minha solidariedade ao povo brasileiro, principalmente as mulheres, por causa das palavras horrorosas proferidas ontem em gravação pelo ex-Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, que proferiu termos horríveis para as mulheres. Muitas que votaram nele, com certeza, não vão votar mais.

O País, em ebulição, precisa urgentemente da renúncia da Presidente Dilma Rousseff, que não tem mais condições de administrar um país da grandeza do Brasil.

Por isso, fora Dilma! Fora PT!

Viva o povo brasileiro pelas grandes manifestações realizadas em todo o País!

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Eu gostaria de registrar a presença, aqui em plenário, de dois Deputados Estaduais do Rio Grande do Sul: o Vilmar Perin Zanchin e o Ronaldo Santini, Vice-Presidente da Assembleia Legislativa do Estado.

É uma honra tê-los conosco, ainda mais quando acompanhados pelos Deputados Federais Afonso Motta, Carlos Gomes e Ronaldo Nogueira. V.Exas. não poderiam estar mais bem acompanhados.

Vamos acompanhar a instalação da Comissão do Impeachment.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Nobre Deputado Zé Geraldo, muito obrigado. V.Exa. tem 3 minutos.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu vou iniciar a minha fala cobrando resposta ao requerimento que o nosso Líder encaminhou a esta Mesa, ontem, e ao requerimento que eu encaminhei, às 10h14min, pedindo informações.

“Nos termos do art. 114, inciso IX, do Regimento Interno desta Câmara dos Deputados, requeremos a V.Exa. informações acerca da ordem dos trabalhos e dos procedimentos referentes à eleição dos membros que irão compor a Comissão Especial destinada a dar parecer sobre denúncia por crime de responsabilidade contra a Presidenta da República, notadamente:

a) sobre a eleição dos membros da Comissão Especial ocorrer em ato único, em apenas uma votação;

b) na hipótese de os nomes indicados não serem ratificados pelo Plenário, sobre a possibilidade de o Líder (e apenas ele) ter autonomia para efetuar as mudanças que julgar necessárias.”

Espero, Sr. Presidente, que nós tenhamos esse pedido respondido por escrito. E quero antecipar que a nossa bancada não vai aceitar nem um milímetro a mais ou a menos daquilo que decidiu o Supremo Tribunal Federal. Espero que o Presidente desta Casa tenha bom senso e realmente facilite a tramitação dessa matéria com normalidade.



Com certeza, todos os partidos já estão entregando ou entregarão os nomes dos seus membros que comporão esta Comissão Especial. O PT já está com seus oito nomes, dos titulares e dos suplentes, prontos para entrega.

E nós queremos cobrar, mais uma vez, a resposta por escrito a esses dois requerimentos: o que foi encaminhado pelo nosso Líder e o que eu encaminhei a V.Exa., a esta Mesa, nesta manhã, às 10h14min.

Aproveito este momento para lamentar e deixar registrada — e peço que se divulgue nos meios de comunicação desta Casa — a tentativa de os golpistas, a cada semana, prepararem fatos para levar gente às ruas. Ontem, numa ação de desespero, liderados pela grande mídia, tentaram transformar em um bicho de sete cabeças um comunicado que foi interceptado da Presidenta Dilma ao Presidente Lula.

O Presidente Lula está tomando posse com outros Ministros.

Com certeza, o Presidente Lula é uma relíquia política deste País. Não pode ser vítima de pessoas irresponsáveis do Judiciário ou da Polícia Federal, como estamos vendo acontecer no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Eu agradeço, nobre Deputado.

Respondendo a V.Exa., gostaria de deixar claro que o Presidente publicou ontem o edital de convocação de sessão deliberativa extraordinária para hoje às 10 horas. Foi a primeira coisa que eu li nesta sessão.

É muito clara a convocação do nosso Presidente, que passo a ler:

“Item único.



Eleição da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre denúncia por crime de responsabilidade contra a Presidente da República, Sra. Dilma Vana Rousseff, oferecida pelos Srs. Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaina Conceição Paschoal.”

Na hora em que o Presidente iniciar a Ordem do Dia, S.Exa. vai ler a V.Exa. todo o rito. Aí, vão estar presentes todos os Parlamentares. S.Exa. vai detalhar como vai ser o rito, e V.Exa. será atendido na íntegra.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Hélio Leite, do Democratas do Pará.

V.Exa. tem 3 minutos na tribuna.

O SR. HÉLIO LEITE (DEM-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público que nos assiste e nos ouve, venho à tribuna hoje para falar de um assunto preocupante para o Estado do Pará.

O Governador do Estado, através de ato da Assembleia, conseguiu formatar um grande projeto para melhorar a BR-316, na Região Metropolitana de Belém, que abrange Ananindeua, Benevides e Marituba. Será implantado um BRT — Bus Rapid Transit e serão construídas de 3 pistas, ciclovia e calçada de passeio em cada lateral.

O Governador foi à JICA — Agência Internacional do Japão buscar recursos para poder financiar esse projeto e trazer para nós do Estado do Pará aquilo que é fundamental: melhor acesso à Capital, locomoção de pessoas, veículos, motocicletas e bicicletas.

O Governador fez um ofício — eu também participei dessa questão — e foi ao Ministério dos Transportes pedir a estadualização desse trecho tão importante e fundamental para cada um de nós, haja vista que a BR pertence à União.

Estamos há 3 meses nesse embate. O Governo está com dinheiro na conta para licitar a obra e começar a sua execução. Porém, houve algo que nos deixou perplexos.

O DNIT — Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes demonstrou claramente, cada vez mais, que era fundamental a execução dessa obra. O trecho mais crítico do País é a BR na Região Metropolitana de Belém. O



parecer foi favorável, e as coisas foram caminhando. Mas, nesses últimos dias, aconteceu um fato preocupante: o Governo Federal, através do Ministério dos Transportes, baixou um edital que determina a realização de um estudo de viabilidade em relação à privatização desse trecho muito grande, de Belém até Capanema.

Isso automaticamente nos deixou perplexos. Um Governo que não está conseguindo resolver as suas questões, que não está conseguindo ter profundidade para governar este País baixa um edital dessa natureza?! Com certeza, isso é preocupante para cada um de nós. Vamos perdendo a oportunidade de ter, na BR-316, na Região Metropolitana de Belém, o que é necessário, Sr. Presidente: acesso à Capital com muito mais facilidade e muito mais presteza. Quantas pessoas gastam 1 hora, 2 horas ou 3 horas para adentrar a Capital do Estado?

E eu queria neste momento pedir ao Ministro: reveja a sua postura, Ministro! Em vez de fazer esse estudo de viabilidade do quilômetro zero até Capanema, permita a estadualização desse trecho de 17 quilômetros da BR, para que o Governo do Estado possa fazer esse projeto. Esse estudo vai levar 1 ou 2 anos e vai inviabilizar essa questão do transporte no Pará.

O senhor, Ministro, está prejudicando o meu Estado. Eu não vim aqui para aceitar que o senhor nem ninguém prejudique o meu Estado. Eu vim como representante desse Estado. Com certeza, vou conclamar toda a bancada do Pará para que possamos, juntos, defender os interesses do nosso Estado, que estão acima de qualquer questão partidária no Brasil e no Parlamento.

Quero deixar bem clara a nossa posição. Espero que cada vez mais haja uma postura séria.



Sr. Ministro, mais uma vez lhe peço: mude o edital e deixe o Governo do Estado executar as obras desses 17 quilômetros. Ele tem recurso em caixa para executá-las. Senão, o senhor vai ser responsável por essa grande mazela ao Estado do Pará.

Portanto, Sr. Presidente, quero agradecer a V.Exa. e dizer ao povo do Pará: enquanto eu estiver nesta Casa, o meu compromisso será firme e forte na defesa dos interesses do meu Estado, do Estado que me mandou para cá. Nasci no Pará, tenho orgulho de ser paraense e amo o meu Estado. E esta é a minha função aqui: defender o Pará.

Que Deus ilumine a todos!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado Delegado Edson Moreira.

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (Bloco/PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Foi interrompida momentaneamente a posse do homem pelos populares que estavam lá. Momentaneamente!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Cabo Sabino. S.Exa. dispõe de 3 minutos na tribuna.

O SR. CABO SABINO (Bloco/PR-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, telespectadores que nos acompanham pela *TV Câmara*, muito bom dia.

Nós vimos ontem uma manifestação do povo brasileiro pedindo o País de volta. Parablenizo o povo brasileiro por esse sentimento, por essa conduta, por não suportar essa maneira errada, que fere este País de morte e, acima de tudo, expõe o povo brasileiro a um momento vexatório e vergonhoso diante da política mundial e diante do nosso próprio País.

Parablenizo o povo e espero que ele continue indo às ruas até que essa situação mude. Não podemos mais aceitar um Governo que tenta interferir no Judiciário para proteger os seus.

Ontem à noite, já se falava em uma possível intervenção dos militares. Isso, sim, nos preocupa! Vivemos uma democracia, mas podemos ter novamente uma ditadura simplesmente porque quem está conduzindo o País não demonstra amor, não demonstra patriotismo e não demonstra compromisso com o povo e com a Nação brasileira.

Ventila-se hoje, em várias redes sociais, que já estava pronta a decretação da prisão do hoje Ministro Luiz Inácio Lula da Silva antes mesmo de ele ser nomeado, mas a ABIN — Agência Brasileira de Inteligência também acompanhava de perto o Juiz Sérgio Moro. Sabendo disso, nobre Major e Deputado Rocha, ontem, foi antecipada no *Diário Oficial* a publicação da posse do hoje Ministro Luiz Inácio Lula



da Silva, para se evitar, assim, uma possível prisão diante das acusações que lhe são feitas.

Que País é este em que os acusados de crimes contra a Nação brasileira e contra este povo se utilizam de mecanismos para se proteger de uma prisão? Que País é este em que quem preside ou está à frente de uma nação acoberta as falhas, fere o Direito Constitucional e bate de frente com o Judiciário?

Nós não podemos mais aceitar isso!

Espero que hoje esta Comissão seja instituída, Sr. Presidente. E, assim como o povo brasileiro está fazendo a sua parte indo às ruas, também farei a minha parte, como representante do povo brasileiro, e votarei a favor do *impeachment*.

E digo mais: há um movimento nas ruas também contra todos os políticos diante dessa falta de vergonha que hoje se aplica à Presidenta da República. E, com isso, pergunta-se: “*Quem assumirá o País?*”

Eu não tenho nenhum problema. Nenhum! Se forem feitas novas eleições para todos e eu não mais representar o povo, no dia em que o povo me avaliar e achar que eu não devo estar aqui, não há por que eu querer aqui estar à força. Por isso, deveríamos ter novas eleições para o povo decidir quem vai administrar este País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Marcos Rogério.

V.Exa. tem 3 minutos na tribuna.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT-RO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Deputado Carlos Manato, Sras. e Srs. Parlamentares, comunico a esta Casa minha saída do PDT, partido em que estive filiado até ontem, em que fiz amigos e aprendi muito.

Agradeço a oportunidade de ter feito parte daquela bancada.

Agradeço à bancada, às Direções Nacional e Estadual do partido, à assessoria técnica, aos companheiros do meu Estado de Rondônia.

Ingressei no Democratas, ao qual agradeço a acolhida e a confiança. E chego, Sr. Presidente, para somar esforços, em favor do Brasil e dos brasileiros, no enfrentamento da escalada de corrupção que tomou conta do Governo, das empresas públicas, das autarquias, algo que põe em descrédito a política brasileira.

Temos que condenar os que usam o espaço público para a prática de crimes, que tiram dos brasileiros a confiança no futuro, que matam a esperança dos mais jovens e que, por suas práticas, espalham medo entre os brasileiros.

Não se pode negar: a esperança foi sufocada pelo engano. A esperança foi sufocada pela mentira, roubada pelo crime organizado e endêmico.

É preciso coragem, ousadia e mudanças na condução do País para devolver a esperança de verdade aos brasileiros. Mas o enfrentamento da corrupção não se limita e não deve se limitar a um só Governo; ele envolve partidos, políticos, empresários e lobistas. É preciso enfrentar o crime, punir os criminosos, estejam onde estiverem, sejam quem forem, de que partido forem.



Não posso ver e ouvir calado o que está acontecendo no Brasil. O que vimos ontem assusta, envergonha, atemoriza a todos nós, independentemente da coloração partidária. O que vimos ontem é algo que ofende a ordem jurídica e a confiança dos brasileiros. Juridicamente, a decisão de grampo pode ser questionada, mas o conteúdo ofende os brasileiros e é, na prática, um crime.

Sr. Presidente, este momento exige reflexão, serenidade e, sobretudo, posição a favor do Brasil e dos brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Sou eu que agradeço, nobre Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Rocha, do PSDB do Acre, autor da denúncia contra o Presidente Lula.

V.Exa. foi até citado ontem no *Jornal Nacional*; está famoso. V.Exa. tem 3 minutos na tribuna.

O SR. ROCHA (PSDB-AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero usar esse tempo para falar justamente sobre esse assunto.

Ontem as gravações que foram reveladas pela imprensa mostraram alguém desqualificado, alguém despreparado, alguém que usa um linguajar chulo, muito distante daquilo que se exige de quem ocupou o cargo mais importante do nosso País. O ex-Presidente Lula — hoje Ministro — faz questão de ser grosseiro, usando palavrões.

Ele se refere a mim como “o bandido do Acre”. É bom deixar claro que não é contra mim que pesam acusações gravíssimas, não é contra mim que pesam acusações de lesar a Pátria brasileira. O ex-Presidente Lula é quem tem que se explicar, até mesmo sobre os talheres do Palácio da Alvorada que indevidamente levou para o seu depósito, para o seu ninho.

A verdade, Sr. Presidente, é que, por mais que se questionem os vazamentos das ligações telefônicas para a imprensa que aconteceram ontem, não se pode olvidar que são gravíssimos os seus conteúdos, já que mostram uma tentativa clara de manipular a Justiça, de manipular esta Casa, de manipular o Senado brasileiro, de manipular o Ministério Público.

O ex-Presidente Lula chega a cobrar dos seus asseclas que entrem em contato com o Procurador Rodrigo Janot e cobrem dele uma postura não republicana, uma postura inidônea. O ex-Presidente Lula desconhece o que é o



Estado de Direito. O ex-Presidente Lula desconhece o que é uma democracia e pensa que todos estão sujeitos aos seus gritos, aos seus improperios.

Sr. Presidente, para falar a verdade, eu passei quase 23 anos no serviço ativo da Polícia Militar do meu Estado e tenho muito orgulho disso. Eu acho que o ex-Presidente Lula, que hoje envergonha o povo brasileiro, não pode dizer a mesma coisa.

Eu quero dizer ao ex-Presidente Lula, hoje Ministro, que se refere a mim como “o bandido do Acre”, que sou policial, e S.Exa., que hoje é Ministro para fugir do alcance do Juiz Sergio Moro, para fugir do alcance da Justiça — isso ficou bem claro ontem —, é apontado como o líder de uma quadrilha. E quem chamou de quadrilha não fui eu, Sr. Presidente; foi o próprio Ministro do Supremo.

Sr. Presidente, eu queria fazer este registro e dizer que nós vamos lutar para que o povo brasileiro não veja imperar a imoralidade, a indecência, a manipulação dos Poderes. Nós precisamos de instituições firmes, que cumpram o seu papel.

Eu não posso deixar de parabenizar, pelo trabalho, a Polícia Federal, o Ministério Público Federal e o Poder Judiciário, na pessoa do Juiz Sergio Moro, que tem resgatado a credibilidade que está faltando aos outros Poderes, que está faltando a outros órgãos do poder público.

Sr. Presidente, os alaridos daquele que é apontado como o chefe de uma quadrilha me chamando de “bandido do Acre” não me atingem. Eu sou policial militar com muito orgulho. O ex-Presidente Lula, sim, é bandido, porque as acusações apontam para ele como o líder da quadrilha que saqueou o Brasil.

Peço que este meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.



Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado. Será feita a divulgação.



O SR. ZÉ GERALDO - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, apresento uma questão de ordem com base no art. 114, inciso IX, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Eu quero ler a questão de ordem, para que conste nas notas taquigráficas.

Sr. Presidente, ontem, às 10h30min, foi encaminhado o Requerimento nº 4.159, de 2016, e hoje, às 10h14min, o Requerimento nº 4.160, de 2016. Este, inclusive, gerou o Processo nº 105978, de 2016.

“Nos termos do artigo 114, inciso IX, do Regimento Interno desta Câmara dos Deputados, requeremos a Vossa Excelência informações acerca da ordem dos trabalhos e dos procedimentos referentes à eleição dos membros que irão compor a Comissão Especial destinada a dar parecer sobre denúncia por crime de responsabilidade contra a Presidenta da República, notadamente:

a) sobre a eleição dos membros da Comissão Especial ocorrer em ato único, em apenas uma votação;

b) na hipótese de os nomes indicados não serem ratificados pelo Plenário, sobre a possibilidade de o Líder (e apenas ele) ter autonomia para efetuar as mudanças que julgar necessárias.



A despeito deste requerimento de informações, não resta dúvidas de que as questões listadas acima foram enfrentadas pelo STF tanto no julgamento da ADPF 378, quanto no dos respectivos embargos de declaração. Nesse sentido, explicitaremos abaixo os argumentos levantados pela maioria vencedora do Supremo Tribunal Federal e que devem nortear todo rito a ser seguido por esta Casa.

I) Da eleição dos membros da Comissão Especial em ato único

Na reunião do Colégio de Líderes de ontem à noite, 16 de março, levantou-se a possibilidade de a eleição para a Comissão Especial ser feita em parcelas, sendo uma votação para cada indicação das bancadas. Desse modo, na hipótese de rejeição dos nomes oficialmente indicados, far-se-ia nova eleição, até que o Plenário elegeisse, em definitivo, as indicações de cada líder partidário, um a um.

Em se confirmando esse procedimento, teríamos, inegavelmente, uma afronta à decisão do STF, basicamente por dois motivos.

Em primeiro lugar, porque a tese que norteou o Supremo Tribunal é a de que a decisão que será tomada precisa ser dotada de segurança jurídica, na medida em



que deveria observar o rito estabelecido e seguido à época do ex-Presidente Collor, exceto no que fosse inédito.

A preocupação com a segurança jurídica foi tão expressiva que foi repetida inúmeras vezes, praticamente por todos os Ministros, sendo, inclusive, reproduzida na emenda da decisão.

Nesse sentido, observar o rito seguido em 1992 levou o Supremo a, no julgamento de hoje, mais de vinte anos depois, manter a chapa única e a impedir candidaturas avulsas, por exemplo.

Se a tônica do rito do presente pedido de impeachment é observar o rito do pedido de 1992, não é possível trabalhar com a possibilidade de uma eleição para ratificar cada indicação de Líder partidário. Além de ser regra nova, inexistente até ontem e particularizada para atender a interesses não democráticos, viola a regra da segurança jurídica, evocada pelo STF como norteador da sua decisão.”

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado. V.Exa. tem que concluir, porque dispunha de 3 minutos, mas já usou 5 minutos.

O SR. ZÉ GERALDO - É importante para a nossa bancada que fique registrado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Está bem. Deixe-me dizer a V.Exa. que ontem, na reunião de Líderes, foi definido, entre outros assuntos, que até o meio-dia todos os partidos irão indicar os membros.

Então, eu recolho a questão de ordem de V.Exa. Nós vemos aqui que o tema único é a eleição.

Eu recolho a questão de ordem de V.Exa. e, quando o Presidente assumir os trabalhos, S.Exa. indicará como vai ser o rito.

Muito obrigado, nobre Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Vicentinho Júnior.

V.Exa. dispõe de até 3 minutos na tribuna.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (Bloco/PR-TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Serei breve, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo a tribuna para relatar como foi o nosso mandato de Deputado Federal neste mês de março. Foi um mês de muitas vitórias, de muitas conquistas, pois conseguimos para o nosso Município, Porto Nacional, através do Governo Federal, da Secretaria do Patrimônio da União — SPU, por intermédio do Dr. Guilherme Estrada, a doação de algumas áreas do Governo Federal para o Município de Porto Nacional.

Essas áreas irão contemplar, só no bairro Jardim Querido, quase duzentas famílias, que, a partir de agora, passarão a ter acesso ao documento de suas casas, de seus comércios e terão um novo parque multissetorial, a ser instalado em Porto Nacional, que irá atender e receber os empresários donos de oficinas, de serralherias, de maçonarias. Vejam, portanto, como tem sido o zelo do Governo Federal para com o nosso Estado de Tocantins, mais especificamente, com a nossa cidade de Porto Nacional.

Ontem, para fechar com chave de ouro — como mais cedo disse —, participamos de uma audiência, e decidiu-se corrigir um erro histórico cometido com a Capital Palmas e com a minha cidade, Porto Nacional, quando as duas cidades foram tiradas do traçado original da BR-010. No passado, desviou-se esse traçado, e as regiões serranas próximas a Porto Nacional passaram a ligar nada a coisa nenhuma, causando prejuízos enormes a Porto Nacional e Palmas.



Ontem participamos de audiência no DNIT, junto com o Diretor-Geral Valter Casimiro, o Diretor Carlos Barros e o Dr. André Nunes, e houve o compromisso por parte do DNIT, do Ministério dos Transportes — aproveito para agradecer ao nosso Ministro Antonio Carlos Rodrigues — e do Governo Federal no sentido de fazer essa correção histórica, passando a ter a BR-010 o traçado original concebido no passado, incluindo as cidades de Porto Nacional e a Capital Palmas.

A bancada federal, daqui a poucos dias, poderá ter acesso e direito ao trabalho e, junto ao Governo Federal, ao Ministério dos Transportes e aos Ministérios afins, deverá discutir a questão da alça viária da Capital Palmas, que hoje é um transtorno. O atual Prefeito, ao invés de vir a Brasília e conversar com a bancada para procurar soluções — o que temos tentado fazer —, proíbe os caminhoneiros de trafegar pela Capital Palmas. Que absurdo!

Enquanto o Prefeito Carlos Amastha proíbe o cidadão de trafegar em vias públicas, o Deputado Federal Vicentinho Júnior e o Senador Vicentinho Alves, através do Governo Federal, tentam, em articulação, achar meios de ajudar nossa bela Capital Palmas e a minha querida cidade de Porto Nacional, assim como a nossa comunidade. Daqui a alguns dias, entregarei a ela alguns imóveis, em parceria com a Secretaria do Patrimônio da União — SPU.

Teremos agora condições de trabalhar junto aos Ministérios para levar mais zelo e mais condição de trabalho à minha querida cidade de Porto Nacional.

Então, março foi um mês de muitas alegrias e muitas vitórias.

Vamos à luta!



O Sr. Carlos Manato, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Delegado Edson Moreira, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.



O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira) - Concedo a palavra à Deputada Rosângela Gomes, por 1 minuto.

A SRA. ROSANGELA GOMES (Bloco/PRB-RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados presentes, bom dia!

Eu gostaria de saudar o meu partido, o Partido Republicano Brasileiro, que, diante da crise política que alimenta a crise econômica, tem sua função bem definida, tem seus conceitos de República e decide, neste momento importante, deixar de compor a base do Governo e se tornar um partido independente nesta Casa.

Então, queria parabenizar o Presidente Marcos Pereira e os demais Deputados do partido que tomaram, de forma conjunta, essa decisão.

Sr. Presidente, ainda mais uma vez quero repudiar a violência na minha cidade, Nova Iguaçu. Na quinta-feira da semana passada, houve o assassinato do Dr. Fernando Magalhães, Diretor Administrativo do Hospital da Posse.

Na segunda-feira, eu estive na Secretaria de Segurança do Estado e solicitei ao Subsecretário que reforçasse a segurança em nossa cidade.

Então, mais uma vez quero repudiar o altíssimo índice de violência do Estado do Rio de Janeiro, principalmente na minha cidade de Nova Iguaçu.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que mande divulgar este meu pronunciamento nos meios de comunicação desta Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira) - Obrigado, Deputada. Deferido o seu pedido.

A SRA. ROSANGELA GOMES - Muito obrigada.



O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira) - Com a palavra o Deputado Ronaldo Nogueira, do PTB do Rio Grande do Sul. S.Exa. disporá de 3 minutos.

Enquanto o Deputado Ronaldo Nogueira se dirige à tribuna, concedo a palavra o Deputado Vitor Valim, do PMDB do Ceará. S.Exa. disporá de 1 minuto.

O SR. VITOR VALIM (Bloco/PMDB-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, um atentado contra a democracia é o que a Presidente Dilma Rousseff estava fazendo e fez para proteger o seu aliado político Luiz Inácio Lula da Silva, que já estava andando com o termo de posse no bolso.

Isso, sim, é um atentado contra a democracia, e não o que faz o Ministério Público, que está trabalhando; não o que faz a Justiça Federal, que está trabalhando; não o que faz a Polícia Federal, que também está trabalhando. O atentado contra a democracia é o que a Presidente Dilma está fazendo para proteger Lula e seus aliados.

Então, quero me solidarizar com todas as instituições que estão trabalhando de verdade para proteger a democracia neste País. Não ao golpe vermelho que o PT está querendo aplicar contra a minha Nação!

E eu quero informar ao povo do Estado do Ceará que ele terá um representante na Comissão que vai avaliar o *impeachment* da Presidente Dilma, que é este Deputado que vos fala, o Deputado Vitor Valim.

Obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira) - Concedo a palavra ao Deputado Ronaldo Nogueira.

O SR. RONALDO NOGUEIRA (Bloco/PTB-RS. Sem revisão do orador.). - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Brasil ficou perplexo ao saber da nomeação do ex-Presidente Lula para Ministro do Governo Dilma. É o primeiro ex-Presidente de país desenvolvido que aceita isso!

Sempre tive a Presidente Dilma por uma pessoa do bem, correta e trabalhadora e sempre quis acreditar que ela faria as reformas de base que João Goulart foi impedido de realizar pelo golpe de 1964.

O Governo militar que se estabeleceu através do golpe se manteve por 20 anos sob o pretexto de manter a ordem! Foi nesse período que se aprofundou nosso endividamento e aumentou o abismo entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social.

Depois vieram os Governos civis (Sarney, Collor, Itamar, Fernando Henrique, Lula e Dilma). Esses Governos civis acenavam para o povo, mas se abraçavam com os poderosos! Nem Lula nem Dilma tiveram a coragem de promover reformas pensando nas próximas gerações, pensando na Nação! Governaram e ainda governam para grupos, para determinadas coletividades, para os interesses dos banqueiros, das multinacionais e do latifúndio.

Certo dia eu conversava com um amigo e disse a ele: *“A Presidente Dilma tem três polos de interesse distintos no seu Governo muito difíceis para ela conciliar”* — o PT, o PMDB e Lula! Quebrar paradigmas, romper laços não é fácil, principalmente quando se deve gratidão. Neste ponto, eu compreendo a Presidente Dilma!



A vinda de Lula para o núcleo duro do Governo é a prova explícita do quanto a Presidente é refém dessas forças! É humilhante entregar o controle do Governo para o ex-Presidente Lula e, pior ainda, ter que dizer que isso será bom para o País!

Isso eu não aplaudo! Isso eu não apoio! Sou contra e detesto intromissão!

A Presidente Dilma, na iminência de sofrer um golpe pelo presente processo de *impeachment*, sofre antes um golpe interno do seu próprio partido e do ex-Presidente Lula, que a transformam numa “Rainha da Inglaterra”, ou seja, numa mera Chefe de Estado, sendo seu antecessor o real Chefe de Governo.

O ex-Presidente Lula traz para dentro do Governo todos os seus problemas, que poderia muito bem resolver no âmbito pessoal (uma vez que a Justiça serve a todos da mesma forma), resguardando o Governo e o Brasil, em vez de contaminá-los.

Coragem para enfrentar todas as denúncias, derrubando-as uma a uma com provas de probidade e isenção, seria fundamental para fortalecer a voz de todos aqueles que o apoiaram. Existem duas formas de alguém provar que é correto: nas suas relações e quando é investigado!

A história tem registro de homens honrados que, sem medo e com coragem, enfrentaram denúncias, injúrias, calúnias, e muitos sem crime foram condenados, a exemplo de Nelson Mandela.

Espero que o ex-Presidente Lula volte atrás, renuncie o seu mandato de Ministro-Chefe da Casa Civil e enfrente a Justiça como um cidadão comum.

Apoio as operações da Polícia Federal e do Ministério Público e defendo suas respectivas autonomias. Que o Juiz Sérgio Moro seja fonte de inspiração para outros juízes no combate à corrupção.



Apoio as manifestações democráticas da população em defesa dos seus direitos e contra as políticas do atual Governo. O povo tem o direito e o dever de ser manifestar. Esta é a verdadeira democracia!

Combatendo a corrupção, construiremos um Brasil melhor!

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira) - Concedo 1 minuto ao Deputado Edinho Bez.

O SR. EDINHO BEZ (Bloco/PMDB-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, meus colegas Parlamentares, a população está realmente perplexa com a posse do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, hoje, na Casa Civil.

Entendo que o ex-Presidente Lula não deveria ter aceitado o cargo, porque — cabe a minha avaliação — todos sabem por que ele assumiu: está fugindo ou está preocupado em se deparar com o Juiz Sérgio Moro. Isso não é bom para a Nação brasileira, não é bom para um ex-Presidente desta República.

Lamento, mas tenho a impressão de que o ex-Presidente Lula haverá de renunciar brevemente.



O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira) - Concedo a palavra ao Deputado Fábio Sousa.

O SR. FÁBIO SOUSA (PSDB-GO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, várias gravações divulgadas ontem chamaram a atenção, mas numa delas o Prefeito Eduardo Paes, uma pessoa por quem eu tinha certo respeito, troca figurinhas com o ex-Presidente Lula, que agora é Ministro-Chefe da Casa Civil. Ao se referir aos Procuradores da Operação Lava-Jato, o Prefeito diz que eles acham que são enviados de Deus, porque são crentes, desdenhando-os por serem evangélicos. Eu sabia que um é evangélico, mas não sabia que os demais também são.

Eu quero dizer ao ex-Presidente e também ao Prefeito Eduardo Paes que o Brasil tem honra e orgulho desses Procuradores da Lava-Jato.



O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira) - Com a palavra o Deputado Jony Marcos, por 1 minuto.

O SR. JONY MARCOS (Bloco/PRB-SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero hoje dar uma satisfação ao povo de Sergipe, principalmente ao pequeno agricultor.

Os agricultores do meu Estado contribuem sindicalmente, de forma compulsória, para a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Aqueles que têm acima de três módulos de terra também são obrigados a contribuir para a CONTAG. Essa cobrança está sendo feita em juízo, e muitos agricultores estão sendo prejudicados.

Marquei uma reunião com a CONTAG para encontrarmos uma solução para esse problema. Parte dessa contribuição é enviada ao Tribunal Regional do Trabalho, e outra parte, aos sindicatos rurais. O problema é que estão tomando as terras dos agricultores por falta do pagamento da contribuição. Isso não se deve dar!

Era essa a satisfação que eu tinha a dar prestar.

Sr. Presidente, solicito que meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira) - Com a palavra o Deputado João Gualberto, por 3 minutos.

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste momento, estamos presenciando, todos nós brasileiros, uma das maiores vergonhas nacionais: a posse do ex-Presidente Lula da Silva na Casa Civil. Isso é uma vergonha!

Os jornais estampam hoje que a Presidente Dilma atuou para evitar a prisão do Lula, que foi denunciado e está sendo investigado. Lula é o maior quadrilheiro que o Brasil já viu! É mentiroso. Nunca sabe de nada. Talvez ele não saiba nem por que está tomando posse. Aliás, ele sabe sim o motivo: evitar a cadeia.

Não vai ter jeito, não, ex-Presidente Lula! O povo brasileiro já conhece o senhor. Vá à janela do Palácio com a sua Presidente Dilma e veja quantas pessoas do PT estão do lado de fora de vermelho, com bandeira vermelha. Não passam de 200! E depois olhe para o seu lado direito e veja quantos brasileiros de verde e amarelo protestam contra a sua posse.

O senhor deveria ter vergonha na cara! O senhor tem prejudicado a vida dos brasileiros! Nem os Deputados do PT foram à sua posse — estou vendo vários aqui agora. Talvez estejam com vergonha, a mesma vergonha que está passando o povo brasileiro.

O senhor roubou o sonho do povo brasileiro, o sonho das próximas gerações. O senhor e sua turma têm sede de poder. Mas o seu dia está chegando.

Presidente Dilma, se a senhora tivesse um pouco de dignidade, teria renunciado a seu mandato. A senhora não assiste à televisão? A senhora e os senhores do PT não estão percebendo a indignação do povo brasileiro?



Renuncie, Presidente Dilma! Renuncie! Só assim este Brasil começará a andar. Só assim, talvez, voltem os empregos. Tenha um gesto de dignidade com o seu País, com o País de seus filhos, de seus netos. Senão, Presidente Dilma, a senhora vai sofrer *impeachment* aqui nesta Casa, não tenha dúvida. Vários partidos estão se movimentando para sair do seu barco furado.

Portanto, Sra. Presidente, tenha um último gesto de grandeza. Renuncie, porque seu *impeachment* está próximo.



A SRA. ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira) - Qual é o artigo?

A SRA. ERIKA KOKAY - Arts. 95 e 218 do Regimento Interno e art. 19 da Lei nº 1.079, de 1950.

Eu pediria 3 minutos para formular minha questão de ordem, que é absolutamente fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira) - V.Exa. pode começar a formular a questão de ordem.

A SRA. ERIKA KOKAY - Eu vou ler a questão de ordem por 3 minutos. V.Exa. me permite?

O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira) - Tem V.Exa. a palavra

A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Questão de ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, formulo a presente questão de ordem, combinando os arts. 95 e 218 do Regimento Interno e o art. 19 da Lei nº 1.079, de 1950, com o que fora decidido pelo STF em 8 de dezembro de 2015 e ratificado no julgamento dos embargos declaratórios na sessão de ontem.

Na reunião do Colégio de Líderes de ontem à noite, levantou-se a possibilidade de a eleição para a Comissão Especial ser feita em parcelas, sendo uma votação para cada indicação das bancadas. Desse modo, na hipótese de rejeição dos nomes oficialmente indicados, far-se-ia nova eleição, até que o Plenário elegeisse, em definitivo, as indicações de cada Líder partidário, um a um.

Em se confirmando esse procedimento, teríamos, inegavelmente, uma afronta à decisão do STF, basicamente por dois motivos.



Em primeiro lugar, porque a tese que norteou o julgamento do STF é a de que a decisão que será tomada precisa ser dotada de segurança jurídica, na medida em que deveria observar o rito estabelecido e seguido à época do ex-Presidente Collor, exceto no que fosse inédito.

A preocupação com a segurança jurídica foi tão expressiva, que foi repetida inúmeras vezes, praticamente por todos os Ministros, sendo inclusive reproduzida na ementa da decisão.

Nesse sentido, observar o rito seguido em 1992 levou o Supremo, no julgamento de hoje, mais de 20 anos depois, a manter a chapa única e a impedir candidaturas avulsas, por exemplo.

Se a tônica do rito do presente pedido de *impeachment* é observar o rito do pedido de 1992, não é possível trabalhar com a possibilidade de uma eleição para ratificar cada indicação de Líder partidário. Além de ser regra nova, inexistente até ontem e particularizada para atender a interesses não democráticos, viola a regra da segurança jurídica, evocada pelo STF como norteadora da sua decisão.

Além disso, se a Câmara adotar esse procedimento, estará a violar outro princípio democrático: o da autonomia partidária, também presente na decisão do STF.

A indução do Plenário a uma composição na Comissão diversa da indicada originalmente pelos Líderes desconfiguraria a lógica da representação partidária. Se isso ocorresse, a Comissão Especial seria formada por representantes de uma maioria ocasional, presente no momento da votação, e não por representantes de cada agremiação partidária.



Essa lógica é totalmente compatível com o voto vencedor no STF, do Ministro Roberto Barroso, que diz...

O SR. EDUARDO BOLSONARO - A decisão todo mundo leu. Não estou entendendo a questão de ordem.

O SR. MENDONÇA FILHO - Sr. Presidente, eu quero contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira) - Vamos garantir a palavra à Deputada que está formulando a questão de ordem.

Devolvo a palavra à Deputada. V.Exa. continue.

A SRA. ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, recomponha meu tempo, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira) - Continue, por favor.

A SRA. ERIKA KOKAY - Retomo.

Essa lógica é totalmente compatível com o voto vencedor no STF, do Ministro Roberto Barroso, que diz:

“É incompatível com (...) a Constituição que os representantes dos partidos políticos ou blocos parlamentares deixem de ser indicados pelos Líderes, na forma do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, para serem escolhidos de fora para dentro, pelo Plenário, em violação à autonomia partidária. Em rigor, portanto, a hipótese não é de eleição.”

O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira) - Peço que conclua, Deputada, pois vamos recolher a questão de ordem de V.Exa.

A SRA. ERIKA KOKAY - Vou concluir, Sr. Presidente.



Assim, subverter a lógica da representatividade partidária seria equivalente a submeter à votação uma chapa avulsa, paralela, já que não refletiria a decisão do Líder, a quem compete, regimentalmente (e por força de estatutos partidários e de decisão judicial), decidir a representação da sua bancada nas Comissões da Casa, sejam elas permanentes ou temporárias.

Diante disso, Sr. Presidente, solicito a essa Presidência que, em respeito à decisão do STF, notadamente em obediência aos princípios da segurança jurídica, da autonomia e da representatividade partidárias, a votação para a composição da Comissão Mista seja única, em chapa composta, simultaneamente, pelos indicados de todos os Líderes partidários.

É a questão de ordem, Presidente.

O SR. MENDONÇA FILHO - Sr. Presidente, peço a palavra para contestar.

A SRA. ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, eu gostaria de uma resposta da Presidência a essa questão de ordem.



O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira) - Para contraditar, concedo a palavra ao Deputado Mendonça Filho. Aguarde para contraditar.

O SR. MENDONÇA FILHO - Eu quero contestar a questão de ordem e quero os 3 minutos que foram concedidos à Deputada Érika.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira) - Perfeitamente. V.Exa. dispõe de 3 minutos, § 6º.

A SRA. ERIKA KOKAY - Sr. Presidente...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Abaixei o volume, por favor.

Sr. Presidente, eu quero aqui dizer que isso faz parte da estratégia do Partido dos Trabalhadores, que quer estabelecer uma verdadeira chicana legislativa e jurídica para impedir aquilo que vai acontecer em poucas semanas, que é justamente o *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff.

Nós assistimos — e lamentamos muito — ao que está acontecendo no Brasil. O espetáculo desta semana foi digno de um filme de terror. Houve uma articulação formulada com o apoio direto da Presidente Dilma, conforme revelam as interceptações telefônicas, para fazer com que o ex-Presidente Lula se protegesse, através do foro privilegiado, de uma iminente decretação de sua prisão pela Vara da Justiça Federal de Curitiba, através do Juiz Sérgio Moro. Uma imoralidade! Um absurdo! O PT jogou o Brasil na mais profunda recessão econômica dos últimos 115 anos — uma coisa inacreditável! —, um mar de lama que tomou conta do País, tendo como exemplo principal a PETROBRAS. E os petistas começam a operar, a trabalhar, apresentando questões de ordem, indo ao Judiciário, ao Supremo Tribunal



Federal, para impedir o curso normal do processo de *impeachment* que vai acontecer.

A população brasileira vai rebelar-se, como se está rebelando e se rebelou ontem, contra essa imoralidade, que é a posse do ex-Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva como Ministro-Chefe do Gabinete Civil.

Foi enviado a São Paulo um termo de posse, Sr. Presidente — veja que absurdo! —, em branco, para o Presidente assinar em casa, como se fosse um *habeas corpus* preventivo. Eu nunca vi isso na história de nenhum país democrático do mundo! Transformaram o Brasil numa republiqueta de quinta categoria. O povo brasileiro está rebelado, insatisfeito, e vai às ruas para impedir mais esse absurdo.

Eu espero que a Justiça do Brasil possa restabelecer a ordem. Nós protocolamos, em várias instâncias do Judiciário, pedido de liminar para anular essa posse imoral, absurda, que representa uma agressão ao brasileiro que trabalha.

Não adianta esperneio, não adianta grito, não adianta palavra de ordem, porque o povo brasileiro vai derrubar este Governo constitucionalmente, através do *impeachment* que será aprovado nesta Casa do Congresso Nacional.



A SRA. ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, se V.Exa. me permite, quero dizer que primeiro nós precisamos...

O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira) - Não, não, não! Espere aí! Art. 95, § 6º: vou recolher a questão de ordem de V.Exa., e a Mesa irá decidir.

A SRA. ERIKA KOKAY - Sim, Sr. Presidente. Então, quando a Mesa irá decidir? Nós estamos na iminência...

O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira) - Segunda parte do...

A SRA. ERIKA KOKAY - ... porque há o contradito, o contradito...

O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira) - Não, Deputada, não!

O SR. MENDONÇA FILHO - V.Exa. falou por 5 minutos e já quer falar de novo?

O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira) - Espere 1 minuto! Espere 1 minuto!

O SR. VITOR VALIM - Não! Não pode falar de novo, não!

O SR. EDUARDO BOLSONARO - Eu quero participar também!

O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira) - Está recolhida a sua questão de ordem.

O SR. VITOR VALIM - Eu também quero falar de novo!

O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira) - Atenção! Atenção!

O SR. EDUARDO BOLSONARO - Se for para virar debate, eu também quero participar!

O SR. VITOR VALIM - Eu também quero falar de novo!

O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira) - Atenção! Vou conceder a palavra ao próximo orador inscrito, o Deputado Danilo Forte, por 3 minutos. *(Pausa.)*



V.Exa. já fez questão de ordem, ela já foi recolhida. Depois, V.Exa. faz outra questão de ordem. Vamos lá!

O SR. DANILO FORTE - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Brasil...

O SR. ZÉ GERALDO - Sr. Presidente, eu tenho preferência nas falas! É outra questão de ordem; é outra questão de ordem!

O SR. DANILO FORTE - Garanta a minha palavra, Sr. Presidente, por favor!

O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira) - Vou garantir a palavra a V.Exa.

Deputado Zé Geraldo, depois V.Exa. faz sua questão de ordem.



O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira) - Concedo a palavra ao Deputado Danilo Forte.

O SR. DANILO FORTE (PSB-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, por favor, corrija o meu tempo, porque conturbaram aqui a saída... E muito obrigado pelo espaço.

Bom dia, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados! Este é o momento em que a população brasileira volta às ruas estarrecida não só com o acúmulo que este Governo proporcionou de desgaste da gestão administrativa do País — quando abriu espaço para a volta de todo aquele sofrimento pelo qual nós já tínhamos passado e novamente estamos passando, como a volta da carestia e a inflação subindo nos supermercados —, mas também com a deterioração da economia do País, com o crescimento do desemprego, que aflige as famílias dos trabalhadores brasileiros. E agora, por último, exatamente num momento de desespero, ele coloca sob suspeição todas as instituições nacionais.

Todos sabem do respeito que eu tenho pelo ex-Presidente Lula. Mas o que foi mostrado ontem, de sua própria voz, denegrindo a imagem do Congresso Nacional, denegrindo a imagem do Supremo Tribunal Federal, a Corte Suprema do País, coloca em suspeição o Brasil inteiro e todos nós.

Nós não podemos aceitar de maneira alguma um conchavo de convescote político, feito única e exclusivamente para obstruir uma ação judicial em curso que buscava investigar malfeitos, delitos cometidos, usando como artifício exatamente o que há de mais soberano na Nação brasileira: o poder da Presidência da República. Isso é lamentável! Também é lamentável a imagem do País hoje no mundo inteiro.



Os grandes veículos de comunicação do mundo estamparam o artifício usado por um ex-Presidente da República, que teve o apoio popular, que deu uma dimensão de crescimento ao País quando governou, de buscar o subterfúgio de um abrigo para fugir exatamente de uma ação judicial. Isso é muito ruim! Isso traz uma delinquência à ação política, que precisa ser exaltada, porque é a política que tem a obrigação e a responsabilidade de resolver esse entrave que o País está vivendo, que o jogou no descrédito, que o jogou na desconfiança e que o impede, inclusive, de retomar os investimentos e de retomar uma dinâmica na economia capaz de fazer com que o Brasil volte a crescer.

E esta solução precisa ser rápida. Não podem usar mais os artifícios jurídicos dos embargos, que já consumiram quase 3 meses nesse processo. O País precisa de resposta. O desempregado precisa voltar a trabalhar, a dona de casa precisa voltar a ter o conforto de poder, com o salário, pagar as suas contas. Hoje, só a inadimplência na conta de luz doméstica nas residências das famílias no Estado do Ceará chega a 7,4%. E, quando se deixa de pagar a luz, só falta voltar a passar fome. Não é isso que nós queremos para o povo brasileiro.

A solução para todos esses problemas está na política. E o instrumento político para isso, do ponto de vista legal, do ponto de vista constitucional, é o *impeachment*. Não existe mais alternativa. E nós não podemos criar mais engodo, mais nó, fugir mais. Não podemos nos acovardar mais, porque de covardes já nos chamou o Presidente Lula!

Nós precisamos ter altivez para dar a resposta, porque eu não fui eleito pelo povo do Ceará para vir para cá ser chamado de covarde. Eu vim para cá para representar o meu povo. Eu vim para cá para ter o sentimento de que o meu povo quer se libertar de um governo ineficiente, incapaz e incompetente.



O SR. ZÉ GERALDO - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem!

O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira) - A questão de ordem tem base em que artigo, Deputado?

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Tem base no art. 10, incisos V e VI, do Regimento Interno, combinado com o art. 17 da Constituição Federal, no sentido de coibir a necessidade da renovação integral da chapa para compor a Comissão do Impeachment, no caso da rejeição da precedente.

Com base no art. 10, incisos V e VI, do Regimento Interno, é atribuição privativa dos Líderes a indicação de Parlamentares nas Comissões. O Regimento Interno, ao abordar taxativamente essa possibilidade, proíbe, sobremaneira, que a bancada possa eventualmente sugerir ou apresentar, em paralelo, a escolha de novos nomes para compor Comissões.

Diferente não poderia ser o entendimento quanto à Comissão Especial do Impeachment. No caso da não ratificação da chapa inicial, uma nova indicação deverá ser feita pelo Líder da bancada para a eleição seguinte.

Há que se fazer analogia com a eleição da Mesa. Na eleição para Presidente da Câmara, segundo o art. 7º do Regimento Interno, se não houver candidato que acumule a maioria absoluta dos votos, será realizado um segundo escrutínio, com os dois candidatos mais votados. Ou seja, repetiram-se os nomes da votação anterior — não é necessário, pois, nem se poderia fazer substituição dos nomes —, além de, por óbvio, não configurar votação da mesma “proposição”, como firmado no Colégio de Líderes.



Ademais, a propósito da Comissão Especial de que se cuida, frisa-se que basta a mudança de um Parlamentar na chapa para que seja considerada uma nova chapa apta a participar da eleição. Exigir que os partidos substituam o nome de todos os indicados fere o princípio da liberdade de escolha, a autonomia política, e ofende os princípios fundamentais democráticos.

Sabe-se que o processo de *impeachment* na Câmara é um processo de juízo político. Limitar a escolha do Líder, forçando-o a renovar integralmente sua escolha, traz ao processo uma postura particularista e afeta a sensibilidade que a matéria detém.

Entende-se que o Líder tem total autonomia para indicar os membros da chapa. Assim, na hipótese de a composição da primeira chapa ser rejeitada, é permitido a ele alterar, a seu juízo, suas indicações, ainda que pela alteração de apenas um nome. Vou além: forçar o Líder a alterar totalmente sua indicação poderia submeter ao Plenário a votação de uma chapa avulsa, paralela à vontade e à autonomia do Líder partidário.

Esta é a questão de ordem, Sr. Presidente. Esperamos ter resposta a todas as nossas questões de ordem até às 12 horas.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira) - Está recolhida. E V.Exa. está se antecipando à votação. V.Exa. está se antecipando, como se estivesse adivinhando a votação.

O SR. ZÉ GERALDO - A votação é uma coisa, a escolha é outra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira) - Está recolhida a sua questão de ordem.



O SR. NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Sr. Presidente, tenho uma notícia rápida aqui, de última hora!

O SR. HERÁCLITO FORTES - Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar. Peço a palavra para contraditar!

O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira) - Com a palavra o Deputado Heráclito Fortes, para contraditar. S.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PSB-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente. O que nós estamos vendo aqui é uma brincadeira na Casasagrada da democracia, que é este Plenário. Está-se tratando aqui de um assunto que não existe ainda. Eu acho que o Deputado do PT, para trazer essa matéria aqui, tinha que reunir a bancada e destituir o Líder. O Líder tem delegação para tratar desses assuntos.

Não é de boa intenção quem antecipa essa questão no plenário. Primeiro, desmoraliza e desacredita o Líder. Os outros Líderes vão acreditar no que o Líder propôs ontem na reunião na Presidência da Casa ou na solicitação do Deputado Zé Geraldo? É isso que acaba com o Parlamento! É isso que desacredita o Parlamento.

Eu acho que o PT tem todo o direito de ter suas divergências internas, mas que as resolva no foro próprio. Essa questão só poderá ser discutida neste Plenário, Sr. Presidente, depois de apresentadas as chapas. Aí sim, quem concorda concorda; quem não concorda discorda, lança chapa, chapa alternativa. Mas que não se transforme este Plenário numa brincadeira.

Eu imagino o eleitor que está em casa vendo isto aqui, num momento sério, num momento grave! Alguma coisa está errada! O sempre dócil Deputado Sibá Machado está nervoso! Alguma coisa está acontecendo no Brasil!



Meu caro amigo Sibá Machado...

O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira) - Vamos continuar.

O SR. HERÁCLITO FORTES - Eu estou querendo acalmar o Deputado Sibá Machado.

Portanto, é este o meu apelo.



A SRA. ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.
S.Exa. fez uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira) - Não se pode contraditar mais. Eu estou recolhendo a questão de ordem do Deputado Zé Geraldo. Não há réplica. Trata-se do art. 95, § 6º...

Eu já recolhi, já recolhi. E S.Exa. já contraditou. Depois V.Exa. faz a questão de ordem.



O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira) - Concedo a palavra ao Deputado Samuel Moreira, por 3 minutos.

O SR. SAMUEL MOREIRA (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, manifesto uma breve palavra no sentido de propor que façamos uma reflexão, neste ambiente tenso que o País está vivendo. É preciso ter muita prudência, e só há um caminho para um país que quer ter prudência: o país deve submeter-se à sua Constituição e às suas regras.

Governador João Castelo, nós, no Brasil, reconquistamos a democracia através das eleições diretas. A nossa redemocratização se deu em função das Diretas Já. E muitos, em função disso, resumem a democracia a somente votar. Acham que, somente pelo fato de se votar diretamente ou participar, já está a democracia consolidada e conquistada. Não, a democracia é mais do que votar e participar. Mais até do que votar e participar, democracia é ordenamento jurídico, para nos dar o Estado de Direito. E o ordenamento jurídico é a Constituição. E o ordenamento jurídico é que faz com que todos se submetam a ele, para se tornarem iguais.

Vejam que o regime democrático que nós escolhemos precisa de uma Constituição que seja absolutamente respeitada. Então, nós precisamos caminhar dentro das regras. Essa é a grande questão.

O *impeachment* está previsto na Constituição. Está lá no art. 85: “(...) *crimes de responsabilidade...*” O art. 85 da Constituição nos remete a uma lei específica do *impeachment*, a Lei nº 1.079, de 1950. Nela está descrito o rito, como nós devemos fazer a votação do *impeachment*.



Por isso, todos nós precisamos decidir sobre isso. Vamos votar o *impeachment* e acabar com esse impasse, acabar com essa tensão. Se a Presidente Dilma tiver votos suficientes para ficar, S.Exa. fica. Se não tiver os votos, sai. É assim que funciona uma democracia, sem tensão.

Vamos avançar, porque, quando você respeita a Constituição, você a segue, independentemente dos seus interesses específicos, senão não dá para viver coletivamente!

Não dá para a regra só valer quando for boa para mim. Ela tem que ser respeitada em todas as condições. Esse é o único caminho. Não há outro caminho. Nós precisamos votar esse *impeachment*. A Presidente vai ter direito à defesa, vai prestar os seus esclarecimentos. Em seguida, nós vamos partir para o voto, e a sociedade vai acompanhar.

As regras têm que valer para todo mundo. E é preciso respeitar o resultado e deixar o País caminhar. Essa é a nossa responsabilidade. Não adianta ficar esperneando para lá e para cá. Não adianta! O fato está consumado.

Todas as condições foram criadas para se votar o *impeachment*. Todas as condições, todos os motivos estão aí — todos! Se alguém tinha dúvida se isso deveria ser votado ou não, deve ter mudado de ideia a partir de todos os fatos que ocorreram — e são fatos, não são opiniões —, que demonstram que nós temos que votar o *impeachment*. E é isso que nós vamos fazer, com tranquilidade, sem violência, com firmeza, com convicção.

A nossa posição é clara: a Presidente tem que ser afastada, pelos fatos ocorridos e pelos crimes de responsabilidade que ela cometeu. Vamos ao *impeachment!*



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

Durante o discurso do Sr. Samuel Moreira, o Sr. Delegado Edson Moreira, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Manato, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.



O SR. CAETANO - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - A questão de ordem é sobre qual tema, nobre Deputado?

O SR. CAETANO - A questão de ordem baseia-se no art. 67, § 2º, combinado com o art. 85 do Regimento Interno, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Pois não.

O SR. CAETANO (PT-BA. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, trata-se de questão de ordem com base no art. 67, § 2º, combinado com o art. 85 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e no art. 37 da Constituição Federal, que determinam que os requisitos formais para a convocação de sessão extraordinária, quando realizada com menos de 24 horas de antecedência, sejam cumpridos.

Na reunião do Colégio de Líderes do dia 16 de março de 2016, convocada para as 19h10min, o Presidente da Câmara comunicou que seria realizada sessão extraordinária no dia seguinte, quinta-feira, às 10 horas, com item único e com finalidade de eleição da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre denúncia por crime de responsabilidade contra a Presidente da República, Sra. Dilma Rousseff, oferecida pelos Srs. Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaína Conceição Paschoal.

Ora, o § 2º do art. 67 do RICD, expressa e taxativamente, condiciona que, quando a sessão é convocada com menos de 24 horas de antecedência, além do edital de convocação, faz-se necessário que a comunicação se faça, *ipsis litteris*, “*também por via telegráfica ou telefônica*”. Vou além, a Questão de Ordem nº 241,



de 2013, decide que a convocação dos Parlamentares para a sessão extraordinária por meio de *e-mail* substitui, com muito mais objetividade, a convocação por meio telegráfico exigida pelo Regimento.

Conquanto o RICD descreva ao menos três possibilidades para que se cumpram os requisitos da convocação extraordinária, nenhum deles foi observado. E mais: até às 9h44min de hoje, dia 17 de março de 2016, o *Diário da Câmara dos Deputados* não tinha sido disponibilizado na Internet. (*vide* folha anexa).

Sr. Presidente, utilizando o art. 114, IV, do RICD, solicitamos que a convocação para a sessão extraordinária seja tornada sem efeito. É imperioso que sejam respeitados todos os parâmetros legais, em principal o art. 37 da Constituição Federal, para que o rito do *impeachment* seja eximido de qualquer vício jurídico e/ou legislativo.

É esta a questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. MANDETTA - Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. HERÁCLITO FORTES - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

Informo a V.Exa. que nós acatamos a sua questão de ordem, mas o *Diário da Câmara* saiu.

Quando começamos a sessão extraordinária, a primeira coisa que nós fizemos foi a leitura do edital de convocação, convocando a sessão para as 10 horas. Fizemos a leitura, comunicando o tema único: a eleição da Comissão Especial.

Nós acolhemos a questão de ordem e, depois, na hora oportuna, vamos responder a ela.

Agradeço a V.Exa.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Antes de dar prosseguimento à sessão, esta Mesa dá conhecimento ao Plenário do seguinte

Ato da Presidência

Em aditamento ao Ato da Presidência de 3 de dezembro de 2015, que constituiu a “Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal”, e considerando que os Partidos PMN e PTC, antes contemplados pelo art. 19 da Lei nº 1.079, de 1950, perdem suas vagas porque deixaram de ter representantes na Câmara dos Deputados, esta Presidência RESOLVE adequar, de acordo com o princípio da proporcionalidade partidária, a quantidade de vagas de titulares, e igual número de suplentes, para os Partidos PP, de quatro para cinco, e DEM, de dois para três.

Brasília, 17 de março de 2016

Eduardo Cunha

Presidente da Câmara dos Deputados



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Para contraditar, com a palavra o Deputado Mandetta.

O SR. MANDETTA (DEM-MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Vou contraditar, Sr. Presidente. Esta é uma estratégia do PT de fazer chicana, colocando questões de ordem para postergar aquilo que a Nação brasileira espera: que esta Casa dê a resposta à altura do cinismo desse Governo Federal, que protege pessoas com o foro privilegiado para correr da Justiça.

Nós queremos instalar a Comissão! Isto é chicana do PT!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PSB-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero apenas comunicar a V.Exa. que um juiz federal suspendeu a posse do ex-Presidente Lula como Ministro da Casa Civil. Este é um fato relevante que esta Casa tem o direito de saber.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - V.Exa. se incomoda de repetir, nobre Deputado? Repita, por favor!

O SR. HERÁCLITO FORTES - Sr. Presidente, um juiz federal acaba de suspender a posse do ex-Presidente Lula como Chefe da Casa Civil. *(Manifestação no plenário. Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Eu agradeço a V.Exa. pela informação.

A SRA. JÔ MORAES - Não é competência dele.

O SR. HERÁCLITO FORTES - Não conheço os detalhes. Não entro no mérito, estou apenas comunicando à Casa o que acaba de chegar ao meu conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Esta Presidência agradece imensamente a V.Exa.

A SRA. JÔ MORAES - Não é competência dele!



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Gilberto Nascimento.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (Bloco/PSC-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, prezados Deputados, é inegável o trabalho que a Polícia Federal vem fazendo no Brasil no combate à corrupção, nas operações nas fronteiras, na luta contra o narcotráfico e o contrabando.

Porém, quero, nesta oportunidade, destacar a grande atuação que o Sindicato dos Delegados Federais do Rio de Janeiro vem fazendo em defesa da classe, na pessoa do seu Presidente, Delegado Dr. Clayton Bezerra, e do Delegado Dr. Mauro Guimarães. Este Sindicato tem sido exemplo ao atuar junto a este Parlamento, sempre buscando a interlocução com esta Casa.

Sob a direção do Presidente, Delegado Dr. Clayton, o Sindicato tem defendido maior autonomia da Polícia Federal, valorização de seus servidores e maior participação da sociedade civil no oferecimento de sugestões de melhoria na atuação de seus quadros.

Quero destacar também, nesta oportunidade, a divulgação dos trabalhos da Polícia Federal através do programa de rádio elaborado pelo Sindicato, levando o nome de *Rádio Cidadã*. Este programa tem sido um canal de diálogo entre a sociedade e o Sindicato e merece nossos aplausos.

Sr. Presidente, solicito que este meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - V.Exa. será atendido.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra o nobre Deputado Vicentinho Júnior.

O SR. VICENTINHO JÚNIOR (Bloco/PR-TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Dr. Itagiba, parabéns pela decisão. (*Manifestação no plenário. Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Fábio Sousa.

O SR. FÁBIO SOUSA (PSDB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero apenas registrar que hoje faleceu o Sr. João Luiz Duarte de Abreu, pai da Ministra Kátia Abreu.

Meus pêsames à Ministra e a todos os seus familiares.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Esta Casa faz nossas as palavras de V.Exa.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Delegado Edson Moreira. S.Exa. dispõe de até 3 minutos na tribuna.

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (Bloco/PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a partir de 2003 este País criou na Presidência da República uma verdadeira matilha de ladrões, uma corja que começou a dilapidar o patrimônio público.

São muito graves os fatos que estão ocorrendo no País. Estamos assistindo estupefatos a como a Presidente da República tenta obstruir, por subterfúgios ilegais, a ação da Justiça, levando para dentro do Palácio do Planalto um criminoso contumaz, um criminoso denunciado, cuja prisão preventiva está para ser decretada, um criminoso que desafia o Poder Judiciário do Brasil.

Eu fui delegado por 35 anos. Quando policial, sempre persegui os mais perigosos criminosos. Eu nunca vi antes neste País um criminoso que, para ser protegido das garras da Justiça, é levado para dentro do Palácio da Presidente da República, que tem o dever de dirigir todos os brasileiros.

Sr. Presidente, como eu posso ter moral para dar ordem de prisão a um criminoso se o maior criminoso dos últimos tempos está sendo protegido pela Presidente da República?

É uma vergonha, Sr. Presidente! Eu tenho vergonha de ser brasileiro e de ser presidido por uma Presidente inóspita, incapaz de dirigir o povo brasileiro. Esse pessoal está roubando o povo brasileiro e ainda quer fugir das garras da Justiça. Essa matilha, essa corja de ladrões! Ainda encontram amparo na ação de várias outras pessoas que deveriam estar protegendo o povo brasileiro.

Isto é uma vergonha!



Sr. Presidente Manato, solicito a V.Exa. que este pronunciamento seja divulgado pelos meios de comunicação da Casa e pelo programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - V.Exa. será atendido, nobre Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Capitão Augusto. S.Exa. dispõe de 3 minutos na tribuna.

O SR. CAPITÃO AUGUSTO (Bloco/PR-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, mais esta notícia agora que acaba de chegar: agora é ex-Ministro Lula, porque o juiz acaba de indeferir a sua posse.

Diante de tantos fatos, todos nós brasileiros estamos estarecidos: corrupção, aparelhamento do Poder Judiciário. Uma série de problemas no Brasil nos leva a uma reflexão. Parece que nós estamos literalmente assumindo a condição de república de bananas aqui no Brasil.

Senão, vejamos. Eu não tenho dúvida nenhuma de que a condição em que nos encontramos hoje se deve muito à própria Constituição Federal de 1988, aquela que o saudoso Ulysses Guimarães apelidou de Constituição Cidadã, considerada, então, uma das melhores constituições do mundo.

Passados quase 30 anos da sua promulgação, constatamos que a Constituição Cidadã infelizmente não passa de um discurso populista completamente desagregado da realidade social, econômica e política deste País.

O legislador constituinte de 1988 errou na medida e exagerou demasiadamente na conferência de direitos, esquecendo-se quase que completamente da imposição de deveres aos cidadãos. Apenas para ilustrar, o texto constitucional utiliza 163 vezes a palavra direito e apenas 33 vezes a palavra dever, incluindo-se as referências em índice, títulos e subtítulos.

O cidadão tem direito a tudo, e não tem deveres. O Estado e a sociedade tornaram-se reféns impotentes diante dos direitos daqueles que não reconhecem a existência de deveres. Os nossos jovens e crianças estão crescendo sem a noção



do que é dever. Caminhamos para o abismo e estamos prestes a cair nas profundezas.

Vemos que a Constituição, infelizmente, produziu um efeito reverso àquele romanticamente idealizado por Ulysses Guimarães: o excesso de direitos acabou por criar uma Nação de acomodados, que tudo espera receber do Estado e conseqüentemente abriu a porta para políticos populistas articularem uma estratégia de perpetuação no poder e apropriação da coisa pública.

Sr. Presidente, insisto na mudança desejada e necessária para que o Brasil volte a ser o País do futuro. Estamos sendo convocados para o *front*. Neste momento, temos honra, e nosso País não pode fugir à luta de fazer voltar a brilhar os raios fulgidos no céu da Pátria amada.

Precisamos urgentemente rever a possibilidade de instalar uma nova Assembleia Nacional Constituinte. Esta Constituição está completamente errada. Nada — Justiça, saúde, educação, segurança — está funcionando. A Constituição Federal precisa ser revista. Já foram feitas 72 alterações nela, e ainda há 1.700 para serem aprovadas nesta Casa. Precisamos urgentemente rever isso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Alberto Fraga. S.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM-DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria elogiar a decisão do Juiz Federal Itagiba Catta Preta Neto, que diz na sua sentença em relação à posse do ex-Presidente Lula:

“Assim, em vista do risco de dano ao livre exercício do Poder Judiciário, da autuação da Polícia Federal e do Ministério Público Federal, defiro o pedido de liminar para sustar o ato de nomeação do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva para o cargo de Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República (palmas), ou qualquer outro que lhe outorgue prerrogativa de foro.

Intimem-se e cite-se a União e a Exma. Sra. Presidente da República para imediato cumprimento. Caso já tenha ocorrido a posse, suspendo seus efeitos até o julgamento final desta ação.”

(Manifestação no plenário. Muito bem! Muito bem!)

Parabéns ao Juiz Federal Itagiba Neto, que tomou esta iniciativa, lavando a alma do povo brasileiro. Outras ações também serão deferidas nesta mesma linha.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MANDETTA - Parabéns, Juiz Catta Preta! Parabéns, Deputado Fraga, do Democratas de Brasília!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Covatti Filho, por 1 minuto.

O SR. COVATTI FILHO (Bloco/PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados, deixou-me abismado agora a notícia do *blog* do jornalista Polibio Braga, lá do Rio Grande do Sul, de que, em uma ligação interceptada, Lula pede para o Ministro da Fazenda ajudar primeiro os Estados dos amigos dele e deixar Rio Grande do Sul e São Paulo de fora.

O Rio Grande do Sul já conviveu por 4 anos com a incompetência do Governo petista lá. Infelizmente, assassinaram as finanças do nosso Estado, e, agora, o novo Ministro da Casa Civil, que está suspenso, vai lá e esnoba na cara dos gaúchos, dizendo que, em primeiro lugar, tem que defender a companheirada deles.

Isto é esnober na cara dos gaúchos, esnober na cara de todos os cidadãos que um dia acreditaram no Governo deles. Nós queremos convocar aqui a bancada do Rio Grande do Sul para enfrentar essa demagogia petista.

A favor do *impeachment* e da renúncia já!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Vitor Valim, a quem agradeço por ser sempre muito educado. S.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. VITOR VALIM (Bloco/PMDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu vejo que o PT está apavorado.

Antes, porém, de iniciar minha manifestação, devo agradecer à Deputada Jandira Feghali: muito obrigado, Jandira Feghali, por ter mostrado a todo o Brasil quem é realmente o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. (*Manifestação no plenário. Palmas.*) Temos que fazer uma honraria neste Congresso à Deputada Jandira Feghali, que mostrou quem é verdadeiramente o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O Deputado Alberto Fraga já antecipou o que me traz à tribuna desta Casa: parabéns ao Judiciário! O ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que o Judiciário tinha que ficar com medo. "*O Judiciário tem que ficar acuado*", estas foram as palavras do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que agora caem por terra, porque o Judiciário não está apavorado, a Polícia Federal não está apavorada, o Ministério Público não está apavorado. Quem está apavorado são os petistas. Lula estava feliz porque alguns petistas e comunistas já estavam nas tribunas da Câmara Federal criticando e deixando o Judiciário apavorado.

Hoje eu vi na CPI dos Fundos de Pensão uma Deputada petista apavorada, porque tudo sobre os fundos de pensão, que eram comandados por petistas que roubaram bilhões de aposentados e pensionistas, virá à tona agora. Esta é a verdade, Sr. Presidente.

Parabéns, Juiz Sérgio Moro!



Vou repetir o nome do Juiz de Brasília Itagiba Catta Preta Neto e trecho da sua decisão judicial que eu achei importante: *“Em vista do risco de dano ao livre exercício do Poder Judiciário, da atuação da Polícia Federal e do Ministério Público Federal, defiro o pedido de liminar para sustar o ato de nomeação do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva”*.

É aquele Presidente que, por engano, tinha 23 caixinhas, e, dentro dessas caixinhas, havia faqueiro de ouro dado a Costa e Silva em 1968. É aquele Presidente que não sabia de nada e não sabia o que estava dentro das caixinhas — moedas de ouro. Aí, ele manda o Ministério Público para “aquele lugar”, mesmo lugar para o qual ele mandou a população brasileira. Mas a máscara está caindo, e o povo está indo às ruas.

A Comissão Especial do Impeachment vai ser instalada hoje. Hoje petistas estavam apavorados aqui, porque foram agredidos nas ruas. Aliás, cito o nome do Deputado Sibá Machado. V.Exa. lembra, Sr. Presidente, quando as galerias estavam lotadas e ele chamou os manifestantes para a porrada? Quem não se lembra dessa cena? Agora, infelizmente, os manifestantes estão acolhendo o pedido que ele fez às galerias para ir à porrada.

Quem com ferro fere com ferro será ferido.

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

A SRA. JÔ MORAES - Parabéns, Ministro Lula!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Eu que agradeço, nobre Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Srs. Deputados, eu gostaria de comunicar ao Plenário que o prazo para apresentação de indicações de nomes para compor a Comissão Especial do Impeachment foi prorrogado para as 13 horas.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - O nobre Deputado Lincoln Portela já está na tribuna. Eu vou conceder 1 minuto a um orador e 3 minutos a outro. Não posso conceder a palavra a todo o mundo.

Com a palavra o Deputado Capitão Augusto.

O SR. CAPITÃO AUGUSTO (Bloco/PR-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que considere meu pronunciamento como lido e determine sua divulgação pelo programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - V.Exa. será atendido.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, somos uma república de bananas: por um novo Brasil.

Não tenho dúvidas que tal condição muito se deve à Constituição Federal de 1988, aquela que o saudoso Ulysses Guimarães alcunhou de Constituição Cidadã e que era então considerada uma das melhores Constituições do mundo.

Passados quase 30 anos da sua promulgação, constatamos que, infelizmente, a Constituição Cidadã não passa de um discurso populista completamente desagregado da realidade social, econômica e política do nosso País.

O Legislador Constituinte de 1988 errou na medida e exagerou demasiadamente na conferência de direitos, esquecendo-se quase completamente da imposição de deveres aos cidadãos. Apenas para ilustrar, o texto constitucional utiliza 163 vezes a palavra “direito” e apenas 33 vezes a palavra “dever”, aqui incluindo as referências em índices, títulos e subtítulos.



O cidadão tem direito a tudo e não tem dever nenhum. O Estado e a sociedade tornaram-se reféns impotentes diante dos “direitos” daqueles que não reconhecem a existência de deveres. Os nossos jovens e as nossas crianças estão crescendo sem terem noção do que é um dever. Caminhamos para o abismo e estamos prestes a cair nas suas profundezas.

O que vemos é que, infelizmente, a Constituição produziu um efeito reverso àquele romanticamente idealizado por Ulysses Guimarães. O excesso de direitos acabou por criar uma nação de acomodados, que tudo esperam receber do Estado. E, conseqüentemente, abriu as portas para que políticos populistas articulassem suas estratégias de perpetuação no poder e de apropriação da coisa pública.

Mas ainda há tempo de corrigirmos o rumo e nos afastarmos da beira deste abismo sem fim. A sociedade brasileira está clamando por socorro e, na qualidade de legítimos representantes da soberania popular, não podemos nos acovardar e deixar de implementar as mudanças necessárias para que o Brasil volte aos trilhos da ordem e do progresso.

Insisto: a mudança desejada e necessária para o Brasil exige coragem! Estamos sendo convocados para o *front* e, neste momento, devemos honrar o nosso País e não fugir da luta para fazer voltarem a brilhar os raios fúlgidos da liberdade no céu da nossa Pátria amada!

A coragem que a sociedade espera de nós neste momento exige que reconheçamos que a Constituição Federal de 1988 se mostrou incapaz de cumprir a promessa de construção de um País mais justo, livre e solidário.

Precisamos urgentemente ouvir a voz que vem das ruas, que clama por socorro e por mudanças, e assim convocar uma nova Assembleia Nacional



Constituinte. Somente uma nova Constituição, que, sem esquecer-se dos direitos, retome a noção de dever, será capaz de restabelecer o alicerce necessário para a reconstrução do nosso País, que está afundado numa grave crise econômica e política, mas, sobretudo, numa crise ética sem precedentes.

Somente uma nova Constituição poderá restabelecer a autoridade e a ética das instituições públicas e reorganizar a sociedade, servindo de base democrática para a construção de um novo Brasil.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Júlio Delgado, pelo tempo de 1 minuto.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, essa vitória que já foi anunciada pelos Deputados Vitor Valim e Alberto Fraga não é a vitória de um partido ou de outro. O PSDB entrou com uma ação a esse respeito, assim como o Democratas e o PSB. Mas essa ação foi impetrada por um cidadão, um advogado. O vitorioso neste momento, o que está sendo manifestado por nós aqui, é o povo brasileiro, que reagiu a essa aberração que aconteceu ontem.

Então, ficam os meus cumprimentos àqueles que representam o povo brasileiro, por meio de um cidadão, um advogado, que deu entrada a essa ação federal. Parabéns a ele e ao Juiz Itagiba!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado Lincoln Portela.

V.Exa. dispõe de até 3 minutos na tribuna.

O SR. LINCOLN PORTELA (Bloco/PRB-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Carlos Manato, Sras. e Srs. Parlamentares, Brasil que me assiste, a primeira coisa que quero dizer é que tenho o maior respeito aos 512 Parlamentares desta Casa, sejam eles da Situação, sejam eles da Oposição; estejam eles numa posição de neutralidade ou de imparcialidade, de qualquer maneira.

Quero dizer a todos que, mesmo respeitando cada um de S.Exas., terei que discordar de grande parte. Eu, que caminhei por 17 anos ao lado de um propósito, de um governo, ontem me vi obrigado a, ironicamente — a ironia faz parte do discurso —, dar as boas-vindas ao novo ditador brasileiro, o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva.

Ainda ironicamente, quero dizer que a Presidente Dilma Rousseff, travestida de Rainha da Inglaterra, haveria de caminhar com seus cavalos brancos em cima de pelo menos 60 mil cadáveres, 60 mil pessoas que são assassinadas por ano no Brasil, fora os desaparecidos, e por certo num apogeu de glória, porque não vi nenhuma política de Estado contra a violência no Brasil.

Anteontem eu me vi obrigado a mudar de partido. Fui para o PRB, porque onde eu estava, no PR, com todo respeito a quem devo muito, fui punido por não votar, algumas vezes, a favor do Governo. Quando fui para o PRB, eu o fiz com plena liberdade para votar a favor do Brasil. E não apenas isso: juntamente com toda a bancada de 22 Parlamentares, ontem mesmo, fomos ao Salão Verde e



demos o nosso grito de alforria, ao colocarmos o Ministério do Esporte à disposição do Governo e ao dizermos: *“Vamos para a independência, vamos para a luta, com todos os brasileiros!”*.

Com todo o respeito a S.Exas., não dá para o Brasil aguentar mais. Não dá para as famílias brasileiras aguentarem mais. Não dá mais para os católicos, para os evangélicos, para os espíritas, para aqueles que são sérios, para aqueles que caminham com o Brasil. Não dá mais para os ateus que acreditam em um Brasil de bem. Não dá mais para a maçonaria, não dá mais para ninguém aguentar o que está acontecendo no Brasil.

É hora de mudança, é hora de humildade, é hora de prosseguirmos!

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - A Presidência esclarece ao Plenário que nós temos uma lista de Deputados inscritos. O próximo a falar é o Deputado Edinho Bez, mas peço ao Deputado que espere, porque vou intercalar, concedendo a palavra a outro Parlamentar, por 1 minuto.

A ordem das inscrições dos Deputados é a seguinte: Pr. Marco Feliciano, Carlos Zarattini, Leonardo Quintão e Rodrigo de Castro.

É esta a ordem que eu vou seguir. Não abro mão dela, e não adianta fazer barulho.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado Pr. Marco Feliciano.

V.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (Bloco/PSC-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria dar como lida uma moção. Leio trecho inicial do documento:

“Eu, Deputado Pr. Marco Feliciano, PSC/SP, e outros que esta subscrevem, comprometidos com o anseio de todo o povo brasileiro, manifestamos moção de repúdio contra a nomeação do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para o cargo de Ministro da Casa Civil da Presidência da República, como divulgado pela Presidência da República, pelos motivos que seguem (...)”.

Sr. Presidente, eu peço apoio a todos os Deputados que aqui estão. Até essa liminar possivelmente ser cassada, solicito aos Deputados desta Casa que são contra a indicação do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva que me apoiem. Já tenho quase 100 assinaturas. Podemos chegar a 300. Com isso, mostraremos a toda a Nação brasileira o nosso recado à Presidenta Dilma e ao ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Não queremos a nomeação. Isso sim é um golpe à democracia brasileira, um grito contrário ao que nós ouvimos nas ruas no último domingo, ontem e hoje.

Estou todo vestido de preto hoje porque me incorporo ao Movimento Brasil de Luto. Convoco toda a Nação brasileira a ir às ruas, Sr. Presidente.



Chega deste desgoverno!

Muito obrigado.

MOÇÃO A QUE SE REFERE O ORADOR

REQUERIMENTO Nº /2016

(Dos Srs. Pastor Marco Feliciano e outros que esta subscreve)

Senhor Presidente,

MOÇÃO DE REPÚDIO

Eu Deputado Pr. Marco Feliciano, PSC/SP e outros que esta subscreve, comprometidos com o anseio de todo o povo brasileiro, manifestamos MOÇÃO DE REPÚDIO contra a nomeação do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para o cargo de Ministro da Casa Civil da Presidência da República, como divulgado pela Presidência da República, pelos motivos que seguem:

Ouvidos pelo *Jornal da Record*, Roberto Delmanto Júnior e David Teixeira de Azevedo defendem que um ministério na mão do ex-presidente é uma forma de protegê-lo. A manobra também pode ser considerada crime, pois haveria o que é conhecido como desvio de finalidade.

Três dias depois de centenas de milhares de pessoas irem às ruas do país pedindo impeachment e um dia após a homologação da bombástica delação premiada do senador Delcídio do Amaral, a presidente Dilma Rousseff informou que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva — seu mentor e antecessor — será o novo ministro-chefe da Casa Civil.

Acuada por uma série de notícias negativas nas últimas semanas, a petista tenta, com a nomeação do ex-presidente para o cargo mais importante de seu gabinete, salvar seu mandato de um processo de impedimento que parece cada vez mais iminente.

“BBC Brasil”

Sala das Sessões, 16 de março de 2016

Pastor Marco Feliciano

Deputado Federal – PSC/SP



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Carlos Zarattini, por 1 minuto.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria saudar o Sr. Eugênio Aragão pela posse no cargo de Ministro da Justiça e o Sr. Mauro Lopes, nosso colega de tantas lutas, pela posse no cargo de Ministro da Secretaria de Aviação Civil — tenho certeza de que, com sua experiência, ele fará um grande trabalho.

E quero saudar também — tem muita gente nervosa aqui — o Ministro Luiz Inácio Lula da Silva, que assumiu a Casa Civil. Muitos acham que essa tal decisão vai prevalecer, mas eu tenho certeza de que não.

Nós vamos ter, com o Ministro Lula na Casa Civil, a grande possibilidade de reorganizar a base política do Governo, de reorganizar politicamente o nosso País, de retomar o desenvolvimento econômico e a geração de empregos e fazer o Brasil voltar a prosperar, como prosperou durante 13 anos.

Não vamos deixar o tumulto e a anarquia tomar conta!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Edinho Bez.

V.Exa. tem 3 minutos na tribuna.

O SR. EDINHO BEZ (Bloco/PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, meus colegas Parlamentares, vou iniciar cumprimentando a minha bancada do PMDB pela reunião de hoje de manhã, na qual, por acordo e por unanimidade, indicamos os nossos representantes para compor a Comissão que vai tratar do *impeachment* da Presidente Dilma.

Nesta oportunidade, Sr. Presidente, na condição de Deputado Federal membro da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, da qual fui Presidente, venho falar do Projeto de Lei nº 4.576, de 2016, de minha autoria, que altera a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, para dispor sobre a comercialização direta de produtos orgânicos aos consumidores.

Nobres colegas Parlamentares, esta iniciativa visa a nosso ver alterar a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro 2003, que passaria a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“Art. 3º-A. A comercialização direta de produtos orgânicos aos consumidores se realizará:

I - exclusivamente por agricultores familiares inseridos em processos próprios de organização e controle social, previamente cadastrados junto a órgão da Administração Pública Federal responsável pelos assuntos concernentes à produção agropecuária;



II - facultativamente, sem a certificação de que trata o art. 3º desta Lei, desde que seja assegurada aos consumidores e ao órgão fiscalizador a rastreabilidade do produto e o livre acesso aos locais de produção ou processamento;

III - em propriedade particular ou em feiras livres ou permanentes, instaladas em espaços públicos;

IV - mediante fiscalização sistemática, na forma da regulamentação desta Lei.

§ 1º Os agricultores familiares a que se refere o inciso I do caput deste artigo poderão comercializar a produção própria e a de outros produtores orgânicos que atendam a todas as condições estabelecidas neste artigo, além de produtos orgânicos certificados nos termos do art. 3º desta Lei.

§ 2º Para os efeitos desta Lei, entende-se por feira livre a atividade mercantil de caráter cíclico realizada em instalações provisórias e removíveis e, por feira permanente, aquela de caráter constante realizada em instalações comerciais fixas e edificadas; mediante autorização, regulamentação e fiscalização por órgão competente da Administração Pública.”

Nobre Presidente, a proposição também prevê os seguintes artigos:



“Art. 2º. O art. 6º da Lei nº 10.831, de 23 de dezembro 2003, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

‘Art.6º.....

Parágrafo único. Incorre em crime contra as relações de consumo e fica sujeito às penas previstas na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 — Código de Defesa do Consumidor — aquele que comercializar como orgânico produto que não o seja. (NR)’

Art. 3º Revoga-se o § 1º do art. 3º da Lei nº 10.831, de 23 de dezembro 2003.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Nobre Presidente, em todo o mundo, também no Brasil, é crescente a demanda por uma alimentação saudável, que consiste no consumo de alimentos diversificados, nutritivos e com a garantia de que não estejam contaminados por substâncias prejudiciais à saúde. Neste sentido, os produtos da agricultura orgânica são cada vez mais demandados. Além de serem encontrados em gôndolas de supermercados, são também comercializados em feiras livres ou permanentes, em uma relação direta e saudável entre produtor e consumidor.

Cabe ratificar que a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro 2003, é o marco legal que rege a produção, a certificação e a comercialização de produtos orgânicos, entre outros aspectos. Seu art. 3º estabelece que, para serem comercializados, esses produtos devem ser certificados por organismo oficialmente reconhecido,



segundo critérios estabelecidos em regulamento. O § 1º do mesmo artigo trata da comercialização direta aos consumidores, por parte de agricultores familiares inseridos em processos próprios de organização e controle social. Neste caso, a certificação é facultativa, desde que os produtores sejam previamente cadastrados no órgão fiscalizador e seja assegurada aos consumidores e ao órgão fiscalizador a rastreabilidade do produto e o livre acesso aos locais de produção ou processamento.

Nobres colegas Parlamentares, em razão da maior complexidade do processo produtivo e da menor escala de produção, os produtos orgânicos ainda têm preços significativamente mais elevados que aqueles produzidos de forma convencional. Este fato, associado à preferência dos consumidores pelos produtos orgânicos, tem atraído comerciantes desonestos às feiras especializadas. Trata-se de uma prática deplorável, que, além de prejudicar aqueles que efetivamente se dedicam à agricultura orgânica, constitui fraude e crime contra as relações de consumo. Consoante o dito popular, o consumidor pode ser levado a comprar *“gato por lebre”*.

Cabe ressaltar as recentes reportagens levadas ao ar em janeiro de 2016 pela Rede Brasil Sul e Rede Globo de televisão que mostraram feirantes desonestos flagrados em Santa Catarina e em outros Estados brasileiros adquirindo frutas e hortaliças produzidas de forma convencional para depois vendê-las como *“orgânicas”*. Fraudes como essas causam grande indignação a todas as pessoas de bem, em particular àqueles que produzem ou consomem produtos da agricultura orgânica.

Visando melhor adequar a legislação à realidade e coibir novas fraudes, proponho, por meio deste projeto de lei, as seguintes medidas, a serem inseridas em



lei específica: que a comercialização direta de produtos orgânicos aos consumidores se realize exclusivamente por agricultores familiares inseridos em processos próprios de organização e controle social, previamente cadastrados no órgão da administração pública federal responsável pelos assuntos concernentes à produção agropecuária; em propriedade particular ou em feiras livres ou permanentes instaladas em espaços públicos; mediante fiscalização sistemática; que se permita os agricultores familiares comercializar diretamente ao consumidor a produção própria e a de outros produtores orgânicos que atendam a todas as exigências legais, além de produtos orgânicos certificados na forma da lei; que as feiras livres ou permanentes em que ocorre o comércio direto de produtos orgânicos aos consumidores sejam autorizadas, regulamentadas e fiscalizadas por órgão competente da administração pública; que conste de forma inequívoca, na própria Lei da Agricultura Orgânica, que a comercialização como orgânico de qualquer produto que não o seja constitui crime contra as relações de consumo, sujeitando o infrator às penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor.

Este projeto de lei tem como objetivo não lesar o consumidor, e lembro que sou favorável ao produto orgânico.

Por fim, nobres colegas, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da matéria em questão.

Sr. Presidente, solicito ampla divulgação deste pronunciamento nos veículos de comunicação desta Casa.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Solicito à Assessoria que registre no painel a presença do Deputado Carlos Zarattini, do PT de São Paulo, que fez seu pronunciamento.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Quintão. S.Exa. dispõe de 1 minuto. *(Pausa.)*

O SR. LEONARDO QUINTÃO (Bloco/PMDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nesta semana foram divulgados dados sobre o desemprego no Brasil. Em 2015, 1 milhão 870 mil pessoas perderam o emprego. Nossa economia reduziu 3,8% em relação ao PIB. Cabe a esta Casa, portanto, restabelecer a ordem.

Eu acho que nós temos a obrigação de devolver os empregos ao povo brasileiro. No meu Estado, Minas Gerais, estamos perdendo diariamente milhares de empregos nos setores siderúrgico e mineral, no comércio, em todas as áreas.

O PMDB acaba de indicar, por unanimidade, o nobre Deputado Rodrigo Pacheco, que representará o Estado de Minas Gerais na Comissão que será instalada nesta Casa.

Sr. Presidente, nós temos que parar com acusações e brigas nesta Casa. Precisamos olhar para o povo brasileiro, que está perdendo seus empregos. Não podemos deixar a economia do Brasil parar.

Muito obrigado.



O SR. WEVERTON ROCHA - Sr. Presidente, peço a palavra para fazer uma reclamação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Tem a palavra V.Exa.

O SR. WEVERTON ROCHA (PDT-MA. Reclamação. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, ou acertamos as relações entre a Câmara e o Senado, ou eu não sei aonde a situação realmente vai parar.

Há menos de 10 minutos, na porta da Câmara dos Deputados, ao lado do Senado, onde termina o tapete verde e se inicia o tapete azul, eu estava acompanhado da Reitora da Universidade Federal do Maranhão, estávamos indo ao gabinete da Liderança do PDT no Senado, e a Polícia do Senado me barrou, dizendo que eu não poderia passar com uma acompanhante.

Eu me identifiquei como Parlamentar desta Casa, como Líder da minha bancada. Eles disseram que se tratava de ordem expressa, e não me deixaram passar.

Isso é um absurdo! É um absurdo! Precisamos tomar as providências. Liguei para o Presidente e para o nosso Líder. Depois de muita discussão, deixaram-nos passar.

Sr. Presidente, ou esta Casa se reúne com a direção do Senado e estabelece uma relação de respeito entre as duas Casas, ou convocaremos os Deputados para fazermos um muro para ninguém do Senado para cá.

O tratamento que eles nos derem é o tratamento que daremos a eles também. Isso pode acontecer com qualquer Deputado, não apenas comigo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Está feito o registro, Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Gostaria de registrar a presença do ex-Governador de Pernambuco João Lyra e da Deputada Estadual Raquel Lyra, acompanhados do nobre colega Deputado Daniel Coelho.

Muito obrigado pela presença.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra o nobre Deputado Hélio Leite.

O SR. HÉLIO LEITE (DEM-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero apenas fazer um registro.

Parlamentares estão usando o microfone, falando, mas não estão registrando presença. Eu acho um absurdo isso e acho que, automaticamente, quem usar o microfone tem que ser inserido no registro de presença da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Eu já pedi que fosse tomada essa providência.

Muito obrigado, nobre Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado Rodrigo de Castro, por 1 minuto.

O SR. RODRIGO DE CASTRO (PSDB-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, há poucos minutos, um cidadão brasileiro pediu o seu direito na Justiça e foi atendido por um juiz federal. Foi suspensa a posse do Ministro Lula. O povo está exigindo os seus direitos, e a Justiça está atendendo a vontade popular.

O que foi ontem revelado para o público foram inúmeras tentativas feitas pelo ex-Presidente e não Ministro Luiz Inácio Lula da Silva de parar a Operação Lava-Jato.

É preciso, portanto, que a Justiça tome providências. Por muito menos, Delcídio do Amaral foi preso, e ele era Líder do Governo. Nós temos agora alguém que ia ser empossado no cargo de Ministro.

E cabe também, Sr. Presidente, a esta Casa, a nós Deputados, fazermos a nossa parte. *Impeachment* já! Chega de PT!



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado Rocha, do PSDB do Acre.

V.Exa. tem 3 minutos na tribuna.

O SR. ROCHA (PSDB-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ontem a população brasileira acompanhou, estarrecida, a mais esse episódio lamentável protagonizado pelo PT.

Com seu linguajar chulo, o ex-Presidente Lula fez referência à minha pessoa como “bandido do Acre”, justo porque foi de minha autoria o requerimento que o colocou no olho da Lava-Jato, em investigação do Ministério Público Federal e do Ministério Público Estadual.

Eu queria, aqui, dizer para o ex-Presidente Lula que eu tenho muito orgulho de ser acriano. A minha bandeira não é vermelha. A minha bandeira é verde e amarela. E, assim como todos os brasileiros estão indignados, eu também estou indignado com o que tem acontecido com o nosso País.

Não dá mais, Sr. Presidente, para assistir aos despautérios de alguém que se julga acima do bem e do mal, acima da lei. O ex-Presidente Lula precisa prestar contas à Justiça. Aliás, pesam contra ele denúncias graves, inclusive do sumiço, do desaparecimento de um faqueiro do Palácio da Alvorada.

Esse cidadão não tem moral para me chamar de bandido. Eu sou policial militar e tenho muito orgulho disso. Agora, em relação ao ex-Presidente Lula, eu não sei se a família dele, se o povo brasileiro vai olhar para ele da mesma forma como olhava ontem. O Lula é, sim, o maior bandido deste País e não tem moral para me atacar. Não tem moral para me acusar. *(Palmas.) (Manifestação no plenário: Bravo!)*



Fico feliz, Sr. Presidente, que um acriano tenha sido o autor de um requerimento que pode levar o Lula para a cadeia — para a cadeia!

Quero registrar também a minha satisfação com o trabalho da Justiça Federal, que, de forma célere, cancelou essa imoralidade que foi a nomeação do ex-Presidente Lula ao cargo de Ministro. As declarações de ontem, certamente, mostraram que a intenção era simplesmente fugir do alcance da lei, simplesmente fugir do alcance do Juiz Sergio Moro. E mais ainda: mostram um ex-Presidente que sequer se digna a cumprir o seu papel como ex-Presidente, que tenta manipular o Judiciário, que tenta manipular o Ministério Público.

Lula vai para a cadeia. E é uma proposição de um acriano que vai levar o maior bandido deste País, aquele que saqueou a PETROBRAS, os fundos de pensão e o BNDES, para a cadeia.

Para finalizar, Sr. Presidente, é lamentável ver que parte desta Casa, principalmente Parlamentares do PT, venha para cá defender o indefensável. Mas, eu tenho certeza de que aqueles que defendem bandidos nesta Casa, desta tribuna, não têm a mesma condição que eu tenho, Sr. Presidente.

Então, eu quero deixar registrado que o ex-Presidente Lula não tem moral para me chamar de bandido do Acre. Ele, sim, é o bandido que saqueou o Brasil.

(Palmas.)



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado Alberto Fraga.

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, a Frente Parlamentar da Segurança Pública se solidariza com o Deputado Rocha.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o Deputado Lobbe Neto, do PSDB de São Paulo.

Antes, porém, concedo 1 minuto para a Deputada Benedita da Silva.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o que me espanta nesta Casa é que não se dão conta do nosso papel de Parlamentares.

Eu também olho nos olhos dos meus filhos, dos meus netos e dos meus bisnetos, porque tenho prestado a esta Nação um serviço no Partido dos Trabalhadores. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem condições de provar que é um cidadão honesto.

Agora, Sr. Presidente... *(Apupos.)*

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Eu gostaria que as manifestações não fossem feitas. Vamos respeitar a Deputada que está com a palavra.

A SRA. BENEDITA DA SILVA - Sr. Presidente, se há uma coisa que eu tenho é educação e ética e jamais vou baixar o nível. Aqui se discute ideologicamente. Há juízes para julgar a causa. Nós estamos aqui para legislar e estamos impedindo este País de crescer, porque estamos colaborando com o desemprego.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Lobbe Neto. S.Exa. tem 3 minutos na tribuna.

O SR. LOBBE NETO (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Manato, Sras. e Srs. Parlamentares, continuamos ouvindo aqui tantas vozes do Partido dos Trabalhadores, mas é melhor ouvir algumas coisas do que ser surdo. O que me causa estranheza é a cara de paisagem que muitos fazem, como se nada estivesse acontecendo no País.

No domingo, 6 milhões' de pessoas foram às ruas para pedir o *impeachment* da Presidente Dilma, para pedir cadeia para o Lula. Diziam: "*Fora, PT*". Nós ouvíamos o coro de 6 milhões de pessoas. Parece-me que muitos da Situação que vêm à tribuna não ouviram as vozes das ruas.

E o que aconteceu ontem foi mais grave ainda: escolheram o ex-Presidente Lula para ser novamente o Presidente da República, para o seu terceiro mandato, sem votos. E o que houve? A população foi novamente às ruas.

Eu venho aqui hoje pedir uma salva de palmas para a Justiça Federal, que, através do Juiz Sergio Moro, que vem fazendo um grande trabalho para a Justiça do Brasil; para o Ministério Público Federal; para a Polícia Militar; para a Polícia Federal e para toda a população brasileira, para as pessoas de bem que vão às ruas pedir pelo bem do Brasil.

Basta de mentiras! Basta de enganações! Basta de tramoias! Basta de legislar em causa própria e em benefício de um partido! Fora, Dilma! Fora, Lula! Fora, PT! *Impeachment* já! (*Muito bem! Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Nós podemos conviver pacificamente. No intervalo das falas, quem quiser se manifestar, tudo bem, mas, na hora em que o Parlamentar estiver falando, devemos respeitá-lo.

Eu gostaria também de deixar consignados os meus parabéns à nobre Deputada Benedita da Silva. S.Exa. é uma guerreira e falou muito bem.

Tem a palavra o Deputado William Woo, por 1 minuto.

O SR. WILLIAM WOO (PV-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de parabenizar o povo brasileiro pela livre iniciativa de se manifestar ontem contra a indicação do ex-Presidente Lula ao cargo de Ministro da Casa Civil.

Pude estar em frente ao Palácio do Planalto, onde mais de 5 mil pessoas de Brasília estiveram manifestando a sua indignação.

Que todos nós Parlamentares demos nosso apoio ao Juiz Sérgio Moro e à equipe do Ministério Público e da Polícia Federal, para que possam continuar o trabalho de investigação que vêm fazendo.

Aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, para encaminhar à Mesa como lido pronunciamento em que parabenizo o Delegado de Polícia Dr. Marcos Alexandre Alfino e toda a sua equipe, que, no combate à corrupção, apreenderam ontem mais de 1 tonelada de maconha na região de Santos, Estado de São Paulo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ocupo a tribuna desta Casa hoje para parabenizar os policiais civis lotados no 5ª Delegacia de Polícia de Santos, São



Paulo, que, após receberem denúncia dando conta de que o PCC receberia uma enorme quantidade de drogas para distribuição nas cidades da região litorânea do Estado, passaram a desenvolver investigações para apurar a veracidade das informações, localizar a droga e prender os responsáveis.

A operação, Sr. Presidente, resultou na apreensão, no início da noite de ontem, 14 de março de 2016, por volta das 19 horas, no Jardim São Manoel, em Santos, em um galpão localizado defronte a uma escola estadual, de 1.314 quilos de maconha. Foram detidos na oportunidade cinco indivíduos que guardavam a droga e auxiliariam na sua distribuição pelo Estado de São Paulo.

Ressalto ainda, nobres colegas Parlamentares, que a diligência contou com a participação de policiais lotados na DISE/SP (Delegacia de Investigações sobre Entorpecentes). Todos os trabalhos foram desenvolvidos por este departamento tendo em vista a logística empregada e o armazenamento da droga apreendida.

Diante da extraordinária e bem-sucedida operação, parablenzo os policias envolvidos — Sr. Edmir Alves, Sr. Leandro Bezerra de Menezes, Sr. Paulo Ribeiro —, assim como também as autoridades policiais, Dr. Marcos Alexandre Alfino e Dr. Fábio Szabo Guerra.

Sr. Presidente, eu não poderia deixar de estender os meus cumprimentos ao Delegado-Geral da Polícia Civil do Estado de São Paulo, Dr. Youssef Abou Chahin, e ao Secretário Estadual de Segurança Pública, Dr. Alexandre de Moraes, desejando-lhes sucesso em todas as operações de combate ao narcotráfico realizadas no Estado.



Sr. Presidente, eu gostaria que este breve pronunciamento fosse divulgado em todos os veículos de comunicação desta Casa, em especial no programa *A Voz do Brasil*.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Vanderlei Macris. S.Exa. dispõe de 3 minutos na tribuna.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, recebi ontem um telefonema do meu filho Rafael Macris, de 24 anos, lá de Americana, interior de São Paulo. Ele me disse o seguinte: *“Pai, nós confiamos no nosso País, mas, mais ainda, no que vocês vão fazer a partir de agora com o pedido de impeachment da Presidente Dilma. Sejam firmes. Não esmoreçam. Estejam presentes nessa luta”*. Esse foi o recado que eu recebi do meu filho.

Quero dizer que me emociona ver brasileiros de todos os cantos do Brasil, num processo cada vez mais forte e presente, reclamar uma mudança, tão necessária para este País.

Mas ao ver as manchetes de hoje dos jornais fico triste.

O Estado de S. Paulo: Multidão vai às ruas contra manobra para blindar Lula.

Correio Braziliense: Lulagate incendeia o País e acua Dilma.

Folha de S.Paulo: Presidente atuou para evitar prisão de Lula, indica gravação.

É o caos! É o caos! Nós estamos no fundo do poço. Não há outra saída para a Presidente Dilma a não ser a renúncia. Caso contrário, a este Parlamento estarão dadas as condições para que essa mudança que a sociedade exige tanto seja efetivada por meio do *impeachment*.

Meus caros amigos Parlamentares deste Congresso Nacional, é hora de sabermos quem está do lado do Brasil; é hora de sabermos quem está do lado da bandeira brasileira; é hora de sabermos quem está com o povo e quem está contra o



povo; é hora de sabermos quem tem responsabilidade com este País e quem mama nas tetas do Governo, abocanham nacos deste País em detrimento dos interesses do povo.

Aqui nesta bandeira estão as assinaturas de todos os Parlamentares que estão do lado do *impeachment*. E a cada dia que passa outros vêm aqui assiná-la.

Esta bandeira brasileira (*Mostra bandeira.*), que se tornou símbolo da luta pelo *impeachment*, haverá de ter todos os votos necessários para que a sociedade brasileira diga: “*Estamos do lado do Congresso Nacional*”.

O Congresso Nacional tem parceria com a população. Não haverá de dar as costas ao povo brasileiro, e, neste momento, garantirá efetivamente que o *impeachment* tire a Dilma do Palácio do Planalto, tire o Lula do Palácio do Planalto, tire o PT do Palácio do Planalto.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Eduardo Bolsonaro. Enquanto S.Exa. sobe à tribuna...

O SR. CAIO NARCIO - Presidente, conceda-me 1 minuto, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Deputado Caio Narcio, há 4 oradores inscritos na sua frente para falar por 3 minutos cada um. Se V.Exa. falar por 1 minuto agora, eu vou cancelar a sua fala de 3 minutos. Nós temos que otimizar o tempo. V.Exa. está inscrito para falar 3 minutos daqui a pouco. Eu posso lhe dar 1 minuto agora. Aí nós vamos ganhar tempo, certo?



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Darcísio Perondi, por 1 minuto.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (Bloco/PMDB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Movimento Vem Pra Rua fez o mapa de votos dos Deputados em relação ao *impeachment*. Fez uma pesquisa séria nos meses de novembro e dezembro. É óbvio que isso é muito dinâmico, muda e está mudando para mais, e muitos colegas que constavam neste mapa como indecisos hoje dizem que não o são mais.

O líder do Movimento, Rogério Chequer, está aqui, junto com seus diretores. Os colegas que querem se posicionar e dizer que não estão mais indecisos só precisam procurar o Movimento Vem Pra Rua. Está lá na Internet; é fácil se posicionar.

Na realidade, nasce, sim, outro Brasil! Nasce, sim, outro Brasil, movido pelas multidões e pela nossa capacidade, como políticos, de salvar o País.

Viva o Brasil e viva o povo brasileiro!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado Eduardo Bolsonaro. S.Exa. tem até 3 minutos na tribuna.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (Bloco/PSC-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu vou aproveitar o embalo do Deputado Alberto Fraga e parabenizar a Justiça Federal de Brasília por ter lavado a alma dos brasileiros e ter suspenso a nomeação desse criminoso chamado Luiz Inácio Lula da Silva para a Casa Civil.

Juiz Federal Catta Preta, os brasileiros têm orgulho do senhor, assim como têm orgulho do Juiz Sergio Moro. Lugar de vagabundo é na cadeia, e não no Ministério. Como já disse o ex-Presidente Lula: *“Quando um pobre rouba, vai para a cadeia; quando um rico rouba, vira Ministro”*.

Eu agradeço a todos os Deputados que estão empenhados em mudar a história do Brasil, em fazer parte deste momento histórico e em não abaixar a cabeça aos mandos deste Governo. Este retém, em sua nata, vagabundos. Acusam Lula; depois, vêm Mercadante, Delcídio do Amaral — está todo mundo nesse mar de lama.

Presidente Dilma, tenha vergonha na cara e renuncie. O povo não espera nada diferente disso. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o Deputado Pr. Marco Feliciano.

Enquanto S.Exa. sobe à tribuna, concedo a palavra ao Deputado Padre João, por 1 minuto.

O SR. PADRE JOÃO (PT-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero me dirigir aos colegas Deputados que foram eleitos para respeitar a Constituição Federal: jamais aplaudam ilegalidades, como as que temos visto acontecer nos últimos dias. Grampear a Presidenta é crime — é crime. Isso vale para o PSDB, para o PDT, não importa o partido.

Nós temos que zelar pela lei e fazê-la valer. Se nós discordamos, então vamos mudar a Constituição Federal, vamos mudar a legislação. Essa competência é nossa — essa competência é nossa, repito. Não é louvável o que está acontecendo.

É importante que o povo brasileiro entenda que, na verdade, está em curso, sim, um golpe fundamentado, e com ações ilegais, com ações criminosas, seja de alguns juízes, seja de setores da Polícia Federal, seja do Ministério Público.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Nobre Deputado Pr. Marco Feliciano, V.Exa. tem 3 minutos na tribuna.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (Bloco/PSC-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu tenho em mãos requerimento de moção de repúdio à indicação do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Casa Civil.

Ao que me consta, parece que ele já está com os seus dias contados, pois nem bem chegou e já vai sair, por causa de uma ação do Judiciário aqui do Distrito Federal.

Queria ler a moção de repúdio, Sr. Presidente:

“Eu, Deputado Pr. Marco Feliciano, do PSC de São Paulo, e outros que esta subscrevem, comprometidos com o anseio de todo o povo brasileiro, manifestamos moção de repúdio contra a nomeação do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para o cargo de Ministro da Casa Civil da Presidência da República, como divulgado pela Presidência da República, pelos motivos que seguem:

‘Ouidos pelo Jornal da Record, Roberto Delmanto Júnior e David Teixeira de Azevedo defendem que um Ministério na mão do ex-Presidente é uma forma de protegê-lo. A manobra também pode ser considerada crime, pois haveria o que é conhecido como desvio de finalidade.’



‘Três dias depois de centenas de milhares de pessoas irem às ruas do País, pedindo ‘impeachment’, e um dia após a homologação da bombástica delação premiada do Senador Delcídio do Amaral, a Presidente Dilma Rousseff informou que o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva — seu mentor e antecessor — será o novo Ministro-Chefe da Casa Civil.

Acuada por uma série de notícias negativas nas últimas semanas, a petista tenta, com a nomeação do ex-Presidente para o cargo mais importante de seu gabinete, salvar seu mandato de um processo de impedimento que parece cada vez mais iminente.’ BBC Brasil”

Se fosse apenas isso, nós até sobreviveríamos aqui.

Ontem, foi expedida uma medida provisória, que deve chegar a esta Casa a qualquer momento, dando poderes de Ministro ao Chefe da Casa Civil. Espero que esta Casa faça o seu trabalho. Espero que esta Casa não se curve diante disso, no momento que o País vive, em que foram feitas promessas de que os Ministérios seriam cortados, e nós vemos mais um golpe, talvez, para proteger Jaques Wagner, que também foi indicado em todas essas delações.

Há um descaso no nosso País: a voz das ruas não está sendo ouvida.

Não bastasse isso, ouvi ontem, no Supremo Tribunal Federal, alguém falar sobre parlamentarismo.

Em 1993, o nosso País votou em plebiscito e decidiu que não deve existir isso no Brasil; que não pode ser assim. A população brasileira não aceita isso. De



repente, levantam esse defunto, que estava escondido no Senado, mandam-no para o Supremo Tribunal Federal, e o nosso País passa a viver ares de um futuro parlamentarismo, ou semiparlamentarismo, talvez, para dar poderes a esse que hoje foi indicado Ministro-Chefe da Casa Civil. E sua nomeação já está caindo, por causa de um juiz do Distrito Federal.

Sr. Presidente, isso é um descaso com a população brasileira. O *impeachment* tem de ser votado.

Fora, Dilma! Fora, PT!

O País não suporta mais essa bandalheira, essa criminalidade solta. O Brasil merece respeito, Sr. Presidente.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado Alberto Fraga.

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é preciso fazer constar a presença do Deputado Padre João, que falou agora há pouco.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Passarei a palavra aos inscritos. Antes, porém, registro a presença do Deputado Padre João.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra à Deputada Keiko Ota. S.Exa. dispõe de 1 minuto.

A SRA. KEIKO OTA (PSB-SP. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu não poderia, como mãe e esposa, deixar de me manifestar, porque fui eleita a ocupar uma cadeira na Câmara dos Deputados para dar vez e voz aos milhares de mães vítimas de violência que, por não conseguirem externar sua dor, clamam por justiça e pelo fim da impunidade.

Neste momento histórico inédito da luta contra a impunidade, quero parabenizar o Juiz Federal Itagiba Catta Preta Neto pela coragem e amor ao povo brasileiro.

Muito obrigada.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Nobre Deputado Heráclito Fortes, V.Exa. tem 3 minutos na tribuna. Depois, terão a palavra os Deputados Caio Narcio e Erika Kokay.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PSB-PI. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria solicitar a V.Exa. que fizesse uma distribuição de suco de maracujá para esses que estão agitados. Nós temos que baixar o nível de pressão neste plenário. Não podemos conviver com este excesso.

Nós temos um privilégio delegado pela população brasileira: esta tribuna. Esta tribuna é a maior arma que nós temos, e devemos usá-la na sua plenitude. Agora, não podemos descambar para agressões. Não fica bem.

Quem liga a *TV Câmara* o faz na esperança de saber como está sendo representada, não importa de que Estado seja, e quer ver a sua voz ecoar aqui com dignidade.

Nós estamos vivendo um momento, Deputado João Castelo, que em 36 anos nesta Casa eu nunca vi igual, a começar pela qualidade dos debates, pelos integrantes da mesa de debates. Sentimos a falta dos grandes tribunos e dos grandes formuladores. Tudo aqui está sendo feito à base do improviso.

Eu me lembro de que, na época das Diretas Já, eram realizadas reuniões, Deputado Moroni Torgan, para escolher, depois de definido o roteiro, o nome dos Parlamentares ou homens públicos que iriam percorrer o Brasil. Juntavam-se 70 Parlamentares que eram verdadeiros *showmen*. Hoje não se tem mais isso. Acabou! Aliás, o Dr. Ulysses Guimarães tinha uma frase que caberia perfeitamente para a situação atual, e vejam que já vai longe o tempo em que ele dizia isto: “*Esta*



Legislatura é pior do que a passada, mas sem dúvida será melhor do que a futura”.

Há ano a ano esse desencanto.

Nós que estamos aqui temos a obrigação de preservar o nosso mandato, de defendê-lo com nossas forças e com nossas convicções, mas não podemos perder a compostura. Essas agressões físicas, essas ameaças, aqui e nas Comissões, elas passam uma imagem muito ruim da Casa.

É evidente que o Governo está fazendo uma besteira atrás da outra, como desafiar a Justiça — como desafiar a lei da gravidade. Mas *“quem pariu Mateus que o embale”*. O que nós temos que fazer é, com fé e convicção, defender dias melhores para o Brasil, e eu não tenho mais nenhuma dúvida de que o melhor que o Brasil pode esperar de nós é a luta pelo *“Fora, Dilma!”*.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Assis Carvalho. S.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. ASSIS CARVALHO (PT-PI. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu acho natural os golpistas aplaudirem o Juiz Federal Itagiba Catta Preta Neto. Ele está na caminhada do “Fora, Dilma!” e em outra caminhada com o adesivo 45 no peito. Está gravado, está divulgado. É natural que os golpistas defendam aqueles que defendem o golpe. É natural que aplaudam o Juiz Sérgio Moro.

Hoje aplaudem o Juiz Moro e rasgam a Constituição. Nós já vimos isso com a Ku Klux Klan nos Estados Unidos que, enquanto assassinava pobres negros, era aplaudida pela Direita. Vimos coisa parecida com Jesus Cristo: enquanto assassinavam Jesus Cristo, pessoas com a Bíblia debaixo do braço batiam palmas. Nós já vimos isso na Alemanha: enquanto Adolf Hitler defendia o assassinato de judeus, pessoas batiam palmas.

Por isso, golpistas, cuidado! Reflitam! Rasgam a Constituição hoje a favor de um; amanhã pode ser a favor de vocês.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Caio Narcio. S.Exa. dispõe de 3 minutos na tribuna.

O SR. CAIO NARCIO (PSDB-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Brasil foi novamente às ruas ontem porque no domingo mais de 6 milhões de brasileiros estiveram nas ruas para dar uma mensagem clara de “Chega de corrupção!”, “Chega de Lula!”, “Chega de Dilma!”.

Aquilo a que assistimos ontem foi uma pouca vergonha! A gravação daquela ligação, o escárnio contra o brasileiro, a falta de respeito com a população são uma pouca vergonha.

O Brasil não aguenta mais esta sem-vergonhice quando dizem: *“Eu não sabia! Não era bem isso!”*

Há pouco eu estive nas ruas durante a posse do ex-Presidente Lula. Lá fora, o povo dizia: *“Chega! Corruptos, mentirosos, cretinos!”*

Chega! Não dá mais! A culpa não é do Juiz Sérgio Moro, não é do Ministério Público, não é da imprensa, não é da Polícia Federal, não é do povo. Aliás, graças a Deus, existe imprensa para denunciar a desfaçatez e a covardia desses corruptos. Graças a Deus, o povo vai às ruas de verde e amarelo, para dizer que aqui não cabe mais vermelho. Graças a Deus, a Polícia Federal está aí para investigar e a Justiça, para julgar.

Chega de covardes! Lá fora, o povo está fazendo sua parte, a Polícia Federal está fazendo a parte dela, a Justiça está fazendo a parte dela. Hoje, Deputados e Deputadas, o povo que está lá fora espera que façamos a nossa parte, que votemos a favor do Brasil, que encaminhemos o *impeachment* deste Governo sem-vergonha!



Parem de dizer que não há tríplex, que não há sítio, que não há gravação e que não era bem isso. Chega! Não dá para enganar mais! Era, sim, uma ligação de Lula para a Presidente Dilma, com *habeas corpus* preventivo de cadeia!

Respeitem o povo brasileiro! Nossa bandeira é verde e amarela.

Hoje eu estarei aqui fazendo minha parte. Tomara que V.Exas. também façam a sua! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

Enquanto S.Exa. se dirige à tribuna, tem a palavra o Deputado Rogério Marinho, por 1 minuto.

O SR. ROGÉRIO MARINHO (PSDB-RN. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, agradeço a benevolência de V.Exa. Quero apenas fazer um breve registro.

Escutando os discursos daqueles que nos antecederam e lembrando um dos vídeos que foi vazado, em que o Presidente Lula diz que seria um dos únicos brasileiros capaz de incendiar o País, quero lembrar a história novamente. A história é cíclica e se repete. Esse Governo mais parece Nero cantando enquanto Roma pega fogo.

Tenham cuidado! Tenham cuidado com a ira santa da população, que não aceita o deboche, o escárnio, o desrespeito à lei e à sociedade brasileira. Não é possível, não é crível, não é salutar o que está sendo feito: um estupro contra a democracia. O pior é que se defende essa situação de forma reiterada.

Lembro os ensinamentos do ministro da propaganda nazista Joseph Goebbels: *“De tanto se repetir uma mentira, ela acaba se transformando em verdade”*.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Obrigado, Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputada Erika Kokay. V.Exa. tem 3 minutos na tribuna.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, concordo quando dizem que a história se repete. Ela se repete, já dizia Marx, como farsa ou como tragédia. Acho que nós estamos vendo uma repetição da história. É um golpe que está em curso, sem botas e baionetas; pelo menos, sem botas e baionetas literais, com botas e baionetas metafóricas.

Entendo o desespero da Oposição e a histeria com relação à posse de Luiz Inácio Lula da Silva no cargo de Ministro da Casa Civil. Digo isso porque Lula representa o novo; Lula representa a construção de um país onde os meninos e as meninas, os filhos e as filhas de trabalhadores voltam a sonhar em ter um diploma superior, porque esse sonho estava arrancado pelas casas-grandes e senzalas; Lula representa a desnaturalização da fome e da miséria; e é a maior liderança que o Brasil já construiu, filho e fruto da seca no Nordeste, filho e fruto também das casas-grandes e senzalas, mas inegavelmente Zumbi dos Palmares. Por isso há o desespero; por isso, o desespero.

E esse desespero leva, inclusive, a que se ataque o Supremo Tribunal Federal. Quando se diz que Lula não quer ser investigado e que, por isso, tem o foro do STF, está-se dizendo que o STF não investiga.

Eu me recordo do Deputado Eduardo Azeredo, do PSDB de Minas Gerais, que, ao constar como investigado pelo STF, renunciou ao seu mandato. E por que renunciou ao seu mandato? Porque o STF é uma instância em que não há recursos. Não há recursos no STF!



O STF foi aplaudido na Ação nº 470. Foi aplaudido! Ou alguém aqui não se lembra das diversas homenagens que se fizeram a Joaquim Barbosa? Agora o STF não vai investigar? Isso é uma afronta! É uma afronta ao STF! O fato de Luiz Inácio Lula da Silva ser Ministro neste País não impede que ele seja investigado. Aliás, Lula não é réu; Lula não é réu. Réu é o Presidente da Casa. Réu é o Presidente da Casa, que continua se utilizando da própria Casa para se manter no poder.

Por isso, digo à Oposição que isso me lembra — porque a história se repete, nessa construção contra a democracia — que 2 milhões de pessoas não são superiores a 50 milhões de brasileiros e brasileiras que elegeram Dilma Rousseff.

E lembro uma música que cantávamos: que medo vocês têm de Lula? que medo vocês têm de Lula, pelo que ele representa de libertação para o povo brasileiro?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputada.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o Deputado Daniel Coelho, do PSDB de Pernambuco.

Enquanto S.Exa. se dirige à tribuna, concedo a palavra ao Deputado Miro Teixeira por 1 minuto.

O SR. MIRO TEIXEIRA (Rede-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, com a licença do orador, Deputado Daniel Coelho, eu gostaria de fazer uma comunicação de meio minuto.

Ontem a Rede Sustentabilidade fez a sua reunião. Não pude estar presente porque estava executando outra tarefa do mandato. E, agora pela manhã, tive a comunicação de que a Rede Sustentabilidade já vê as condições para apoiar o requerimento de *impeachment*. (*Manifestação no plenário. Muito bem! Muito bem!*)

O SR. MIRO TEIXEIRA - A posição anterior era a de que não havia o *impeachment* em tese. Era preciso que houvesse elementos. Com os fatos revelados ontem, entenderam os companheiros da Rede que agora existem os elementos para apoiar a petição do *impeachment*.

Porém, para nós o ideal é que haja eleições! E que se devolva ao povo o direito de escolher o comando da Nação! Há uma desqualificação do poder, na visão da Rede, e só quem pode qualificar realmente o poder é o povo soberano.

Agradeço ao Líder que me permitiu fazer este pronunciamento. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Marcelo Aguiar, por 1 minuto.

O SR. MARCELO AGUIAR (DEM-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero apenas parabenizar a cidade de São Paulo, os brasileiros da cidade de São Paulo que foram às ruas no domingo e deram a sua resposta. Ontem à noite, de forma pacífica, eles saíram às ruas para reivindicar seus direitos no sentido de que não acontecesse, nesta manhã, a nomeação do ex-Presidente Lula ao cargo de Ministro.

Quero também parabenizar o nosso querido Presidente do Democratas, Sr. José Agripino, que esteve em São Paulo, no domingo. Ele teve até dificuldades em caminhar, tamanho o amor e o carinho da população de São Paulo pelo nosso Presidente do Democratas. Deixo essa menção nesta sessão.

Também parabenizo o PMDB pela postura adotada nesta manhã. Nenhum Deputado desse partido esteve presente na nomeação do Presidente Lula. Por isso, parabenizo o Vice-Presidente Michel Temer.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Daniel Coelho, por 3 minutos.

O SR. DANIEL COELHO (PSDB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a primeira coisa que eu gostaria de falar desta tribuna é sobre o sentimento do povo brasileiro de que não haverá golpe.

O povo brasileiro está na rua! Dilma e Lula não vão dar um golpe na Justiça e na democracia! Ela não vai usar das prerrogativas do seu cargo para nomear Lula para ser Ministro e impedir que a Justiça seja feita. As revelações feitas ontem ao povo brasileiro desmascaram a tentativa do Governo de ludibriar a população e usar o exercício do cargo para que as coisas não sejam colocadas às claras.

Quero também, desta tribuna, principalmente após ter sucedido uma Parlamentar do PT por quem tenho respeito, fazer um desagravo a todas as mulheres deste País, principalmente às Parlamentares, às Deputadas Federais, às Senadoras, pelas revelações feitas ontem, diante da maneira machista e pejorativa com que o Presidente Lula se refere às mulheres das quais discorda.

A Senadora Marta Suplicy, de quem também discordo politicamente, merece ser respeitada na condição de mulher, de Senadora, de Parlamentar. A maneira chula, baixa como Lula tem se referido não só a ela, mas também a componentes do Judiciário e do Ministério Público e a membros do Congresso Nacional, mostra o desprezo pela democracia daqueles que hoje estão no poder.

Eles não reconhecem as instituições, eles não reconhecem a Justiça, eles não reconhecem o direito à liberdade de imprensa. A todo momento, eles tentam culpar a imprensa pelos seus erros, tentam dizer que a Oposição quer enxovalhar a imagem de Lula.



O que destrói a imagem de Lula é a sua história, são os fatos que estão sendo revelados pela Justiça brasileira e noticiados pela imprensa, que tem como dever democrático dizer aquilo que ocorre em nosso País.

Nós não vamos deixar que a democracia brasileira seja ameaçada por meia dúzia de golpistas que acham que são donos deste País. Este País é do povo brasileiro, não é do PT! Este País é verde-amarelo, este País não é vermelho!

Agora, do lado de fora do Congresso Nacional, meia dúzia de ocupantes de cargos comissionados estão em frente ao Palácio defendendo um Governo que já caiu, que já está morto. Mas, do outro lado da rua, milhares de brasileiros, desde a última noite, desde o último domingo, continuam mobilizados. E eles não vão sair das ruas até que caia este Governo podre e mofado, que já foi demitido pela vontade do povo brasileiro.

Que assim faça este Congresso: respeite a vontade do povo e vote o *impeachment* deste Governo, que já caiu.

Tchau para vocês! Até mais! Agora vai prevalecer a vontade do povo brasileiro, representada democraticamente pelo Congresso Nacional. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Ronaldo Nogueira. S.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. RONALDO NOGUEIRA (Bloco/PTB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero manifestar o meu repúdio às declarações feitas na conversa entre o Presidente Lula e o Prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, que diz que tem que pôr limites nas ações da Polícia Federal e do Ministério Público.

O Presidente Lula diz: *“Esses meninos dizem-se enviados de Deus”*. E o Prefeito lambe-botas e puxa-saco diz: *“Eles são crentes, são todos crentes”*.

Eu não vejo motivo, Sr. Presidente, para rotular o credo religioso de qualquer pessoa no que diz respeito às suas ações, principalmente quando estão cumprindo o seu dever.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Moroni Torgan.

V.Exa. tem 3 minutos na tribuna.

O SR. MORONI TORGAN (DEM-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o dever deste Parlamento é defender a lei, a ordem e a vida das pessoas.

O que nós vimos ontem — o diálogo entre a Presidente Dilma e o Presidente Lula — é terrível. E as desculpas depois do diálogo são piores ainda: dizem que aquilo era um termo de posse, que o Lula ia viajar e poderia não estar aqui hoje.

Em primeiro lugar, ele estava aqui hoje. Em segundo lugar, ela disse a ele que usasse aquele documento da maneira que precisasse. Se fosse para ele assinar o termo de posse para ela usar depois, ela não iria dizer: *“Use esse documento para aquilo que você precisar”*. Vejam como a mentira tem perna curta! Trata-se de uma constatação, não de hipótese, não de suposição. A Presidente diz a ele: *“Eu lhe dei um documento para usá-lo do jeito que quiser”*.

Nesta hora é que nós vemos o golpe, golpe naqueles que acreditavam que haveria emprego neste País, sendo que hoje há quase 10 milhões de desempregados. Este é o golpe, golpe nesses desempregados! Este é o golpe daqueles que disseram que iam defender a PETROBRAS e a entregaram aos corruptos. Este é o golpe, golpe nos funcionários da PETROBRAS. Essa é a prática do golpe.

Falam tanto em golpe porque são autores do golpe, do golpe que matou o sonho dos brasileiros. Quando Dilma foi eleita, milhões de brasileiros sonhavam em ter uma vida melhor. Pois essa vida melhor virou pesadelo. Deram um golpe no



sonho dos brasileiros. E o sonho dos brasileiros hoje é pesadelo, porque estão desempregados, porque veem o combustível e a energia subirem, porque veem o feijão e o arroz subirem. Esse é o golpe na vida dos brasileiros que mais precisam. Está sendo dado um golpe na vida daqueles que deveriam ser defendidos.

E nós estamos aqui para defendê-los, para que esse golpe não prospere e para que a Presidente renuncie.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Eu é que agradeço, nobre Deputado Moroni Torgan.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Eu gostaria de registrar que estudantes de Direito da Faculdade Multivix, do meu Estado, estão acompanhando esta sessão e questionando nossa conduta aqui.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo de Castro, do PSDB de Minas Gerais. S.Exa. dispõe de até 3 minutos na tribuna.

Aproveito para registrar que estudantes de Direito da Faculdade Multivix de Vitória estão acompanhando esta sessão e questionando a nossa conduta.

O SR. RODRIGO DE CASTRO (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, assistimos hoje a um Governo falido, que deu as costas para o povo brasileiro. Pior: estamos assistindo a um partido que jogou no lixo toda a sua história.

Hoje o povo está nas ruas pedindo mudanças, e o PT quer a manutenção deste estado caótico em que se encontra o Brasil.

O PT dizia que defendia os funcionários públicos. Pois bem, hoje os únicos que estão sendo defendidos são os portadores de cargos de confiança, que lotam os Ministérios e as autarquias deste País, apenas para fazer caixa para o PT.

O PT diz que defendia os bancários, os economiários deste País. O PT diz que defendia os Correios. Mas as instituições nunca foram tão assaltadas.

Meu pai, funcionário aposentado pela Caixa Econômica Federal, vai ter que contribuir agora novamente, porque roubaram do fundo de previdência da Caixa Econômica Federal. Da mesma maneira, os funcionários dos Correios, que têm uma vida de dedicação a este País, hoje precisam complementar sua aposentadoria. Por quê? Porque o Partido dos Trabalhadores foi lá.

O Partido dos Trabalhadores acabou com a maior empresa brasileira, a PETROBRAS, que hoje está abaixo da condição de lixo, acabou com a ELETROBRAS. Não deixou pedra sobre pedra.



Todas as conquistas do povo brasileiro, nesses últimos anos, estão caindo, uma a uma, com a volta da inflação, com o aumento do desemprego. Nossos grandes gargalos estão longe de ser eliminados. Nossa educação patina em níveis ridículos. A segurança pública hoje é um desafio, e o Governo Federal não dá um passo sequer para acabar com a violência que assola toda a sociedade brasileira.

Nossa infraestrutura é precária. Quantas horas por dia gastam os trabalhadores, os operários, as empregadas domésticas em engarrafamentos sem fim? Não há investimento em transporte de massa hoje em nosso País. Falo da minha cidade, Belo Horizonte, onde o PT não construiu um metro sequer de metrô nesses últimos anos.

Agora o PT tem o Governo do Estado, agora tem a Presidência da República. Este é o PT que virou as costas para todo o País.

Nós não podemos ir para o buraco com o Partido dos Trabalhadores.

Conclamo todos os homens e mulheres de bem desta Casa. Conclamo todos os partidos. Hoje começamos a virada. Hoje começamos a caminhar rumo ao *impeachment* e a um Brasil melhor.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Felipe Maia.

V.Exa. tem 3 minutos na tribuna.

O SR. FELIPE MAIA (DEM-RN. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, brasileiros e brasileiras que nos assistem e nos ouvem através de diversos veículos de comunicação da Câmara dos Deputados, faço questão de me pronunciar nesta manhã de quinta-feira com a bandeira do Brasil à minha frente e com terno preto — preto, representando o luto do povo brasileiro, que amanheceu nesta quinta-feira triste, desolado, decepcionado com a vergonha que, dia após dia, o Governo faz com que o povo enfrente.

Aqui se repetem discursos vazios dos representantes desse Governo falido, o Governo falido que faliu a geração de empregos no Brasil.

A cada um que aqui acusa aqueles que defendem o *impeachment* da Presidente Dilma, eu quero dizer que nós estamos aqui suportados e apoiados por 6 milhões de pessoas que foram às ruas no último domingo e que não irão deixar de ir às ruas do Brasil para pedir o *impeachment* da Presidente Dilma e a renúncia do réu confesso, o ex-Presidente Lula, que hoje assume um cargo na esfera federal para fugir da Justiça brasileira, obstruindo a Justiça do nosso País, fazendo graça com a Justiça e com o Congresso Nacional e desafiando o Supremo Tribunal Federal.

Sr. Presidente, já são 10 milhões de desempregados em todo o Brasil. A média de desempregados de 2014 a 2015 cresceu em 27%.

Eu quero mandar um recado à Deputada Erika Kokay, que assomou à tribuna dizendo que Lula era o filho da seca, era o homem do Nordeste. Deputada Erika Kokay, com todo o respeito que tenho por V.Exa., o ex-Presidente Lula não



representa a minha região, não representa o Nordeste. Não cite o Presidente Lula, porque o povo do Nordeste já virou as costas para ele. Não foi uma, não foram duas nem três cidades que reuniram pessoas nas ruas no último domingo.

O Presidente Lula não representa mais o povo brasileiro. Representa, sim, a desmoralização da Justiça, a corrupção do nosso País, a omissão de patrimônio, a falsidade ideológica. Todos os crimes que estão no Código Penal têm hoje um nome: Luiz Inácio Lula da Silva!

Então, não cite novamente o Presidente Lula como representante do povo do Nordeste, um povo digno, lutador e decente, que não merece ser comparado a esse cidadão ou representado por ele.

Sr. Presidente, para concluir as minhas palavras, peço humildade diante dos fatos. Não deu! Acabou! Peça para sair, Dilma! Faça com que os seus amigos não tenham o constrangimento de votar contra V.Exa. V.Exa. não conseguiu dar conta da economia no Brasil, não conseguiu fazer com que este País pudesse crescer.

Para crescer, o País tem que ter no mínimo dois pilares: articulação política e apoio popular. A articulação política, a cada dia este Governo a perde. Ontem, foi o PRB que largou a base do Governo. Hoje o PMDB já fala que vai abandonar o barco. Cadê o Vice-Presidente Michel Temer? Cadê o Presidente do Senado, Renan Calheiros, na posse do Presidente Lula? Acabou o apoio popular e acabou o apoio político.

Saia, PT! Vocês quebraram o Brasil, e nós precisamos de um futuro melhor — nós, Brasil, povo brasileiro, trabalhadores decentes do País! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Nelson Marchezan Junior. S.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. NELSON MARCHEZAN JUNIOR (PSDB-RS. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero inicialmente saudar o Sr. Rogério Chequer, representante do movimento Vem Pra Rua, pela presença. Saúdo também o Movimento Brasil Livre, o MBL, na pessoa do Rogério, que está ali no fundo, e todos os movimentos da sociedade civil que se organizaram para realizar a maior mobilização popular da história do Brasil, sem que houvesse uma vitrine depredada, um cidadão assaltado.

Parabéns à sociedade civil brasileira! Parabéns aos brasileiros que foram para as ruas de forma calma, sem violência, para dar um recado: “Basta de corrupção!”

Quando temos esta maior expressividade de pessoas nas ruas para passar um recado, a Presidente Dilma Rousseff faz um ato que rompe definitivamente com a sociedade brasileira.

Nestas caminhadas, cada indivíduo e o coletivo todo escolheram uma pessoa para simbolizar a corrupção, o líder da quadrilha: Luiz Inácio Lula da Silva. E a Presidente coloca — não deveria ser na Casa Civil, mas, sim, chefe da quadrilha — esse cidadão, esse chefe, no Ministério mais importante, rompendo definitivamente.

Os seus defensores vêm aqui com o único argumento de defesa que têm para essa lama que os sufoca até às narinas: tentar enlamear os outros. Não há defesa, não há argumento, não há racionalidade. Querem apenas tentar imputar algum fato a alguma outra pessoa da Oposição ou da própria Base do Governo que não concorde com eles.



Mas não há outro caminho: é a lama do BNDES, a lama dos fundos de pensão, a lama dos Ministérios, a lama que cerca este conjunto. Deveríamos até exigir eleições gerais, porque essa lama de dinheiro corrupto que elegeu a Presidente Dilma e Lula certamente elegeu boa parte da sua base de Senadores e de Deputados Federais que aqui estão a defendê-los de forma cega e irracional. Só pode ser este o motivo.

Esta base da Presidente Dilma é tão indigna, é tão inconsequente, é tão sem mérito para estar aqui como a própria Presidente Dilma, que não tem o mérito de estar na Presidência da República.

Ao contrário do que o ex-Presidente Lula pregou, ao dizer que seus peões iam dar porrada em quem aparecesse para protestar, nós vamos tirar da República a Presidente Dilma por meio do *impeachment*, das manifestações pacíficas e gigantescas, por meio da Constituição e de instituições como Ministério Público, Polícia Federal e Poder Judiciário.

Nós estamos aqui para dizer que não vai ter golpe.

Renuncia já, Dilma! Senão, nós vamos tirar, por meio do *impeachment*, a senhora e seus Ministros.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Obrigado, nobre Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Edinho Bez. S.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. EDINHO BEZ (Bloco/PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, meus colegas Parlamentares, faço aqui a divulgação de artigo escrito pelo grande contabilista José Balthazar e publicado pelo jornal *Notisul*, de Tubarão, Santa Catarina.

Diz o artigo:

“Estamos na era digital, tudo informatizado. O mundo ficou pequeno. Vivemos em uma aldeia globalizada. Informações em tempo real, isso tudo em termos, porque também podemos acreditar naquilo que queremos que seja verdade.

Logo, a verdade plural está virando mentira universal.

Pois foi assim que no fim de 2011 perdi várias amizades e arrumei outras tantas inimizades por querer mostrar a verdade aos que não acreditavam na verdade.

Mas a verdade, Sr. Presidente, deve sempre prevalecer.”

Parabéns ao contabilista José Balthazar!

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na qualidade de Deputado Federal pelo sexto mandato consecutivo, ex-Presidente e membro da Comissão de



Fiscalização Financeira, uso esta tribuna para trazer ao conhecimento dos nobres colegas Parlamentares e de toda a sociedade brasileira artigo escrito pelo companheiro, amigo e colega contador José Balthazar, no jornal *Notisul*, de Tubarão, Santa Catarina, no qual faz uma crítica aos que não acreditaram que a Ponte Anita Garibaldi sairia do papel.

“Era uma vez uma ponte que seria um estádio de futebol”.

Nobres colegas Parlamentares, é desta forma que José inicia sua explanação, tecendo críticas e registrando que, por querer “mostrar a verdade”, perdeu amigos e arrumou inimizades.

Transcrevo abaixo parte do texto, que, ao ver deste Parlamentar, nos serve como olhar crítico e sincero de mais uma obra que entrou para a história de Santa Catarina:

“Estamos na era digital, tudo informatizado. O mundo ficou pequeno. Vivemos em uma aldeia globalizada. Informações em tempo real, isso tudo em termos, porque também podemos acreditar naquilo que queremos que seja verdade.

Logo, a verdade plural está virando mentira universal. Pois foi assim que no fim de 2011 perdi várias amizades e arrumei outras tantas inimizades, por querer mostrar a verdade aos que não acreditavam na verdade.

Estava acontecendo a licitação para a construção da futura Ponte Anita Garibaldi, cuja empresa perdedora



impugnou o processo e, com isso, atrasava mais ainda o esperado início das obras.

Foi então que ouvi de vários conhecidos, amigos e até de parentes que essa licitação era mentira e que a verba da ponte havia sido desviada para a construção de estádios para a Copa de 2014.

Tentei argumentar, sem sucesso, que as verbas para estádios seriam de outras fontes, ou seja, dos Governos Estaduais, já que a maioria dos estádios são estaduais, ou dos clubes como Internacional e Atlético Paranaense, que são particulares, tudo detalhado na carta-compromisso do Governo brasileiro junto à FIFA, quando da candidatura para sediar a Copa.

De nada adiantou. Criticaram-me muito, me chamaram de atrasado, radical, etc. Enfim, até de veículo de comunicação me criticaram, concordando com seus ouvintes e leitores. A prudência nos ensina a ser paciente e, assim, fiquei esperando o tempo passar e acompanhando o desenrolar dos fatos: a impugnação foi julgada improcedente e a obra da ponte começou em setembro de 2012.

Os estádios de futebol estavam sendo erguidos e reformados, a ponte estava indo a todo vapor, a Copa aconteceu e foi um dos melhores dos mundiais da FIFA.



Tudo isso vem provar que o dinheiro não foi desviado do seu orçamento, e a ponte foi inaugurada pela Presidente Dilma.

Fico agora imaginando que aqueles que me criticaram: o que estarão pensando? Claro está agora que a Internet pode tornar um homem mais informado e inteligente, mas pode torná-lo mais ignorante, irracional, e sua mente pode ficar do tamanho de uma ervilha.

Tenho certeza de que muitos acreditam na ponte porque estão passando por ela. Se dependesse da divulgação da mídia, poucos ficariam sabendo, pois a cobertura foi nula. Amigos de outras regiões e países ficaram sabendo porque mandamos notícias, fotos, filmagens, etc.

Como a imprensa pouco ou nada divulga das obras do Governo, muitos nem sabem que a maior ponte estaiada do Brasil liga Manaus a Iranduba, no Amazonas, com 4.180 metros, inaugurada em 2011. E muito menos que o Governo construiu duas torres de linhas de transmissão no Rio Negro, quase do tamanho da Torre Eiffel (300 metros), interligando o Sistema NE/CO/SE em 2013. Inclusive o Canal Discovery fez reportagem dessas torres.



Tudo isso veio mostrar que a Ponte Anita Garibaldi não virou um estádio de futebol, como queriam muitos 'coxinhas' aqui do Sul que nem mereciam passar por ela."

Vale lembrar que são palavras e frases do amigo, colega, contador e companheiro José Balthazar, palavras que estou divulgando, até porque o conheço.

Termino este pronunciamento parabenizando o amigo e a todos os formadores de opinião que levam ao povo brasileiro informações e conhecimento, despertando a necessidade de um olhar mais atento por parte de seus leitores.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. ampla divulgação deste pronunciamento pelos meios de comunicação desta Casa.

Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Edinho Bez, o Sr. Carlos Manato, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Delegado Edson Moreira, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.



O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira) - Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o Deputado Carlos Manato, do Espírito Santo.

O SR. CARLOS MANATO (SD-ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, estou no meu quarto ano de mandato, e é a primeira vez que eu me visto todo de preto. Eu estou de luto. E, quando estamos de luto, não há outra coisa a fazer senão orar muito, pedir a Deus ajuda e conforto para o nosso coração. E é isso o que tenho feito, pedido a Deus que salve este País maravilhoso que é o Brasil.

Dia a dia, Sr. Presidente, estamos assistindo em nosso País à ação dessa quadrilha que se instalou em uma gama de lugares, principalmente no Palácio do Planalto, nas empresas estatais como PETROBRAS, ELETROBRAS, ELETRONORTE, Correios, e nos fundos de pensão.

É um absurdo o que nós vimos ontem. Em 1988, um ex-Presidente batia no peito e dizia: *"Pobre quando rouba vai preso, mas rico quando rouba vira Ministro"*. E o que não foi feito ontem? Lula virou Ministro. Confessou todos os crimes.

Isso faz doer o nosso coração.

Sr. Presidente, já estamos indignados, sem saber a quem apelar, mas, para nossa felicidade, existe um Sérgio Moro, existe um juiz federal em Brasília que sustou todos esses atos.

Tenho certeza de que, fosse um Manatinho, ou um Delegado Edson Moreira, estaríamos presos. Se tivéssemos participado de conversas como as que foram divulgadas ontem, do Presidente Lula criticando o Judiciário, o Ministério Público, esta Casa, tentando obstruir a Justiça, nós já estaríamos presos. Nós não temos esse poder todo, para escapar de ser presos.



Sr. Presidente, está lá o povo indignado. Eu não sei o que faço. O que eu vou dizer aos meus filhos? Minha filha, que é médica, está mandando mensagem para mim: *“Pai, faça alguma coisa pelo nosso Brasil!”* E a única coisa que eu posso fazer, meu Presidente, é defendendo aqui a categoria, defender o povo do Brasil, defender o *impeachment*, defender que as instituições deste País sejam respeitadas.

Espero que a Comissão Especial que está para ser instalada daqui a pouco tome o rumo certo. Tenho certeza de que somos hoje quase 400 Deputados Federais que não concordam com o que está acontecendo aí.

Sr. Presidente, vamos instalar a Comissão. Vamos dar à Presidente o direito de defesa. Mas vamos passar o nosso País a limpo. Ninguém aguenta mais crescimento negativo, a inflação, o desemprego que está batendo à porta.

Conclamo os nossos pares. Venham para cá, vamos instalar a Comissão.

Impeachment já!

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Delegado Edson Moreira) - Com a palavra o Deputado João Daniel, por 1 minuto.

O SR. JOÃO DANIEL (PT-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, só quero registrar que eu estou acompanhando os discursos indignados dos setores conservadores.

Quero parabenizar a atitude forte, firme, da Presidente Dilma, que fez um belo pronunciamento, demonstrando respeito às nossas instituições e à Constituição do Brasil.

Dentro do Palácio, nós vimos hoje a posse do homem que tem a história do povo sofredor, do povo trabalhador brasileiro, e que irá promover grandes projetos e engrandecer a nossa Nação.

Parabéns, Presidente Lula, guerreiro do povo brasileiro!

Parabéns, Presidenta Dilma!

Vamos em frente, respeitando a Constituição e deixando o povo continuar a governar este País.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado.

Durante o discurso do Sr. João Daniel, o Sr. Delegado Edson Moreira, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Manato, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado Alberto Fraga, por 1 minuto.

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero chamar a atenção do Plenário e parabenizar um Deputado. Hoje, durante a posse do pai da facção, no Palácio do Planalto, eu me senti representado. Dentro daquele covil, surgiu uma voz que gritou: “*Vergonha! Vergonha!*” E botaram essa pessoa para fora, um Deputado Federal, o nosso Deputado Major Olímpio.

Deputado Major Olímpio, tenha certeza de que hoje V.Exa. lavou a alma de todos nós. Queríamos estar lá para poder dizer: “*Fora, corrupção!*” V.Exa. foi lá, num ambiente hostil, fedido, dizer o que nós queríamos dizer, e estamos dizendo aqui ao microfone.

Então, que conste nos Anais da Casa e no programa *A Voz do Brasil* essa atitude do Deputado Major Olímpio.

Vamos aplaudir Major Olímpio, colegas! (*Muito bem! Palmas e apupos.*)

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Delegado Edson Moreira.

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (Bloco/PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Presidente Dilma Rousseff não tem mais condições de governar este País.

Diz o art. 37 da Constituição Federal:

“Art. 37. A administração pública direta ou indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.”

Ora, Sr. Presidente, colocar um bandido, um denunciado, com mandado de prisão prestes a ser assinado pelo Juiz Sérgio Moro, dentro do Palácio do Planalto, para protegê-lo e obstruir a Justiça, é crime sim.

O melhor que essa senhora, eleita pelo povo brasileiro, mas que chicoteia a cara da sociedade toda, pode fazer é ter dignidade e dizer, em alto e bom tom: *“Renuncio à Presidência da República, porque não tenho condições morais nem caráter para dirigir o Brasil. Ajudei a roubar o povo, desempreguei a maioria da população brasileira, joguei todo mundo na lama, pisei a cabeça deles, acabei com famílias inteiras”*.



Pelo amor de Deus, renuncie, Dilma Rousseff!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra, por 1 minuto, ao Deputado Augusto Carvalho.

O SR. AUGUSTO CARVALHO (SD-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, gostaria de solicitar a V.Exa. que faça constar dos Anais da Casa o antológico editorial do jornal *O Estado de S.Paulo* de hoje, chamado *Golpe de Estado*, em que é analisada essa decisão desastrada, desrespeitosa, desavergonhada da Presidente Dilma de chamar o seu tutor, Luiz Inácio Lula da Silva, para virar primeiro-ministro desse parlamentarismo de fancaria que nós temos agora pretendidamente instalado no nosso País.

E eu queria aqui falar, Sr. Presidente, sobre as manifestações espontâneas. Diante dessa ofensa à cidadania brasileira, milhares de pessoas — se não bastassem os 7 milhões que foram às ruas no domingo — espontaneamente foram às ruas em Brasília. Eu estava lá até as 10 horas e meia da noite. No País inteiro, foi pacífica a manifestação que protestava contra esse acinte perpetrado contra o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

EDITORIAL A QUE SE REFERE O ORADOR

Estadão

Golpe de Estado

Não é outra coisa senão um golpe de Estado a nomeação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva para a chefia da Casa Civil do governo de Dilma Rousseff. Esse ato foi, simultaneamente, uma declaração de guerra aos brasileiros honestos e às instituições da República e a abdicação de fato da presidente Dilma de seu cargo, entregando-o de vez a seu criador e consumando dessa mancha o tal “golpe” que o PT, Dilma e Lula tanto acusavam a oposição de tramar. Temos agora na Presidência



de fato da República um tipo que não recebeu um único voto para ocupar aquela posição nas últimas eleições.

Já os mais de 54 milhões de votos que Dilma recebeu na reeleição foram rasgados com essa assombrosa decisão. Dilma tornou-se, por vontade própria, subalterna do demiurgo petista, na presunção de que este, como “primeiro-ministro” em um parlamentarismo de fancaria, terá o poder que ela não tem mais — e a capacidade que nunca teve — para reverter o colapso de seu triste governo.

Ao mesmo tempo, Dilma aceitou acoitar Lula em seu gabinete, concedendo-lhe foro especial para que o chefão tenha melhores condições de tentar se safar da Justiça — uma sacada que transforma o exercício do governo em algo próximo do mais puro e simples gangsterismo. Também se poderia dizer que o bando, que estava acéfalo, agora tem um chefe.

Investigado em diversas frentes em razão de suas relações promíscuas com o baronato do capitalismo oportunista, Lula foi pilhado vivendo à custa desses generosos patrocinadores, preocupados em lhe proporcionar o bom e o melhor — tudo como pagamento pelos lucrativos serviços que Lula lhes prestou nos governos petistas. A polícia e a Justiça entendem que o capo ainda precisa explicar melhor, sem xingar os investigados num debochar das instituições, como ele constituiu tão fraterna confraria — que, não por acaso, está no centro da roubalheira na Petrobrás.

Não era pequena a possibilidade de que Lula fosse preso a qualquer momento em razão dos diversos inquéritos dos quais é alvo em primeira instância. Agora, feito ministro, terá o privilégio de ter seu caso avaliado pelo Supremo Tribunal Federal, onde espera receber — e rogamos para que esteja totalmente enganado — a condescendência que certamente não teria do juiz federal Sérgio Moro.

Assim, Lula se torna o próprio exemplo de uma de suas tantas bravatas a respeito da impunidade no Brasil, na época em que ele ainda era o paladino da ética na política. Disse ele, em 1988: “No Brasil é assim: quando um pobre rouba, vai para a cadeia; mas quando um rico rouba, vira ministro”. Já se pode dizer que, para ser ministro do atual governo, a probidade é dispensável — a única exigência é que o candidato esteja sob investigação da Polícia Federal ou seja réu da Justiça. O Brasil já sente saudade do tempo em que os ministros eram escolhidos apenas como forma de barganha fisiológica.



Se a cartada de Lula será ou não bem-sucedida, só o tempo dirá, mas convém lembrar que o foro privilegiado não livrou da cadeia a quadrilha petista que atuou no mensalão. Enquanto o dia de encarar o tribunal não chega, Lula poderá exercer a Presidência de facto, sem ter recebido um único voto de um único brasileiro para isso. E não se diga, com o cinismo que é peculiar ao lulopetismo, que Lula, afinal, nunca deixou a cadeira presidencial e sempre influenciou Dilma. O que vai acontecer daqui em diante, ao menos na cabeça dos apaniguados do chefe petista, está em outro patamar: Lula vai ditar a política econômica, promovendo a “virada” tão desejada por essa caterva de irresponsáveis.

Já se espalhou que Lula pretende implementar um certo “plano de reanimação nacional” para reverter a crise econômica. Nem é o caso de perguntar como o mago petista pretende realizar tamanho milagre, pois nada disso é se não rematada empulhação, como quase tudo o que caracteriza sua trajetória. Mas é o suficiente para animar a tigrada, com vista a 2018. O presidente da CUT, Vagner Freitas, por exemplo, já disse que Lula vai mudar “radicalmente” o governo e “dar uma guinada à esquerda”. Pobre Brasil.

Aos cidadãos brasileiros, ofendidos por essa desavergonhada demonstração de desprezo pela democracia, resta exercer nas ruas o direito de manifestação e pressionar o Congresso e o Judiciário a não permitirem que o golpe se complete. O Brasil não pode ser governado por uma quadrilha.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Nobre Deputado Otavio Leite, V.Exa. tem 3 minutos na tribuna.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB-RJ. Sem revisão do orador.) - Liberdade, eis uma palavra que talvez seja uma das mais belas da existência. Agora, é triste e lamentável observar que ela vem sendo invocada como o estágio alcançado pelo povo brasileiro através dos Governos do PT, de Dilma e Lula.

Isso chega a ser um abuso. Não há liberdade coisa nenhuma. Ao contrário, o povo brasileiro está preso, aprisionado diante de um Governo inviável, falido, que trouxe à população brasileira talvez um dos piores dias de sua história. Há cada vez mais desemprego, carestia, inflação, PIB caindo, e não há qualquer condição de governabilidade, porque não existe respeitabilidade nem nenhum tipo de crédito, em nível nacional ou internacional, para tentar sair o mínimo do fundo do poço em que estamos.

Não é à toa que a população brasileira tem ido às ruas para bradar a plenos pulmões: *“Chega! Chega de corrupção, chega de injustiças, chega de um governo mentiroso!”* Portanto, nós não aceitamos mais o que fizeram com o Brasil: assaltaram a PETROBRAS, levaram à falência o Estado brasileiro.

Neste instante, nós temos inclusive que invocar, do ponto de vista constitucional, que não há absolutamente nada de errado quando o enfrentamento de uma grave crise se dá através de um pedido, de um requerimento de saída de quem detém o poder. Isso chama-se *impeachment*, e já houve no Brasil.

Em 1999, o próprio PT entendeu ser necessário submeter à votação o *impeachment* contra o Fernando Henrique. Perdeu a votação! A vida seguiu, mas houve o direito, por assim dizer, democrático de apresentar uma posição. Hoje, os



milhares de brasileiros exigem também que o Congresso Nacional delibere sobre essa questão.

Essa é uma medida absolutamente justa, constitucional, em que pesem as pedaladas fiscais já consubstanciadas no texto — afinal, sacaram a descoberto do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal para auxiliar naquilo que foi o maior estelionato eleitoral da história. Agora, soma-se a isso um explícito flagrante delito, um crime de responsabilidade da Presidente da República.

Portanto, no conjunto da obra, não faltam substantivas e consistentes razões para que este Governo acabe por completo. Então, vamos votar! Vamos votar democraticamente!

Eu queria, ao final, apenas invocar que é preciso no horizonte enxergar a liberdade, e ela existe: *“Brava gente brasileira! Longe vá temor servil. Ou ficar a Pátria livre ou morrer pelo Brasil!”*

Viva o Brasil! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Eduardo Bolsonaro.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (Bloco/PSC-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria apenas de dar uma notícia.

Quem ligar a televisão agora no canal *GloboNews* vai assistir a uma cena inusitada: o helicóptero da emissora está filmando um carro preto que leva um oficial de justiça com ordem para suspender a posse do ex-Presidente Lula. Na verdade, o carro não está indo para o Palácio do Planalto: está procurando o ex-Presidente Lula, que, ao saber da chegada do oficial de justiça, saiu pela porta dos fundos.

Sr. Presidente, este Governo acabou. É patético. Muito provavelmente nem *Os Trapalhões* teriam pensado numa cena tão bizarra como esta. Já passou da fase de rirmos. Está vergonhoso até para os Deputados da Esquerda desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Laudivio Carvalho. S.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. LAUDIVIO CARVALHO (SD-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, muito boa tarde. Quero apenas voltar a registrar aquilo que o País inteiro já sabe: 6,5 milhões de brasileiros estiveram nas ruas e avenidas das nossas cidades protestando contra o atual estado em que estamos vivendo, pedindo o *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff.

A hora é agora. É a nossa vez de colocar o *impeachment* em votação. É a nossa vez de colocar para fora aquela e todos aqueles que estão destruindo o nosso País.

Estamos aqui, Sr. Presidente, justamente para registrar para o povo brasileiro, por meio da *TV Câmara* e da *Rádio Câmara*, que agora é a nossa vez. A responsabilidade é nossa, como Parlamentares, responsabilidade de votarmos o *impeachment* e dizer “não”, de colocarmos um fim a tudo isso que está acontecendo e que está destruindo o nosso Brasil.

A hora é de colocar a Presidente Dilma Rousseff na rua, por meio do *impeachment*, que é legítimo dentro desta Casa.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Sou eu que agradeço, nobre Deputado. Gostaria de parabenizar V.Exa., eleito, por unanimidade do Solidariedade, para a Comissão Especial do Impeachment. Parabéns a V.Exa.!

O SR. LAUDIVIO CARVALHO - Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Mauro Pereira. S.Exa. dispõe de 3 minutos na tribuna.

O SR. MAURO PEREIRA (Bloco/PMDB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Deputado Carlos Manato, hoje a Operação Lava-Jato completa 2 anos. Três bilhões de reais foram recuperados, em suas 24 etapas. Temos que parabenizar o Procurador-Geral da República, Dr. Rodrigo Janot; o Procurador da República Dr. Roberson Pozzobon, da força-tarefa da Lava-Jato; o Delegado Regional de Combate ao Crime Organizado, Dr. Igor Romário de Paula; o Juiz Federal da 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba, Dr. Sérgio Moro; o Ministro do Supremo Tribunal Federal Dr. Teori Zavascki, Relator dos processos relativos à Lava-Jato; o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Ricardo Lewandowski; e os Promotores de Justiça da 2ª Vara Criminal de São Paulo Cássio Conserino, José Carlos Blat e Fernando Henrique de Moraes de Araújo.

Sras. e Srs. Deputados, nós, povo brasileiro, especialmente aqueles que estão desempregados, os mais humildes, os mais simples, estamos desesperados: é desemprego, agricultores que não recebem o seguro-agrícola, hospitais que não recebem os devidos recursos, fornecedores há 1 ano e 4 meses sem pagamento.

E a Presidente Dilma, alheia a tudo isso, simplesmente pega um cidadão que está sendo procurado neste exato momento por um oficial de Justiça — porque ele fugiu do Palácio do Planalto —, o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, e o nomeia Ministro-Chefe da Casa Civil.

Isso é uma vergonha! Isso é um tapa na cara do povo brasileiro. Estão simplesmente dizendo para o povo: *“Isso é meu! Esse dinheiro é meu! O País é*



meu! Vou fazer o que eu bem entender". É assim que a Presidente Dilma está agindo.

Nós, Deputados e Deputadas, temos a obrigação de mostrar ao povo brasileiro que nós estamos ao lado dele.

Aqui tem Deputado que ainda está pensando em ficar do lado dessa cambada. Pois vai ter que pensar muito bem. Ontem mesmo o povo já foi para a frente da casa de Deputado — que não o merece — gritar palavras de ordem. O mesmo vai acontecer com muitos Deputados da Casa.

Então, meus colegas Deputados e Deputadas, chegou a hora de nós mostrarmos que somos brasileiros, que gostamos do nosso País e que queremos o fim da corrupção, o fim dessa bandidagem. O dinheiro roubado do serviço público traduz-se em falta de medicamento, em falta de comida, em falta de respeito com as pessoas.

Sr. Presidente, hoje, meu amigo Deputado Mauro Lopes, do meu PMDB, uma pessoa pela qual tenho o maior carinho, desobedeceu a uma decisão da Convenção Nacional do partido: a de que não deveria assumir cargo no Governo. Ele assumiu. E foi abraçar esse povo, que quer vê-lo longe! Não tenho dúvida nenhuma de que o Presidente do meu partido, Michel Temer, que não esteve nessa reunião de hoje no Palácio, vai tomar alguma medida. Nosso partido tem que mostrar que não é partido de meia dúzia de pessoas. O Deputado tem que obedecer à Convenção. Na minha opinião, o Deputado Mauro Lopes tem que ser penalizado, e muito bem penalizado, porque isso não é coisa que se faça.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Eu lhe agradeço.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o nobre Deputado Fábio Sousa, do PSDB de Goiás.

V.Exa. dispõe de até 3 minutos na tribuna.

O SR. FÁBIO SOUSA (PSDB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a que ponto chegamos? A que ponto chegou o Brasil? A que situação vergonhosa chegou a nossa política nacional? Parece que estamos no fundo do poço e que, em vez de tentarem sair dela, pegam uma pá e começam a cavar mais fundo, mais fundo, mais fundo. Essa é a realidade do atual Governo, é a realidade do partido dominante hoje no Brasil.

É lógico que ninguém está de acordo com isso. É lógico que a população está revoltada. E é lógico que este Congresso Nacional será convocado. Aliás, ele já foi convocado pela população brasileira a tomar uma iniciativa, a tomar uma atitude.

Eu quero pedir a todos que façamos isso da melhor forma, da maneira mais tranquila, se é que isso é possível. E que nós tenhamos atitudes responsáveis, atitudes tranquilas. Que nós não venhamos a fomentar a revolta da população brasileira, que já está extremamente revoltada.

A população brasileira, que nos colocou aqui, que nos confiou um mandato, exige de nós medidas e atitudes concretas contra tudo isso que está acontecendo no País, contra essas ações vexaminosas a que o Brasil está assistindo.

O Brasil está passando pelo momento mais difícil da sua história, penso eu, porque o País hoje está totalmente desacreditado. E assim está a classe política de uma forma geral. O Congresso Nacional está sendo chamado a tomar alguma atitude. A população exige de nós essa atitude.



Vou pedir a todos os Deputados que ajam da melhor forma possível, sejam de situação, sejam de oposição. Aos que vão fazer parte da comissão processante, peço que atuem com a maior lisura, da forma mais correta. Que ajam da forma mais íntegra. Também peço à população que faça os seus protestos, mas que os faça com tranquilidade.

Quiçá, Sr. Presidente, se as coisas que estão aparecendo aí forem comprovadas, não só a Presidente Dilma deva renunciar, mas também novas eleições gerais devam ser convocadas no Brasil. Eu defendo isso, sim, Sr. Presidente, porque, se o Congresso for tomado também, devemos ter novas eleições para todos os lados, para todas as classes políticas.

Enfim, este Congresso Nacional que está aqui hoje, Deputado Lobbe Neto, está sendo convocado pela população brasileira a tomar posição.

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. FÁBIO SOUSA - Sr. Presidente, peço a V.Exa. 1 minuto para concluir o meu raciocínio.

A Presidente Dilma também tem de ser chamada à responsabilidade. Deve ser responsabilizada pelos seus atos não só como Presidente da República, mas também como Ministra de Estado que foi em determinada época.

Eu quero pedir à Presidente que tome uma atitude responsável para com o Brasil, para com os seus familiares, que ela deve amar, e para com os Deputados que estão aqui segurando a onda ao lado dela. Eu quero pedir à Presidente que tome uma atitude responsável para com todos os brasileiros desta Nação, que não aguentam mais passar por tudo o que estamos passando, por todos os problemas



que nós estamos enfrentando, por todas as situações que a nossa sociedade está encarando nos dias de hoje.

Presidente da República Dilma Vana Rousseff, nós pedimos a V.Exa.: renuncie ao cargo de Presidente, porque, se V.Exa. não renunciar, o *impeachment* vai chegar — e já chegou; chegou hoje a esta Casa! — e V.Exa. vai ser tirada do poder. Renuncie, Sra. Presidente! Tome essa atitude de integridade para com a Nação, e nós iremos respeitá-la.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Monteiro.

Já vou pedir que se registre a presença de V.Exa. no painel. V.Exa. tem 3 minutos na tribuna.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, quero aproveitar a oportunidade para saudar o Ministro Jaques Wagner, Chefe de Gabinete da Presidência.

Saúdo também o novo Ministro da Justiça.

Cumprimento, sobretudo, o Deputado Federal Mauro Lopes, do PMDB de Minas Gerais, nosso colega aqui no Congresso Nacional que assume o cargo de Ministro da Aviação Civil. Esperamos que nós possamos, junto com S.Exa., trabalhar e desenvolver vários projetos para o Brasil, sobretudo para o nosso Estado de Minas Gerais.

Sr. Presidente, quero aproveitar a oportunidade para também cumprimentar o ex-Presidente Lula, nosso novo Ministro da Casa Civil.

Nós participamos, há poucos minutos, da posse solene dos quatro novos Ministros da Presidenta Dilma.

Aproveito, ainda, a oportunidade para parabenizar a Presidenta Dilma pela escolha de todos os quatro Ministros, sobretudo do Presidente Lula.

Nós lembramos muito bem, Sr. Presidente, que, quando ganhamos a eleição em 2002, com a posse do Presidente Lula em 2003, foi a dobradinha Lula e Dilma que consertou este País. Naquela época, sim, o nosso País estava no fundo do poço. Hoje nós reclamamos — e é verdade — do índice de desemprego de 8,5%, mas naquela época era três vezes maior! É só nós refrescarmos nossa memória.



E nós temos certeza, Sr. Presidente, de que, com a capacidade de aglutinação do ex-Presidente Lula, agora como Ministro-Chefe da Casa Civil, vamos resgatar a dobradinha Dilma e Lula lá no Palácio do Planalto. Temos certeza de que nós vamos criar as condições políticas e econômicas para podermos recuperar o nosso País e colocá-lo no rumo certo. Essa é a nossa grande expectativa, Sr. Presidente.

Contudo, precisamos também dar para a Oposição um recado: quem nomeia Ministro é a Presidência! Eles estão raivosos porque a Presidenta Dilma escolheu quatro novos Ministros. É preciso que eles ganhem a eleição para ter essa prerrogativa. Nós ganhamos a última eleição com 54 milhões de votos! Derrotamos a Oposição, liderada pelo PSDB, que, sobretudo em Minas Gerais, perdeu a eleição. Levou uma surra lá em Minas Gerais! Estão desesperados e raivosos porque a Presidenta Dilma escolhe os seus Ministros.

Ganhem a eleição, para poderem escolher Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

O Sr. Carlos Manato, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Cunha, Presidente.



V- ORDEM DO DIA

PRESENTES OS SEGUINTE SRS. DEPUTADOS:



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 352 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Passa-se à apreciação da matéria sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

Item único.

Eleição da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre denúncia por crime de responsabilidade contra a Presidente da República, Sra. Dilma Vana Rousseff, oferecida pelos Srs. Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Eu estou lento propositalmente, para dar aos Srs. Líderes e demais Parlamentares tempo de virem ao plenário.

Nós vamos fazer a eleição agora para o plenário, e a instalação da Comissão Especial se dará hoje ainda. Digo isso apenas para que os Parlamentares tenham noção daquilo que vai haver de comprometimento de plenário ou não. Nós vamos abrir, depois, sessão extraordinária deliberativa, mas somente com debate. Eu acho que não há intenção — nem deve haver — nem condição para qualquer outra nova votação.

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, existe acordo para manter o painel na extraordinária?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Podemos manter o painel ou não. Vai depender de V.Exas.

O SR. ALEXANDRE LEITE - Mas algum Líder tem a pretensão de pedir novo painel?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Que peça. Se pedir, os Parlamentares serão obrigados a registrar presença.

O SR. VANDERLEI MACRIS - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - O objetivo de manter a sessão aberta, e sem Ordem do Dia, é porque, se eventuais questões de ordem forem feitas, poderão ser feitas, e estará aí o Plenário para recepcioná-las. Como nós temos um processo complexo, nós não vamos nos furtar à recepção de qualquer tipo de questão de ordem.

O SR. VANDERLEI MACRIS - Peço a palavra para um esclarecimento, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Pois não.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Nós estamos iniciando um processo da maior importância para o País, que é a eleição da Comissão Especial do Impeachment.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Deputado, deixe-me falar tudo que vai acontecer, ler o processo, senão não conseguiremos ter condições nem de esclarecer. Depois esclareceremos eventuais dúvidas. Se V.Exa. não se incomodar, pode ser desse jeito?

O SR. VANDERLEI MACRIS - É claro, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Conforme determinam o art. 19 da Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, e o § 2º do art. 218 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, realizaremos a eleição da Comissão Especial destinada a proferir parecer sobre a denúncia por crime de responsabilidade contra a Presidenta da República, Sra. Dilma Vana Rousseff, oferecida pelos Srs. Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal.

A Presidência informa que até as 13 horas de hoje foram recebidas indicações feitas pelos Líderes dos blocos partidários e dos partidos políticos, obedecidos os critérios estabelecidos no ato da criação da Comissão Especial.

O Partido Progressista indicou os seus representantes intempestivamente, razão pela qual, após a eleição da chapa com as indicações feitas pelos Líderes dos blocos partidários e dos partidos políticos, será realizada eleição suplementar para preenchimento das vagas remanescentes.

O critério será o seguinte: será submetida a chapa que foi indicada para a votação em plenário no painel eletrônico.



Eu vou explicar em um português... e depois de maneira formal.

Os Parlamentares vão votar “sim” ou “não” à chapa que será oferecida pelas indicações partidárias e, para evitar gerar uma fila, o que não daria celeridade ao processo, vamos fazer pelas próprias bancadas, considerando abstenção como voto em branco. Então, aqueles que quiserem votar em branco votarão abstenção. Se houver alguma oposição, as cabines estão preparadas para receber a opção em branco.

O SR. VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Pois não. Eu vou completar o processo inteiro e depois eu esclareço as dúvidas.

O critério será esse. Como o Partido Progressista indicou intempestivamente os seus representantes, nós vamos ter que fazer duas votações: a primeira votação e a segunda, com votação suplementar.

Eu sei que, se propusesse o acordo de fazermos a votação em conjunto, todos iriam aceitar, mas eu, por uma questão de respeito ao processo, prefiro realizar a votação conforme foi anunciado dentro do procedimento estabelecido. Não é com qualquer outro objetivo que não o de respeitar aquilo que está posto.

Sendo assim, a votação será nominal, ostensiva, realizada pelo sistema eletrônico de votação, sendo a Comissão Especial aprovada em turno único por maioria de votos.

As abstenções verificadas pelo sistema eletrônico serão computadas para efeito de quórum, sendo o voto considerado voto em branco.

Para votar, o Parlamentar deve utilizar os postos de votação nos assentos.



O SR. AFONSO FLORENCE - Deputado Eduardo Cunha, uma questão de ordem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Pois não.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Nós entendemos, pelo art. 17, "d"... Nós, no Colégio de Líderes, decidimos, e V.Exa. acaba de reiterar, chapa completa. Entendo que foi dado um prazo excedente, mas previsto até 48 horas. Gostaria de recorrer à possibilidade de que os nomes indicados pelo último partido, o PP, sejam inclusos na chapa para que a votação seja feita na totalidade da chapa. Nós estamos iniciando a sessão e, na nossa compreensão, há tempo hábil. Gostaria de fazer esse apelo.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR - Presidente, um esclarecimento.

O SR. AFONSO FLORENCE - Está marcado para as 15 horas. São 13h42min.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Não, não, nós não marcamos para as 15 horas, não. Nós combinamos ontem, claramente, que após a indicação, imediatamente, o tempo necessário... Se houvesse disputa nome a nome, partido a partido e fôssemos ter que programar o sistema para isso, poderia levar mais tempo, mas ficou claro ontem que era a partir de meio-dia. Não tem...

O SR. AFONSO FLORENCE - A previsão é até 48 horas. Seria uma tolerância plausível para o PP.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - O problema, Deputado, é que, se eu aceito a inclusão fora do horário colocado, eu sou obrigado a aceitar qualquer outro tipo de ponderação que venha do Plenário, e eu não quero incorrer em qualquer nulidade. Não existe problema político, acredito que nenhum partido aqui vai se opor



às indicações da eleição suplementar, cabe somente a eles mesmos. Então, não tem nenhum objetivo. Até o Líder foi esclarecido sobre isso e não se opôs ao processo.

Se aqueles que são os detentores da própria vaga não estão se opondo, por mais realista que queiramos ser, nós não podemos ser mais realistas que o próprio rei.

Prorrogo a presente sessão por 1 hora.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu proponho a V.Exa. que o Líder do PP proclame aqui ao microfone essa disposição, para não ter nenhum reparo.

O SR. PAULO TEIXEIRA - Sr. Presidente, questão de ordem. V.Exa. acabou de anunciar...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Ouçamos o Líder do PP primeiro.

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria consultar V.Exa. De fato, até as 13 horas nós não havíamos fechado as nossas indicações, que nós construímos junto com a nossa bancada, da forma que eu havia acertado e já me antecipado, ou seja, mantendo a proporcionalidade dentro do nosso partido. Foi isso que nós construímos. E nós protocolizamos as nossas indicações às 13h25min, de acordo com o protocolo que está aqui em minhas mãos.

Regimentalmente, eu não sei qual seria, Sr. Presidente, o encaminhamento. Parece-me que V.Exa. convoca para uma eleição em separado...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Não, eu vou imediatamente... Faço a eleição suplementar.



O SR. AFONSO FLORENCE - Mas, se eles não vão mais alterar o nome, não precisa...

O SR. AGUINALDO RIBEIRO - Mas eu acho que, se houve um acordo — só para concluir —, como Presidente, já que não entreguei no horário correto, V.Exa. pode aproveitar essas indicações dentro de um acordo e V.Exa. faria a indicação para compor a chapa. Se forem esses os nomes, obviamente, nós não fazemos nenhuma objeção. E constaríamos em uma chapa única e teríamos uma votação só.

O SR. AFONSO FLORENCE - O PT concorda.

O SR. AGUINALDO RIBEIRO - É este o meu encaminhamento, e eu consulto V.Exa. e as demais Lideranças sobre se podemos fazer assim.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Deixe-me ouvir primeiro a questão de ordem do Deputado Paulo Teixeira.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT-SP. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, apenas para dizer o seguinte: a indicação do PP poderia ser anexada às demais indicações, já que a regra geral é a de que a indicação seja feita pelos Líderes.

Se não for feito assim, posteriormente vamos cair num debate muito difícil de eleição suplementar e poderemos contrariar a decisão do Supremo Tribunal Federal.

Portanto, quero solicitar a V.Exa. que aceite a indicação do Líder do PP, Deputado Aguinaldo Ribeiro, e, ao mesmo tempo, que divulgue para a Casa quem são os membros indicados pelo Partido Progressista. Assim, prosseguiremos o debate sem maiores reparos.

Eu acredito que todos aqui querem que o procedimento seja o mais tranquilo possível. Acho que sendo o Líder o Deputado Aguinaldo Ribeiro e tendo ele dito que



já indica os representantes, nada obsta que nós já aceitemos a chapa do PP para prosseguir os debates desta tarde.

Essa é sugestão que faço a V.Exa. e ao conjunto dos Líderes para a normalidade do debate.

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, para que haja economia processual, posso ler os nomes que estamos indicando ou encaminhar um ofício à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Vou ler todos, porque os nomes do PP pertencem ao PP. Não é em função dos nomes que V.Exa. indicou que vai haver concordância ou não. Não é isso que está em discussão.

O SR. ALEXANDRE LEITE - Sr. Presidente, um esclarecimento!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Está em discussão uma questão procedimental. Eu anunciei o procedimento. Se V.Exas. apresentarem um requerimento, que pode ser verbal, e houver a unanimidade do Plenário, eu poderei acolher. Se houver uma única oposição, eu procederei à votação suplementar.

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Democratas está de acordo com a anexação, Sr. Presidente.

O SR. DANIEL COELHO (PSDB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSDB está de acordo com a proposta.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PT está de acordo.

O SR. WEVERTON ROCHA (PDT-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT não vê problema nenhum, pois a indicação é do PP, e o Líder já fez a sua



indicação, assim como cada partido indicou os seus nomes. Não há motivo para termos duas eleições.

O PDT está de acordo com que se faça uma só.

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

Pela economia processual, Sr. Presidente, a indicação é legítima e notória.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

O PT também está de acordo com a inclusão dos nomes do PP, por economia processual.

O SR. MILTON MONTI (Bloco/PR-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

O PSD também está de acordo, Sr. Presidente.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão

do orador.) - O PTB também está de acordo.

O SR. DANILO FORTE (PSB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O

PSB também está de acordo, Sr. Presidente, para normatizar e normalizar o processo, que terá tanta vida, tantas incoerências, tantas discussões. Já começar podendo do Líder do PP o direito de indicar seus representantes é uma atitude inclusive arbitrária.

Então, pela regularidade do processo, também estamos de acordo com que o PP indique os seus membros.

O SR. MORONI TORGAN (DEM-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A

Minoria concorda, Sr. Presidente.

O SR. RUBENS BUENO - Sr. Presidente, vamos listar o painel.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Nós ainda estamos no pré-procedimento. Na votação da própria Comissão em si, Deputado Rubens Bueno,



não existe orientação de bancada. O que nós vamos fazer é, antes de anunciar a votação, dar a palavra a todos os Líderes, pelos pedidos de V.Exas.

Em relação a esse procedimento, há um requerimento verbal feito pelo PP. Eu vou indagar o seguinte: há unanimidade do Plenário para o seu acolhimento?

O SR. RUBENS BUENO - Há.

O SR. DANIEL COELHO (PSDB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSDB é a favor.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Havendo a aprovação unânime do Plenário, a Presidência acolhe o requerimento, determinando a inclusão...

O SR. JOSÉ PRIANTE - Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY - Sr. Presidente, decline o nomes.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR - Sr. Presidente, um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Sobre isso?

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR - Sobre a chapa única.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Deixe-me encerrar essa parte. V.Exa. tem alguma oposição a isso?

O SR. RUBENS BUENO (PPS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sim, Presidente, o que está sendo colocado é a chapa remanescente daquela que perdeu o prazo. Há um pedido dos nomes da chapa remanescente para que seja votado conjuntamente na chapa única. É evidente que, se todos nós estivermos de acordo com a chapa única, não haverá nenhum tipo de recurso posterior, porque todos nós estamos concordando com essa indicação e o pedido do PP.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Havendo o acolhimento unânime do Plenário, determino a inclusão...



O SR. IVAN VALENTE - O PSOL ainda não se pronunciou.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Pois não. Com a palavra o Deputado Ivan Valente.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSOL quer manifestar a concordância por uma razão muito simples: para cumprir o que foi determinado pelo Supremo Tribunal Federal. Então, o PSOL concorda com a questão do PP.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Por gentileza, senão não vamos ter um formato...

O SR. JOSÉ PRIANTE - Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Por favor, uma coisa de cada vez, senão não conseguiremos concluir o processo.

O SR. MORONI TORGAN - Vamos encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Pelo acolhimento unânime do Plenário, determino a inclusão dos nomes indicados pela Liderança do PP, intempestivamente ao horário predeterminado à chapa que vai ser submetida à votação no plenário.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR - Sr. Presidente...

O SR. JOSÉ PRIANTE - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra, primeiro, ao Deputado Rubens Pereira Júnior, depois, ao Deputado José Priante.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PCdoB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero dois esclarecimentos, na verdade.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Pois não.



O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR - Primeiro, V.Exa. pegou como parâmetro a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, a maior Comissão da Casa, para poder formar a Comissão Especial. Só que a Comissão de Constituição e Justiça, no ano passado, contava com 66 membros; a Comissão Especial conta com 65 membros. Na divisão da Comissão de Constituição e Justiça originária, o PCdoB tinha direito a duas vagas titulares e duas vagas suplentes e, com 65 membros, o PCdoB tem direito a um membro titular e um membro suplente.

Eu faço este questionamento a V.Exa.: em primeiro lugar, por que não se repetiu o número de 66 membros para a Comissão Especial?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Deputado, eu...

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR - E há só um segundo ponto, se V.Exa. permitir.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Pois não.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR - Ao Judiciário não cabe fazer consulta, à exceção do TSE, mas à Mesa desta Casa cabe. Aí eu pergunto a V.Exa.: se o Plenário rejeitar a Comissão Especial de forma unânime, o que a Mesa vai adotar?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Em relação ao seu primeiro ponto, eu entendo que V.Exa. o levanta intempestivamente, porque a Comissão foi criada, foi instalada e houve uma eleição, à qual os partidos indicaram naquele momento. Essa eleição foi objeto de ADPF no Supremo, que a anulou. O que nós estamos fazendo é dar sequência ao processo. Então, não houve alteração da Comissão entre aquele processo e este. Então, essa primeira questão eu vou me furtar a recepcionar. Ela está intempestiva.



Quanto ao segundo ponto que V.Exa. colocou, eu diria que, se a chapa for rejeitada, os partidos terão que indicar novos nomes, porque a matéria não será repetida.

O SR. VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, eu quero só um esclarecimento.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR - É uma nova eleição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Há?

O SR. VANDERLEI MACRIS - Permita-me, Sr. Presidente.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR - Não há preclusão. O questionamento é para evitar qualquer possibilidade de “judicialização”.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Deputado.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR - A pergunta é: por que 65 membros?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Desculpe-me, Deputado, mas as decisões que foram adotadas para a criação da Comissão não serão revistas. Então...

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR - Sr. Presidente, não estou satisfeito com a resposta, mas acato a decisão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - O.k.

Concedo a palavra ao Deputado Vanderlei Macris.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, permita-me falar apenas para um esclarecimento. V.Exa. acabou de tomar a decisão de incluir cinco nomes do Partido Progressista nessa relação. A Comissão Especial do Impeachment, Sr. Presidente, é uma das coisas mais importantes que este Congresso Nacional está fazendo agora. A sociedade



brasileira está muito atenta a tudo. Nós não conhecemos os cinco nomes do Partido Progressista nem os cinco nomes suplentes. Eu gostaria que V.Exa. declinasse os nomes dos cinco membros.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Eu vou ler todos, eu vou ler todos. Eu vou ler toda a chapa.

O SR. VANDERLEI MACRIS - Especialmente a do Partido Progressista.

O SR. JOSÉ PRIANTE - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Serei obrigado. Fique tranquilo.

O SR. VANDERLEI MACRIS - Nós temos em mãos a relação dos membros e não consta...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Deputado, não foi a Presidência que os acolheu, foi o Plenário.

O SR. VANDERLEI MACRIS - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Com a palavra o Deputado José Priante.

O SR. JOSÉ PRIANTE (Bloco/PMDB-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma ponderação a V.Exa.

O meu nome está indicado pelo meu partido, o PMDB, para compor a Comissão do Impeachment. Eu estou, neste momento, declinando da minha participação, por uma decisão pessoal. Eu não quero participar, neste momento, da Comissão do Impeachment.

Portanto, requeiro a V.Exa. a substituição do meu nome pelo meu partido por outro colega nessa relação do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Estamos com outro problema.



O SR. AFONSO FLORENCE - Presidente Eduardo Cunha...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Um momento, Deputado Afonso Florence, até porque temos de resolver os problemas que estão aparecendo, senão não vamos conseguir avançar.

O SR. AFONSO FLORENCE - É um problema.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Com a palavra o Deputado Leonardo Picciani.

O SR. LEONARDO PICCIANI (Bloco/PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, diante dessa decisão pessoal do Deputado José Priante, faço o seguinte pedido à Mesa e ao Plenário: o PMDB cumpriu os prazos tempestivamente, fez a indicação, mas o Deputado, como é do seu direito, do seu julgamento pessoal, neste momento, decidiu retirar a sua indicação.

Eu solicito, então, que o PMDB possa imediatamente encaminhar à Mesa a substituição do nome, para estar com sua representação completa. O partido não deu causa a essa questão. Foi uma decisão pessoal do Deputado, que não me cabe julgar nem controlar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Deputado Leonardo Picciani, deixe-me colocar as coisas como deveriam ocorrer. De novo o Plenário vai ter que se manifestar.

O que deveria ocorrer seria o seguinte: uma vez a Comissão eleita, o Deputado que dela não quiser fazer parte, embora indicado, tem que apresentar a sua renúncia, e nós teremos que fazer uma eleição suplementar para preencher essa vaga ou o partido se contentaria que os seus suplentes o substituíssem na



votação, porque todos os partidos indicam suplentes e quem está renunciando é um membro titular.

Mas V.Exa. teria sempre o direito de requerer eleição suplementar para o preenchimento da vaga remanescente da posição de titular, porque todos sairão eleitos na sua condição, seja de titular ou de suplente.

O SR. LEONARDO PICCIANI - Sr. Presidente, é evidente que não resta dúvida do procedimento assinalado por V.Exa., mas o fato é anterior à votação. O Plenário, por acordo, acatou a inclusão dos nomes do Partido Progressista. Faço um apelo a V.Exa. e ao Plenário para que não seja necessária a eleição suplementar e possamos apresentar a chapa completa. É uma substituição intrapartidária motivada pela decisão pessoal do Parlamentar e anterior à eleição.

Eu faço essa ponderação e esse pedido a V.Exa.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, é preciso que se dê um tempo para que essas coisas sejam construídas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Não haverá tempo, porque eu tenho a chapa para fazer a eleição e a farei.

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Sim, mas é para acolher a solicitação do Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Eu posso acolher ou não. Se o Plenário quiser acolher, eu vou acolher; se não, vou fazer a eleição.

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Vamos submeter ao Plenário o mesmo procedimento.



A SRA. JANDIRA FEGHALI - Se V.Exa. não acolher, dificulta o processo.
V.Exa. não quer votar?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Eu não posso ter obstrução...

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Espero que V.Exa. não queira confusão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Não, eu quero resolver.

A SRA. JANDIRA FEGHALI - V.Exa. quer resolver. Então é preciso pensar no acolhimento do pedido que faz o Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Para isso existem os suplentes, mas vou submeter ao Plenário, de novo, na mesma circunstância.

O SR. AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Deputado, resolvemos ou não resolvemos.

Há um requerimento verbal, formulado pelo Líder do PMDB, em função da renúncia ao direito de Parlamentar de ingressar na Comissão, de que essa substituição possa ser promovida e incluída a substituição antes da votação da chapa.

Da mesma forma que eu ofereci ao Plenário o requerimento do Líder do Partido Progressista eu submeterei novamente ao Plenário e o critério será o mesmo.

Havendo a unanimidade do Plenário com o procedimento concordado, a Mesa acolherá.

O SR. DANILO FORTE - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Há a unanimidade do Plenário?



O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
O PT concorda.

O SR. DANIEL COELHO (PSDB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
O PSDB concorda com a proposição.

O SR. WEVERTON ROCHA (PDT-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
O PDT concorda.

O SR. DANILO FORTE (PSB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O
PSB, em nome da harmonia e da boa convivência entre as bancadas, também
concorda.

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP-PB. Pela ordem. Sem revisão do
orador.) - Sr. Presidente, o PP concorda e aproveita para agradecer a todos os
Líderes o acolhimento do nosso requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - O.k.

Então, Deputado Leonardo Picciani, por unanimidade do Plenário, determino
a substituição...

O SR. LEONARDO PICCIANI (Bloco/PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do
orador.) - Encaminho de imediato, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Qual o nome do substituto para ser...

O SR. LEONARDO PICCIANI - Eu o substituo pelo Deputado Altineu Côrtes.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - A substituição...

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
O PCdoB concorda, Sr. Presidente, com a substituição.

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
O Democratas concorda com a substituição, Sr. Presidente.



O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
O PT concorda.

O SR. RUBENS BUENO (PPS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O
PPS concorda.

O SR. GENECIAS NORONHA (SD-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- O Solidariedade concorda, Sr. Presidente.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão
do orador.) - Para o PTB, o.k.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Um momento. *(Pausa.)*

Eu acolho a substituição de Parlamentar do PMDB que renunciou à
Comissão. Por unanimidade, determino a inclusão da substituição do Deputado José
Priante, renunciante, pelo Deputado Altineu Côrtes, ingressante, indicado pela
Liderança, em substituição.

O SR. AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, um pedido de esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Com a palavra o Deputado Afonso
Florence.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Sr. Presidente, na ementa da ADPF consta que o Plenário deve votar para ratificar a
chapa.

V.Exa. antecipou que, havendo rejeição, pretende proceder a nova indicação
de membros. Nós consideramos que isso fere a resolução do Supremo. Nós
entendemos que deveremos ter quórum, metade mais um, e depois, por maioria
simples, a ratificação.



Então, a minha solicitação é de que se abra tempo para orientação de bancada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Não caberá orientação — e V.Exa. sabe —, como foi da outra vez.

Antes de anunciar a votação da chapa, ler a sua composição e entrar no processo de votação, vou abrir esse tempo para a orientação das bancadas. Mas nós estamos votando a chapa: “sim” ou “não”. A palavra “ratificar” significa confirmar, significar ter a votação acolhida pelo Plenário.

Esta é uma Casa Legislativa. A Comissão é eleita. O Parlamento é soberano. Se o Parlamento, na sua maioria, não aceitar; essa chapa, obviamente, não será eleita, e outra terá que ser submetida a voto.

Não há nenhuma dúvida com relação a isso.

Essa será a posição adotada pela Presidência. A vontade de celeridade de todas as partes é tamanha que não está havendo nenhum tipo de contestação.

Todos sabem que esse é um processo político. Todos têm interesse em que ele ande com a maior celeridade possível e todos sabem que esse processo, ao fim, será decidido pelo Plenário.

Consequentemente, todos estão querendo mesmo que o processo ande. Não está havendo conflagração.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR - Sr. Presidente, quero fazer um questionamento a V.Exa., solicitar um esclarecimento. Quanto mais nos esclarecermos, melhor para todo o processo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - É claro. Tem V.Exa. a palavra.



O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PCdoB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu pergunto a V.Exa.: essa Comissão Especial tratará única e exclusivamente desse pedido que tramita na Casa e que foi aceito pela Mesa? Fato novo não entra? Fato rejeitado pela Mesa não entra? Terá que ser uma nova Comissão Especial? Não cabe aditamento?

Eu questiono a Mesa sobre como será o procedimento em relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Deputado, V.Exa. vai votar a ementa. A Comissão que já foi criada... É pela ementa. Qualquer procedimento que tenha sido despachado ou não, V.Exa. terá momento próprio para questioná-lo, se assim o desejar.

Antes de anunciar a chapa e anunciar a votação, eu vou conceder um tempo para que as bancadas possam se manifestar, na tentativa de evitar maior demora. Se alguém quiser usar o tempo de Líder que o faça logo.

Acho que talvez não seja necessário, mas vamos conceder esse tempo. Nós podemos até aumenta-lo um pouco.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, não é necessário. Vamos ao voto.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é necessário. É claro que sim, Sr. Presidente.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu acho que orientação de bancada não é demais.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY - Não há orientação, regimentalmente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Eu vou abrir o tempo, antes de anunciar, para que eu, digamos assim, não infrinja a regra regimental. Está certo?



Eu vou abrir, informalmente, espaço para as orientações. Depois, eu anunciarei a chapa e a votação.

Para orientar, como vota o Bloco do PP? *(Pausa.)*

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós vamos votar “sim”.

Eu gostaria de propor aqui aos demais Líderes que, por economia processual, não seja este o momento da discussão.

O SR. PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Vamos fazer o seguinte: eu vou estabelecer um tempo maior de orientação pela Liderança. Vamos estabelecer até 3 minutos para cada bloco ou partido.

O SR. AGUINALDO RIBEIRO - Eu quis propor que, diferentemente, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Mas há quem queira falar, Deputado. Eu não posso...

O SR. AGUINALDO RIBEIRO - Eu acho que este é o momento de... Poderíamos ter outro momento para as falas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Eu concordo. Da minha parte, estou querendo facilitar e não gerar tumulto por qualquer motivo.

V.Exa., então, contribua e abra mão do seu tempo.

O SR. GENECIAS NORONHA - Sr. Presidente...

O SR. AGUINALDO RIBEIRO - Nós vamos recomendar o voto “sim”. Nós vamos recomendar o voto “sim”, Sr. Presidente.



O SR. GENECIAS NORONHA (SD-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, como todos os membros já foram indicados pelos seus Líderes, proponho que se inicie a votação.

O SR. AGUINALDO RIBEIRO - Sr. Presidente, eu apenas gostaria de fazer o registro de que este é o momento em que se inicia, no nosso País, o processo de impedimento, que é gravíssimo. Então, um instante como este nos remete — a todos os Parlamentares desta Casa — a termos, como eu venho dizendo aqui nesta Casa, primeiro, serenidade, tranquilidade e, sobretudo, Sr. Presidente, preocupação. E acho que todos temos que ter este compromisso, já que vamos ter esse enfrentamento: de termos responsabilidade com a Casa, com a imagem desta Casa.

Nós vamos travar aqui os debates, os diversos debates, mas é preciso que respeitemos esta Casa como uma casa legislativa, pois esta é a Casa do povo brasileiro. E é preciso, sobretudo, que respeitemos o nosso País.

Nesse sentido, já que sou o primeiro orientar quanto à formação dessa Comissão, eu peço que todos nós Parlamentares, quer estejamos na Comissão quer não, tenhamos a devida tranquilidade para compreendermos o momento que o País vive. Peço que tenhamos a responsabilidade de não incentivarmos nem estimularmos qualquer tipo de açodamento, qualquer tipo de luta, seja de classe seja de qualquer interesse, em nome da unidade nacional, em nome da democracia, que foi construída a duras penas neste País. Independentemente do processo, independentemente do resultado, nós temos que ter essa responsabilidade.

Esse é o chamamento que nós fazemos neste instante.

Como há unanimidade em relação à formação de chapa, nós indicamos e nos manifestamos pelo voto “sim”, Sr. Presidente.



O SR. PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Tem a palavra o Deputado Pauderney Avelino.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós entendemos que este é um momento histórico que estamos vivendo. Eu, na condição de membro desta Casa desde 1991, participo pela segunda vez de um processo de impedimento de um Presidente da República.

Cada um dos Srs. Deputados e das Sras. Deputadas tem hoje um encontro com a história, tem um encontro com as suas consciências e tem um encontro com o Brasil, que está clamando por uma solução.

Nós, representantes do povo brasileiro, não podemos contrariar o que dizem a Constituição e as leis. Nós repudiamos aqueles que dizem que *impeachment* é golpe.

Quando o processo de impedimento é feito obedecendo à Lei Maior e às leis que regem esse procedimento, ele é mais do que legítimo. E é essa legitimidade que a Câmara dos Deputados está dando hoje para o procedimento do *impeachment*.

Portanto, cada um aqui vai prestar contas à sociedade. Cada membro desta Casa, que está iniciando hoje este processo histórico, vai ter esse encontro também com brasileiros de cada região deste País, de cada Estado, de cada cidade.

Cada um de nós deve satisfações aos nossos eleitores. Nós representamos não só os nossos eleitores, mas também o povo brasileiro. E a vontade que o povo brasileiro tem demonstrado, majoritariamente, é a favor do impedimento da Presidenta da República.



O Brasil tem pressa. O Brasil não aguenta mais a situação que o Governo do PT nos trouxe.

Por isso, Sr. Presidente, rogo a Deus que essa Comissão cumpra o seu papel.

Votamos “sim”, a favor...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Vamos continuar na ordem. Achei que fosse uma questão...

Como vota o Bloco do PR? *(Pausa.)*

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Pelo que eu vi, o DEM já encaminhou, não é?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - O DEM já encaminhou.

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Não era questão de ordem, então já encaminhou.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Como vota o Bloco do PR?

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (Bloco/PR-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós estamos vivendo, sem dúvida alguma, um dos momentos mais delicados da história do Brasil, pelo menos da história da República.

Cabe a este Congresso Nacional ter todo o equilíbrio necessário para que não incitemos as pessoas a irem às ruas e não provoquemos o caos. Devemos ter toda a responsabilidade para que esse processo de impedimento da Presidenta da República se dê no campo das ideias, no campo jurídico.



Nós vamos analisar, na Comissão, se a Presidenta cometeu crime de responsabilidade. A Constituição diz que, se houver crime de responsabilidade, há possibilidade de *impeachment*. Obviamente, o *impeachment* também é um processo político. Quando um governante perde a capacidade de governar, de dirigir o País, de superar crises, de superar o caos, também pode se configurar o *impeachment*.

Quero dizer que os membros que o PR está indicando para a Comissão serão lá juízes — serão lá juízes. Eles terão total liberdade para agir de acordo com a sua consciência, sem a interferência de ninguém. Todo membro que fizer parte da Comissão terá, como disse aqui o meu antecessor, que se encontrar com seus eleitores, prestar contas dos seus atos e responderá por sua posição durante toda a sua vida política. O PR terá um posicionamento, na Comissão que vai analisar o *impeachment*, da maior responsabilidade para com o País — disso eu não tenho a menor dúvida.

Portanto, Sr. Presidente, vamos enfrentar esse problema. Nós precisamos sair desse momento de convulsão social, de convulsão econômica, de convulsão política, para que o nosso País retome o crescimento.

Sr. Presidente, o PR vota “sim” a essa Comissão, legitimamente indicada por seus Líderes, em conversa com os seus partidos, para que possamos vencer essa fase o mais rápido possível e o Brasil superar essa página.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Como vota o Bloco Parlamentar PMDB/PEN?

O SR. LEONARDO PICCIANI (Bloco/PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós chegamos a um momento da vida nacional do nosso



País de grande gravidade: gravidade política, gravidade institucional, gravidade econômica. De modo que eu acho que o Congresso Nacional, que tem a prerrogativa constitucional de julgar esse processo neste momento, deve ser regido pela moderação, pelo diálogo pautado na legalidade.

A nossa Constituição de 1988 tem todos os remédios apropriados. E nós devemos, dentro desses instrumentos, encontrar a saída para que o País se reencontre com dias melhores, com dias de maior tranquilidade.

O PMDB, hoje, indicou os seus membros para a Comissão por unanimidade. A nominata sugerida pelo PMDB foi aprovada por todos os presentes na reunião naquele momento, que representavam a ampla maioria da bancada. De modo que o espírito que move a bancada do PMDB neste momento é o espírito da moderação, da tranquilidade, da legalidade e do diálogo. Não podemos contribuir para que nem aqui dentro nem do lado de fora os ânimos se acirrem. Não podemos deixar o País mergulhado numa situação conflituosa, numa situação que pode, num limite extremo, colocar em risco até as pessoas na rua.

O Congresso tem uma responsabilidade muito grande. E o PMDB cumprirá, dentro do conjunto da Casa, com o seu papel e a sua responsabilidade.

Nós votamos “sim” à chapa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Como vota o PT?

O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, povo brasileiro, o País vive um momento decisivo na sua história. O patrocínio pelos poderes constituídos do combate à corrupção deve ser mantido. A normalidade do funcionamento das



instituições deve ser garantida. O voto popular, que erige as instituições da República na experiência democrática, deve ser sagrado.

Votar “sim”, que é o voto do PT, a essa chapa é dizer para o Brasil que, com essa tramitação, se apreciará um pedido de abertura de processo de *impeachment* que não guarda nenhuma sustentação.

A afirmação de que houve crime de responsabilidade na publicação de decretos de suplementação orçamentária que foram equacionados na gestão orçamentária, dentro do ano fiscal, é uma prova cabal de que não há justificativa jurídica.

No plano político, mais de 100 milhões de pessoas votaram nas eleições de 2014. A Presidenta Dilma teve mais de 50 milhões de votos.

As mobilizações do dia 13 — de tamanho reconhecível, é verdade —, a despeito de se ter divulgado que houve excessos por parte de agentes públicos, de ativistas clandestinos que atacaram as sedes do Partido Comunista do Brasil, da União Nacional dos Estudantes, do Sindicato dos Metalúrgicos, em São Paulo, felizmente, transcorreram dentro da normalidade.

Haverá manifestação amanhã. Esperamos que ela transcorra dentro da normalidade, a despeito da magnitude prevista. Haverá manifestação no dia 31 também.

Manifestações de oposição ou de situação não dão legitimidade a esse pedido de *impeachment*, que não possui justificção jurídica. Esse *impeachment* é golpe!

O País já tem indicadores econômicos positivos, agora temos que superar a crise política.



Esta Comissão tem que indicar a este Plenário a rejeição da abertura do processo. O Brasil precisa superar a crise política e retomar as expectativas positivas, porque há liquidez no mercado, a balança comercial está positiva. O Governo precisa retomar sua política de geração de emprego e renda.

Por isso, o melhor para o Brasil é o voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Como vota o PSDB?

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Brasil vive um momento histórico. E esta também é uma sessão histórica, a partir do momento...

O SR. AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, eu votei “sim”. Eu disse “não” no relatório — mudaram. No meio da minha fala, eu disse: “*Eu vou votar ‘sim’.*”

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Não se preocupe, Deputado.

O SR. AFONSO FLORENCE - Isso não pode ficar ali nem 1 minuto. Eu disse “não” no relatório.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY - Sr. Presidente, como eu dizia, o Brasil vive um momento histórico. E esta é uma sessão histórica desde o momento em que V.Exa. acolheu — porque viu que há fundamentações suficientes — o pedido de *impeachment* assinado pelo Prof. Miguel Reale Júnior, pela Janaina Paschoal, pelo Hélio Bicudo e pelos movimentos sociais.

Portanto, nós estamos aqui cumprindo com os nossos deveres constitucionais. Cabe ao Congresso brasileiro e à Câmara dos Deputados seguir rigorosamente os ditames da nossa Carta Maior.

Quero, neste momento agudo da vida nacional, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, dizer da importância de sempre se destacar o fortalecimento da nossa



confiança nas instituições brasileiras, que devem ser preservadas, devem ser prestigiadas, devem ser valorizadas, notadamente num momento grave feito esse que estamos atravessando.

Eu diria também, Sr. Presidente, que esta sessão observa rigorosamente a decisão tomada pelo Supremo Tribunal Federal, a nossa Corte de Justiça superior, suprema. Não há o que se discutir. Vamos seguir rigorosamente a metodologia, os ditames, o rito definido pela Corte Suprema e eleger essa importante Comissão processante do *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff.

Eu não vou entrar aqui no discurso que mostra com clareza a convicção, que percebo na maioria desta Casa, de que realmente a Presidente Dilma cometeu crime de responsabilidade. Portanto, o dever nosso é afastá-la, segundo dita a nossa Constituição.

Sr. Presidente, eu encerro as nossas palavras pedindo aos Deputados, às Deputadas, ao povo brasileiro muita serenidade, muito equilíbrio, neste momento, porque faltam poucos dias para o desfecho do processo definitivo de afastamento da Presidente Dilma Rousseff.

Vamos votar “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Obrigado. Eu ia até prorrogar seu tempo, porque V.Exa. foi interrompido, mas...

Como vota o Bloco do PRB?

O SR. RONALDO MARTINS (Bloco/PRB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PRB vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Como vota o PSB?



O SR. FERNANDO COELHO FILHO (PSB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria que as minhas palavras fossem para cumprimentar a minha bancada. O PSB, quando da primeira indicação, realizou uma escolha democrática, numa eleição interna, entre seus membros. Reapresentamos a mesma chapa, com quatro titulares e quatro suplentes, para podermos preencher as nossas vagas nessa Comissão Especial. Por isso, eu quero saudar todos os membros do Partido Socialista Brasileiro.

Concordamos que o momento é grave para esta Casa e mais grave ainda para o País. A nossa postura será de respeito ao direito e à opinião de cada um, mas, acima de tudo, à nossa Constituição.

Por isso, eu quero sinalizar que o voto do PSB será “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Como vota o PDT?

O SR. WEVERTON ROCHA (PDT-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PDT vai votar “sim”, pela chapa, mediante o consenso entre as Lideranças, reafirmando que nós temos clareza do momento político difícil que o Brasil atravessa.

O PDT, desde o início, teve e tem uma posição clara a respeito do tema que nós estamos hoje oficializando, através da instalação desta Comissão. Já passamos por essa situação em outros momentos da vida do nosso País. Eu mesmo tive a oportunidade — triste oportunidade — de vivenciar um momento difícil, em que o Governo legitimamente eleito do Dr. Jackson Lago, no Maranhão, foi interrompido no segundo ano. Todos sabem que os argumentos jurídicos utilizados naquela época foram extremamente montados, através de uma grande farsa, para arrancar, de forma popular, o mandato do Dr. Jackson, no Maranhão. E o povo do Maranhão



sofreu. O povo do Maranhão chorou, inclusive, a morte do Dr. Jackson naquele momento.

E, neste momento, nós corremos o risco de inaugurar uma nova modalidade na política nacional, que terá um efeito dominó. Hoje se discute a situação da Presidente da República, amanhã podem ser os Srs. Governadores e, depois, os Srs. Prefeitos, principalmente os que estão ruins perante a opinião popular e passando por um momento difícil na sua administração.

Nós sabemos que aqui a luta é política. A luta e o debate nesta Comissão são feitos de argumentos, de ideias. E nós estaremos aqui, de forma respeitosa, lutando pelas nossas ideias, lutando pelas nossas opiniões e deixando claro que o PDT sabe o papel que representa na nossa democracia.

Não estamos aqui discutindo sobre pessoas. Estamos discutindo sobre as relações institucionais. Há um Governo, e esse Governo foi eleito, legitimamente, por 54 milhões de votos.

Todos nós queremos atender à voz das urnas. Quem sabe amanhã aqui se inicie uma reflexão geral de que este Congresso renuncie junto, todo mundo, e se convoque uma eleição geral. Aí, sim, vamos atender às ruas, vamos atender ao povo, porque eu tenho certeza de que o povo quer votar, quer escolher os seus representantes.

O PDT vota “sim” e, durante a Comissão, vai continuar com o debate.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Como vota o Solidariedade?

O SR. GENECIAS NORONHA (SD-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, hoje é um dia histórico para cada um de nós Parlamentares. Temos



que ter responsabilidade e serenidade, mas também a brevidade de que o Brasil precisa, pois o País tem pressa.

Hoje se dá início ao processo de impedimento contra a Presidenta Dilma. Nós Parlamentares temos que ter essa grande responsabilidade de perceber, principalmente, o sentimento das ruas, para não errarmos na nossa decisão final.

Diante disso, o Solidariedade recomenda o voto “sim” à chapa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Como vota o PCdoB?

O SR. DANIEL ALMEIDA - Sr. Presidente, peço que V.Exa. agregue o tempo de Líder ao meu tempo de orientação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Nós tínhamos feito um acordo no sentido de que este seria o tempo, de que não se utilizaria o tempo de Líder nesta situação.

O SR. DANIEL ALMEIDA - Mas o tempo de Líder, Sr. Presidente, é uma prerrogativa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Se V.Exa. exigir, eu vou ser obrigado a ceder, mas vai haver descumprimento do acordo, e todos podem querer pedir.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY - Foi o acordo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Houve um acordo. V.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. DANIEL ALMEIDA - Sr. Presidente, eu gostaria de agregar o tempo de Líder. Naturalmente, se ninguém quiser usar...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Foi um acordo, Deputado Daniel Almeida.



O SR. DANIEL ALMEIDA - Nós não vamos descumprir o Regimento, Sr. Presidente.

O SR. DANIEL COELHO - Agregar, não! Então, dê-lhe o tempo de Líder.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Veja bem, não é o caso de descumprir o Regimento. Eu não disse que V.Exa. vai descumprir o Regimento. Eu quero dizer que vai haver descumprimento do acordo e que todos vão pedir o tempo de Líder.

O SR. DANIEL ALMEIDA - O PCdoB não fez este acordo, não participou deste acordo.

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Eu o submeti ao Plenário.

Então, o que eu vou fazer? Eu vou suspender as orientações. A partir de agora, cada um pega o seu tempo de Líder. Eu dei o tempo de 3 minutos para cada um, para que, por acordo, não usassem o tempo de Líder.

O SR. COVATTI FILHO - Isso foi respeitado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - O que vai acontecer é que todos vão pedir.

O SR. ORLANDO SILVA - Isso é regimental, Sr. Presidente. Ele tem direito!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Houve acordo.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY - Houve acordo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Então, eu vou suspender a orientação. Vamos voltar ao Regimento.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY - Houve o acordo, Presidente!

(Tumulto no plenário.)



O SR. ORLANDO SILVA - É regimental. O Deputado Daniel Almeida tem o direito de usar o tempo de Líder. Isso é regimental! O PCdoB não fez parte desse acordo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Eu não disse que ele não tem, eu disse que nós fizemos um acordo.

O SR. DANIEL ALMEIDA - Nós não vamos ganhar no grito.

O SR. ORLANDO SILVA - O PCdoB não foi consultado sobre esse acordo.

(Tumulto no plenário.)

O SR. ORLANDO SILVA - Não reconhecemos o acordo. Isso é regimental!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - V.Exa. tem apenas o tempo de Líder, porque não cabe orientação de bancada sobre a matéria.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY - Deputado, vamos cumprir o acordo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Vou conceder o tempo de Líder ao Deputado Daniel Almeida. Só o tempo de Líder, ele não poderá agregar outro tempo.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY - Muito bem!

O SR. ORLANDO SILVA - O PCdoB tem direito ao tempo para orientação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Não há orientação para esta matéria, regimentalmente.

O SR. ORLANDO SILVA - V.Exa. não pode rasgar o Regimento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Deputado, regimentalmente, não há orientação para a matéria. Eu a concedi por acordo. Ele só vai ter o tempo de Líder para falar.



A SRA. JANDIRA FEGHALI - Em voto aberto tem, Presidente. Voto aberto tem direito a orientação, sim. Como não? O voto é aberto e não secreto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Essa matéria já é vencida, decidida e tem previsão regimental. Não cabe orientação.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado Daniel Almeida pelo tempo de Líder.

O SR. DANIEL ALMEIDA - Tem que zerar o tempo.

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Tem que zerar o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Tempo de Líder. Zerem o tempo. Ele tem direito ao tempo de Líder.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tentam traçar a ideia de que nós estamos aqui discutindo um procedimento normal. Esse não é um procedimento normal. O País exige, cobra e quer deste Parlamento, dos políticos, soluções para a crise política e para a crise econômica.

O caminho não é esse. A saída não é o *impeachment*, mesmo porque, Sr. Presidente, não há fato.

Nós queremos lembrar aqui ao povo brasileiro como esse processo chegou a esta Casa. Não há fato. O pedido que está aí tramitando fala da pedalada fiscal.

Nenhum jurista sério entende que isso dá motivo ao *impeachment*, porque a pedalada não aconteceu no atual mandato da Presidenta Dilma.

(Tumulto no plenário.)

(Manifestação no plenário: fora, Dilma!)

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Sr. Presidente...

O SR. DANIEL ALMEIDA - Não vão me calar! No grito, não vão ganhar! Esse é o grito do desespero! É o grito do golpe!

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Sr. Presidente, garanta o tempo do Líder.

O SR. ORLANDO SILVA - Sr. Presidente...



(Manifestação no plenário: fora, Dilma!)

O SR. ORLANDO SILVA - Há orador na tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Há orador na tribuna.

O SR. DANIEL ALMEIDA - Peço que mantenha a minha palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Respeitem o orador!

O SR. DANIEL ALMEIDA - O PCdoB sabe o que é golpe!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Respeitem o orador.

O SR. DANIEL ALMEIDA - Não vai ser no grito...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Por favor, gente!

Nós estávamos indo muito bem até agora.

A SRA. ALICE PORTUGAL - É preciso restabelecer o tempo do PCdoB.

O SR. AFONSO FLORENCE - Restabeleça o tempo.

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Nós não estávamos nesse acordo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Eu reconheço que houve um descumprimento de acordo, que gerou toda essa confusão. Mas ele tem direito. Foi retirada a orientação dele. Está no seu tempo de Líder. Deixem-no concluir.

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Respeitem o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Vamos respeitar o orador. Depois, cada um fala.

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Respeitem o Líder!

O SR. AFONSO FLORENCE - Apoiado!

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Respeitem o Líder!



A SRA. ALICE PORTUGAL - Tem que se restabelecer o tempo, Sr. Presidente.

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Volte o tempo. Perdeu tempo ali, Presidente.

A SRA. ALICE PORTUGAL - Restabeleça o tempo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Vou prorrogar o tempo pelo que ele perdeu.

O SR. NELSON MARQUEZELLI - Vamos votar! Vamos votar, Presidente!

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Respeitem o Líder.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - A palavra está com o Líder.

O SR. ORLANDO SILVA - É a demonstração da intolerância.

O SR. DANIEL ALMEIDA - Sr. Presidente, eu gostaria que se repusesse o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Eu vou compensar.

O SR. DANIEL ALMEIDA - Dois minutos e meio.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Eu vou dar 1 minuto de prorrogação.

V. Exa. pode continuar.

O SR. DANIEL ALMEIDA - Quero dizer, Sr. Presidente, que não há fato, não há a pedalada nem o decreto de execução orçamentária, mesmo porque o decreto foi objeto de deliberação do Congresso brasileiro, que normatizou, regularizou aquele processo.

Portanto, não há fato para o pedido de *impeachment*.

O povo brasileiro sabe em que condições ele foi acatado nesta Casa. Foi acatado pelo Presidente desta Casa denunciado no STF, que agora é réu no STF. Que legitimidade tem esse Presidente, V.Exa., para encaminhar este pedido?



O povo brasileiro sabe que quem está conduzindo o pedido de *impeachment* não tem legitimidade política nem moral para encaminhá-lo. O pedido, portanto, tem um objeto de vingança, de retaliação, porque vem daqueles que não aceitam o resultado da eleição, que querem continuar tentando impor um terceiro turno na disputa eleitoral.

Este é concretamente o objeto deste debate que estamos fazendo aqui: é a tentativa de dar um passo adiante na proposta de romper a legalidade democrática, de violentar o Estado Democrático de Direito, de agredir a nossa democracia. Esse não é um processo normal.

Este Parlamento está sendo chamado a enfrentar a crise com base em uma agenda que retome o crescimento e gere mais empregos no nosso País, e não produza o caminho do golpe.

Esse é o primeiro passo que os senhores estão pretendendo dar para impor o golpe que tramam há tanto tempo, mas não passará. A luta vai continuar na rua, nas instituições...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Deputado, conclua. Eu já dei o tempo que V.Exa. perdeu. Por favor, conclua a sua fala.

O SR. DANIEL ALMEIDA - A luta vai continuar, Sr. Presidente, neste Parlamento, na Comissão Especial, nas instituições, como fizemos no STF, quando V.Exa. quis impor, à força, o processo de *impeachment*, e o STF teve que intervir para normatizar esse processo. A luta vai continuar nas ruas, buscando debater e construir uma agenda que interesse ao País.

Esse é o debate sério e consequente que nós devemos pautar neste Congresso daqui para frente.

O impeachment não passará! O golpe não passará! (Palmas e apupos.)



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Com a palavra o Deputado Rubens Bueno, do PPS.

O SR. RUBENS BUENO (PPS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o golpe está persistindo desde 2014.

O povo brasileiro foi golpeado nas urnas, em 2014, pelo estelionato eleitoral da candidata Dilma Rousseff.

Só com o seu consultor de *marketing* João Santana, ela gastou — está lá no Tribunal Eleitoral — 80 milhões de reais! Foi o que gastou para pagar ao seu consultor de *marketing* João Santana, que, por acaso, hoje, está preso na Polícia Federal em Curitiba.

Esse estelionato eleitoral, o grande golpe eleitoral de 2014, não vai persistir! Esta Casa, o Parlamento brasileiro se encontra hoje com o povo brasileiro, que quer o fim da corrupção, que quer o fim da organização criminosa que tomou conta do poder no Brasil!

O brasileiro que é honesto e trabalhador não quer mais ver este Governo provocar fraudes de todo tipo, favorecimentos pessoais, negócios de toda a ordem, envolvendo bilhões de reais, desviados da PETROBRAS, dos fundos de pensão, das obras da Copa do Mundo, para favorecer partidos, para favorecer o Governo, para favorecer aqueles que estão assaltando os cofres do País.

Há milhões de brasileiros nos corredores de hospitais sem assistência médica, sem atenção nenhuma do poder público, porque lhes faltam recursos, já que o dinheiro está sendo desviado para os cofres da propina e distribuído entre aqueles que estão bajulando o poder.



Os senhores estão aqui nesta Casa vendo que não é comum o que está acontecendo. Desde dezembro, nós estamos pleiteando que a Comissão Especial do *impeachment* se apresente para debatermos, para votarmos! Estes são a essência do Parlamento: o debate e o voto.

Nós queremos debater o *impeachment*, queremos votar o *impeachment* para mostrar ao povo brasileiro quem é que está do lado do povo e quem está contra ele, roubando o seu dinheiro!

Agora chegou a hora de todos conhecermos melhor quem é quem nesta Casa. A partir dessa Comissão que está sendo eleita, nós vamos propiciar um novo rumo para a história do País.

Este é um grande momento histórico, momento do reencontro do Parlamento brasileiro com a sociedade, com as instituições republicanas, com aqueles que querem a liberdade, com aqueles que querem a honestidade, com aqueles cujos princípios são os interesses maiores de toda a Nação.

Vamos à luta e vamos vencer! Fora, Dilma, porque agora é a nossa hora e o nosso momento!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Obrigado.

Como vota o PV? (*Pausa.*)

O SR. RONALDO FONSECA - Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PROS.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Um momento, Deputado. O PV está com a palavra.

O SR. EVANDRO GUSSI (PV-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores brasileiros, vivemos hoje,



sem dúvida, um dia histórico da Nação brasileira. Vivemos um dia em que decisões fundamentais estão sendo tomadas e outras ainda deverão ser tomadas.

É o momento de ser forte nas coisas e suave nas formas, como diziam os romanos; ser forte naquilo que é necessário e, ao mesmo tempo, contribuir para um grande clima de consenso nacional, capaz de superar a nossa crise e de devolver ao Brasil o seu gigantismo.

O *impeachment* não é golpe. O *impeachment* é previsto pela Constituição da República Federativa do Brasil. Se houve crime ou se não houve, essa será uma decisão do Parlamento brasileiro, porque assim quis que acontecesse o poder constituinte originário. Se essa decisão fosse para ser dada a um juiz, assim teria dito o Constituinte.

Por isso, esta Casa e o Senado Federal não poderão se resignar diante da atribuição que a Constituição e conseqüentemente o povo brasileiro lhe garantem! O povo brasileiro lhe garante!

Democracia, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, é, sim, eleição, mas é também sintonia entre o povo e o governo! Quando a sintonia entre o povo e o governo acaba, acaba o governo! E a sintonia precisa ser, pacificamente, de maneira ordeira, restaurada.

Eu não venho aqui com discursos moralistas de quem roubou, de quem não roubou. O que me importa, como democrata, é que governos precisam ter sintonia, sim, com a população, senão não se justificam, senão não têm razão de ser e começam a se transformar em tirania, o que acontece quando se governa pela força e sem sustentação popular.

A favor do Brasil ontem, hoje e sempre, Sr. Presidente!



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Como vota o PSOL? (*Pausa.*)

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, o PSOL quer, neste momento, dizer da grande responsabilidade e da necessidade de equilíbrio e de razão para se tomar uma decisão desse porte no Congresso Nacional.

Impeachment é algo grave. *Impeachment* é algo que destitui Presidente da República legitimamente eleito, se houver crime de responsabilidade.

Como partido de oposição programática, ideológica e democrática ao Governo Dilma, partido que não ocupa nenhum cargo, que não tem nenhuma benesse do poder, que tem programa e princípio, queremos dizer que a nossa posição é a favor do equilíbrio e da responsabilidade.

Neste momento, não há crime de responsabilidade determinado para se tirar uma Presidente. Se houver, o PSOL discutirá, mas não existe. Impopularidade não destitui Presidente da República. Isto, sim, pode ser motivo de acusação de golpe: destituir por impopularidade, não por ilegalidade.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, o PSOL não caminha ao lado nem de linchadores, nem de adoradores.

Em terceiro lugar, o PSOL condena todas as violações de regras democráticas ao Estado de Direito, embora já tenha provado e prove, todos os dias, que está na luta contra a corrupção, pelo fim da impunidade, mas não aceita violação de regras democráticas, seja de quem for. Autoridade, governante, juiz ou promotor, todos estão submetidos às regras democráticas neste País.

Em quarto lugar, não acreditamos em saídas bonapartistas, em salvadores da pátria, e, sim, no trabalho coletivo e na ação coletiva do povo brasileiro.



Em quinto lugar, repudiamos qualquer saída por cima, acordada com aqueles que têm também denúncias na Lava-Jato — vários partidos são atingidos aqui. A saída tem que ser democrática; a saída tem que ser pelo voto. E o povo que se mobilize pelas suas paixões políticas, sem violência.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que um espectro do ex-Presidente réu ronda a legitimidade desta Comissão e da sua decisão.

O PSOL não aceita Eduardo Cunha comandando esta sessão ou qualquer outra sessão deliberativa! (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Como vota a Rede? (*Pausa.*)

O SR. EVANDRO GUSSI (PV-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, apenas que conste “sim” na orientação do PV.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Como vota a Rede?

O SR. ALESSANDRO MOLON (Rede-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Rede encaminha o voto favorável à chapa única da Comissão Especial e reitera que essa foi a posição que defendeu no Supremo Tribunal Federal, contrária à ideia de chapa avulsa, contrária à ideia de voto secreto, que o Deputado Eduardo Cunha, na Presidência desta Casa, quis impor.

Felizmente, ele foi derrotado no Supremo Tribunal Federal. O STF manteve as regras estabelecidas e não aceitou, no julgamento desta semana, pressão de quem quer que fosse.

A Rede indicou para participar dessa Comissão o Deputado Aliel Machado, como titular, e a mim mesmo, como suplente. A Rede participará desse debate, examinando os fatos à luz da Constituição. Não fugiremos do art. 85 e não usaremos a Constituição como subterfúgio que represente violação do Estado Democrático de Direito.

Apoiamos as investigações de corrupção, mas defendemos que elas sejam feitas observando-se o devido processo legal e respeitando-se os direitos e as garantias individuais, conquista fundamental do povo brasileiro na Constituição de 1988. Queremos a investigação de todos sem seletividade, sem poupar alguns, sejam eles de partidos da base do Governo, sejam eles de partidos da Oposição.

Por fim, Sr. Presidente, cabe reiterar que a Rede, até às 3 horas da manhã de hoje, ficou reunida com a sua executiva, com os seus porta-vozes, com grande parte



de seus Parlamentares. Não há consenso ainda sobre a posição que a Rede vai tomar. Há Parlamentares contrários ao *impeachment*, há Parlamentares favoráveis ao *impeachment*. Essa posição será ainda fechada pela Rede. Não corresponde à verdade dizer que foi fechada a posição favorável, e eu quero restabelecer a verdade, porque participei da reunião que ocorreu ontem, e cumpre-me dar a todos essa informação.

Vamos para a Comissão Especial com a determinação de cumprir a Constituição, cumprir a Justiça e respeitar o povo brasileiro.

Obrigado.

O SR. RONALDO FONSECA - Sr. Presidente, pela Liderança do PROS.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSOL, vota "sim", Sr. Presidente.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (PPS-SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PPS vota "sim", no painel.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Eu vou ceder, ao fim, aos que estão aqui para voto.

Como vota o PMB? (*Pausa.*)

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSOL vota "sim", no painel.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Sim.

Como vota o PMB? (*Pausa.*)

O PCdoB também vota "sim", no painel.

Como vota o PMB? (*Pausa.*)

Como vota o PROS?



O SR. RONALDO FONSECA (Bloco/PROS-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu informo que, até esta data, o PROS estava sendo liderado pelo Deputado Hugo Leal, que conduziu o PROS de forma muito competente, muito séria. Mas, pela vontade dos meus pares, eu fui conduzido à Liderança do partido. Vamos, a partir de agora, conduzir os destinos do PROS neste momento tão especial da nossa Nação.

O PROS tem duas vagas de titulares e duas vagas de suplentes. Estão indo para a Comissão o Líder do partido e o Deputado Eros Biondini, como titulares, e os Deputados Odorico Monteiro e Toninho Wandscheer, como suplentes.

Quero parabenizar V.Exa. por abreviar esse tempo em que o Brasil está sofrendo, essa dor que o Brasil está sofrendo. É hora de nós tomarmos uma decisão e de conduzirmos esse processo de forma muito serena, muito competente. E acredito que assim será.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Como vota o PSC, que havia pedido também?

O SR. ANDRE MOURA (Bloco/PSC-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, pedia a palavra para também deixar registrado que nós, do PSC, entendemos que este é um momento histórico e que esta é uma das sessões históricas que teremos até a conclusão desse processo que se inicia na tarde de hoje.

Sr. Presidente, o entendimento de toda a bancada do PSC é de que nós vamos, acima de tudo, trabalhar todo esse processo com muito bom senso, com muita serenidade, mas vamos, acima de tudo, contribuir para passar o Brasil a limpo.



Nós vamos trabalhar e agir durante todo esse processo de *impeachment* que se inicia hoje da maneira que o povo brasileiro exige de nós Parlamentares, homens públicos que aqui estamos para contribuir para que este Parlamento mostre que está em sintonia e que está ouvindo o clamor que vem das ruas; clamor espontâneo de um povo que não aguenta mais ver tanta corrupção, que não aguenta mais ver a política econômica equivocada desse Governo que aí está e que, obviamente, não aguenta mais ver tanta impunidade.

O povo acompanha, por exemplo, todo esse desfecho da Operação Lava-Jato. Acompanha também tudo o que está sendo veiculado, como a questão do sítio de Atibaia, a questão do triplex, a questão que nós acompanhamos ontem, estarecidos, do grampo do ex-Presidente Lula e dos demais participantes.

Não adianta ninguém querer vir afirmar que isso vai acontecer — tenho certeza de que nós vamos cumprir o nosso papel e aprovar o *impeachment*, para poder salvar e libertar o Brasil — depois com Governadores e Prefeitos. Isso é para quem desvia recurso público, como nós estamos vendo nesse desgoverno que há no Brasil.

Então, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós vamos cumprir aqui o nosso papel de respeitar a Constituição, de trazer a solução que o povo brasileiro tanto espera, de dizer um basta à corrupção deste Governo, que é, sem sombra de dúvidas, o Governo mais corrupto da história do nosso País.

Sr. Presidente, quero dizer, com muita tranquilidade, que nós do PSC orientamos os Deputados a votar “sim”. E estaremos aqui na luta, ao lado do povo brasileiro, para dizer “sim” ao *impeachment*, “não” a Dilma, fora...

(Desligamento automático do microfone.)



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Como vota a Minoria?

O SR. MIGUEL HADDAD (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, o povo brasileiro já externou seu sentimento, já falou o que quer. Cabe à Câmara dos Deputados, ao Congresso, neste momento, viabilizar o desejo de todos os brasileiros, que é o *impeachment*. Não há a menor dúvida de que esse é o sentimento das ruas. A iniciativa não é do Congresso; é da população. As pessoas reivindicam, as pessoas pedem o afastamento da Presidente Dilma.

Embora o Executivo, a Presidente Dilma, o ex-Presidente Lula e todo o seu partido não se sensibilizem e tentem se manter à frente do poder, a qualquer custo, a população já disse as razões pelas quais foi à ruas. E continuará, no dia de hoje e nos próximos dias, não só acompanhando, mas também se movimentando e pedindo o desligamento, o afastamento da Presidente Dilma. Esse é o nosso compromisso. Nós temos que ser o instrumento para viabilizar esse processo.

Sr. Presidente, o Governo tenha essa medida, a de se manter, isso tem um custo altíssimo para toda a população brasileira. Eu tenho ouvido aqui um pouco as falas e gostaria que aqueles que defendem a permanência da Presidente Dilma explicassem isto às pessoas desempregadas, às pessoas que vão às unidades de saúde e lá não encontram medicamento, aos professores, à população como um todo.

O nosso compromisso é com o País, com as ruas. Acima de tudo, temos que ouvir melhor a população.

Por isso, Sr. Presidente, o nosso voto é “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Como vota o Governo?



O SR. PAULO TEIXEIRA (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, povo brasileiro que acompanha esta sessão do Congresso Nacional, é fundamental dizer que a abertura deste processo de *impeachment* é uma ilegalidade e constitui uma afronta ao Estado Democrático de Direito.

Por que é uma ilegalidade? Porque a abertura desse processo não tem base jurídica. Acusam a Presidente Dilma Rousseff de ter feito pedaladas, o que é um artigo inexistente nos códigos orçamentários brasileiros. Ela não cometeu qualquer crime.

O *impeachment* está na Constituição, mas, no presidencialismo, o *impeachment* só pode acontecer em condições muito específicas: quando há crime de responsabilidade e ofensa à Lei Orçamentária. Aqui não se caracterizam essas práticas para justificar o pedido de *impeachment*.

O Relator do Orçamento, Senador Acir Gurgacz, recomenda a aprovação das contas da Presidente Dilma Rousseff. O PLN 5 regularizou todas as questões postas aqui para esse debate. Portanto, não há base jurídica.

Qual é a razão, então, do pedido? Há duas razões para o pedido. A primeira razão é o inconformismo da Oposição com a derrota eleitoral em 2014. De lá para cá, a Oposição votou para piorar o Brasil neste Congresso Nacional, através da pauta-bomba. De lá para cá, a Oposição falou apenas nesse tema do *impeachment*. Eles estão inconformados!

O segundo motivo é um Presidente que tentou obter voto para não ser processado nesta Casa, chantageando o Governo — porque hoje é réu no Supremo Tribunal Federal.



É por isso querem abrir o *impeachment* contra a Presidenta da República.

Senhoras e senhores, o que nós estamos vivendo aqui hoje é um ataque à democracia brasileira. A pior forma de corrupção é corromper a Constituição Federal, que é fruto de um grande concerto na sociedade brasileira.

Nós estamos vendo retrocessos. Um juiz que quebra o sigilo da Presidenta de República e o divulga; e faz prisões ilegais. Nós estamos vendo o fim do princípio da presunção de inocência. É um retrocesso democrático o que nós estamos vivendo.

Aqueles que foram às ruas no último domingo não votaram neste Governo. Muitos não votaram em ninguém. Inclusive, a Oposição foi vaiada em muitos atos. É uma ação contra a política o que nós estamos vivendo.

Por isso, nós temos que derrotar esse propósito, daqui para frente, para não permitir mais fratura no País, para retomar a agenda de crescimento, combater a corrupção e ampliar os direitos do povo brasileiro.

Não ao golpe! Não a essa tentativa de corromper a Constituição brasileira!

O SR. JHC - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Pois não.

O SR. JHC (PSB-AL. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a questão de ordem tem fulcro no art. 39 do Regimento Interno.

As eleições das Comissões Permanentes vão se dar da seguinte forma:

“Art. 39. As Comissões terão um Presidente e três Vice-Presidentes, eleitos por seus pares, com mandato até a posse dos novos componentes eleitos no ano subsequente, vedada a reeleição.”



Aqui se trata das Comissões Permanentes. Vejamos também o art. 218, que trata das Comissões Especiais:

“Art. 218.....

§ 5º A Comissão Especial se reunirá dentro de quarenta e oito horas e, depois de eleger seu Presidente e Relator, emitirá parecer em cinco sessões (...).”

Então, qual é a questão de ordem, Sr. Presidente? Gostaria de saber quais serão os critérios adotados. Já que o Supremo Tribunal Federal se debruçou no sentido de tratar apenas da eleição da Comissão Especial, da forma como se daria — ou seja, em chapa única —, eu gostaria de saber o procedimento na Comissão Especial, para que não haja um efeito procrastinatório e possamos fazer o trabalho, de modo que o Brasil perceba que esta Casa quer dar as respostas o quanto antes.

Então, gostaria de saber quais serão os critérios: se vamos ter 1º Vice, 2º Vice e 3º Vice-Presidentes — quantos Vice-Presidentes? —; se adotaremos também, da mesma forma, a pluralidade e a representatividade da Minoria ou se os partidos é que irão indicar; e se poderão concorrer também chapas avulsas nessa Comissão.

Então, faço essa questão de ordem ao Presidente da Casa. Talvez não seja o melhor momento para isso, mas, já antecedendo, porque não há um Presidente nessa Comissão Especial, faço essa questão de ordem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Recolho a questão de ordem de V.Exa.



Após a eleição, o nosso critério hoje será o seguinte: faremos uma reunião do Colégio de Líderes às 17 horas. Marcaremos a instalação da Comissão Especial para as 18 horas ou para as 19 horas e, na reunião do Colégio de Líderes, vamos debater o tema.

Quanto à questão de ordem de V.Exa., eu respondo em plenário, em sequência, já que teremos sessão à tarde, se alguma dúvida persistir.

Neste momento, eu recolho a questão de ordem, para que a resposta seja da com maior precisão e não paire qualquer dúvida.

O SR. JHC - Agradeço a V.Exa.



PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. KAIO MANIÇOBA (Bloco/PHS-PE. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero, neste pronunciamento, homenagear o Município pernambucano de Garanhuns, que, em 10 de março, completou mais 1 ano de história.

A Lei Municipal nº 3.946, de 29 de novembro de 2013, instituiu o 10 de março como Dia de Garanhuns, respeitando a data da Carta Régia que mudou o *status* do povoado.

Em 1811, nesse dia, o povoado foi elevado à condição de vila e, desde então, a cidade vem construindo sua trajetória de destaque no agreste pernambucano. Distante cerca de 230 quilômetros da capital, Garanhuns é o nono maior Município daquela unidade federativa — o terceiro maior do interior e o segundo maior da região do agreste —, com população de quase 140 mil habitantes.

Destaco a presença de importantes unidades de educação em Garanhuns, como a Universidade de Pernambuco (UPE) — Campus Garanhuns, a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) — Unidade Acadêmica de Garanhuns e a Autarquia de Ensino Superior de Garanhuns (AESGA), todas responsáveis pela oferta de cursos em nível de graduação e pós-graduação.

Na área cultural, a cidade se destaca pela promoção do Festival de Inverno de Garanhuns (FIG), evento criado na década de 1990 e responsável pela atração de milhares de turistas de todo o mundo, o que consolidou o turismo como atividade principal de toda a região.

Em 2007, foi criado o Festival de Jazz de Garanhuns (FJG), alternativa



tranquila às festas carnavalescas e capaz de atrair mais de 30 mil visitantes, sendo já considerado um dos maiores festivais do gênero de todo o Brasil.

Felizmente, Sras. e Srs. Deputados, muito se produz fora do eixo Rio-São Paulo, tão incensado pela mídia. O próspero Município de Garanhuns atesta essa afirmação com toda certeza.

Citemos alguns de seus filhos ilustres para reforçar a tese: o escritor Luís Jardim, o músico Toinho Alves, a jornalista e ex-Deputada Cristina Tavares. E o mais famoso deles: o cantor, compositor e instrumentista Dominginhos, que começou a carreira com apenas 6 anos de idade!

De posse de sanfona presenteada pelo também pernambucano Luiz Gonzaga, o Rei do Baião, Dominginhos continuou sua caminhada e pôde ver e ouvir suas composições nas vozes de célebres intérpretes.

E é a alegria do povo de Garanhuns que desejamos exaltar na data solene da cidade. Que este aniversário encontre, mais uma vez, cada um dos seus moradores em pleno trabalho de consolidação de sua história, de valores que fortaleçam o indivíduo e de práticas que façam a sociedade crescer como um todo.

Parabéns, Garanhuns, pelo transcurso de tão nobre efeméride!



A SRA. IRACEMA PORTELLA (Bloco/PP-PI. Pronunciamento encaminhado pela oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, apresentei, nesta Casa, o Projeto de Lei nº 4.743, de 15 de março de 2016, para isentar as bicicletas, suas partes, peças e acessórios, do pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados — IPI. É uma proposta para incentivar o uso das bicicletas como meio de transporte no Brasil.

As cidades brasileiras são plenamente adaptáveis à bicicleta. Em nosso País não existem montanhas que dificultem o uso desse tipo de transporte e, exceção feita a algumas épocas do ano, excessivamente quentes em certas localidades, não sofremos restrições climáticas à sua utilização.

O uso da bicicleta como transporte alternativo tem se espalhado por todo o Brasil, conquistando novos adeptos a cada dia. São inúmeras as vantagens. Do ponto de vista financeiro, é uma opção mais barata, pois se deixa de gastar com passagem, gasolina e estacionamento.

Pedalar é uma atividade física excelente, que proporciona vários ganhos: seu uso ajuda a tonificar os músculos das pernas, possibilita a perda de peso, incentiva a correção da postura, melhora a respiração e aumenta o desempenho aeróbico e cardiovascular. O ciclismo também propicia a liberação de substâncias que dão a sensação de bem-estar.

A bicicleta não polui o meio ambiente, não emite gases de efeito estufa e não causa ruído. De quebra, nas grandes cidades, economiza-se tempo no trânsito, proporcionando uma mobilidade urbana mais eficiente com a diminuição dos gigantescos engarrafamentos.

Em vista disso, o presente projeto de lei busca incentivar sua utilização, pelo



que propomos o estabelecimento de isenção do IPI sobre bicicletas, suas partes, peças e acessórios, inclusive pneumáticos e câmaras de ar de borracha.

Buscamos, dessa forma, deixar mais atrativa a produção e a venda de bicicletas, tornando-as mais baratas. Para tanto, contamos com o apoio dos nobres pares do Congresso Nacional para a aprovação da presente iniciativa.

Era o que eu tinha a dizer.



O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Bloco/PTN-TO. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna dizer que o parecer de minha autoria da Medida Provisória nº 709, de 2015, foi aprovado nesta quarta-feira, dia 16, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização — CMO, do Congresso Nacional.

Esta MP abre crédito extraordinário em favor dos Ministérios da Agricultura, da Saúde, da Cultura, do Esporte, da Defesa, da Integração Nacional, do Turismo, da Secretaria da Aviação Civil, da Secretaria de Portos e de transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$1.318.639.330,00

Como o crédito extraordinário é uma modalidade de crédito adicional destinado ao atendimento de despesas urgentes e imprevisíveis, fiz a relatoria priorizando recursos para a saúde e para a agricultura: para a saúde, porque as pessoas estão morrendo nos hospitais pela falta de atendimento; para a agricultura, porque nosso País é essencialmente agrícola e este setor vem segurando nossa economia.

O parecer suprimiu dotações destinadas aos Ministérios do Turismo e do Esporte para realocar essas dotações nas áreas de saúde e de agricultura. Neste momento de crise, precisamos criar alternativas para gerar empregos, renda, ou seja, desenvolver a economia do nosso País. Por isso foi muito importante a aprovação dessa minha relatoria, já que por meio dela conseguiremos recursos para o fomento agropecuário da região do MATOPIBA.

Já a saúde vive um momento difícil. Então, não há nada mais sensato do que colocarmos essas verbas como prioridade. Tenho certeza de que essas medidas trarão resultados para o País, beneficiando os cidadãos, que realmente utilizam o



Sistema Único de Saúde — SUS.

Sr. Presidente, peço que este discurso seja dado como lido e publicado nos meios de comunicação desta Casa e no programa *A Voz do Brasil*.



O SR. MARCOS ROTTA (Bloco/PMDB-AM. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de agradecer, sinceramente, a oportunidade de me pronunciar. Venho a esta tribuna denunciar a suspensão de voos que conectam Manaus a Fortaleza, Boa Vista, Rio de Janeiro, Brasília, Lisboa e Miami. A Capital do Estado não foi a única prejudicada pela diminuição de voos. No interior, cidades como São Gabriel da Cachoeira, Coari e Eirunepé também tiveram suas frotas aéreas reduzidas.

A interrupção de parte do atendimento pelas companhias aéreas TAM, Azul e TAP, sob o argumento de ajustes ao atual cenário brasileiro, conforme retratou a imprensa, resultará em inúmeros transtornos aos usuários, além de prejuízos ao turismo e à economia não só do Amazonas, mas de toda a Região Norte.

Manaus é o principal polo comercial, industrial e financeiro da Amazônia Legal. A Capital amazonense está situada no centro da Região Amazônica brasileira. Essa localização privilegiada facilita a interligação com o exterior, tornando Manaus a principal porta de entrada para o turismo internacional, nacional e, sobretudo, de negócios para a Região Norte, pela diversidade de atrações turísticas da riqueza natural e das intensas atividades culturais.

O setor aéreo apresenta destacada contribuição para o desenvolvimento e crescimento sustentado do País. De fato, as viagens aéreas, além de desempenharem um papel reconhecido na integração nacional e no estímulo dos negócios entre as regiões, também promovem a inserção internacional do Brasil e dos brasileiros nos fluxos comerciais e culturais, e o Estado do Amazonas não pode ficar prejudicado por uma decisão que vem causando transtorno aos consumidores e às atividades econômicas.



Pelas razões aqui explicitadas, oficiei à Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e à Secretaria Nacional do Consumidor, para que analisem as possíveis providências nesses casos. As empresas agiram de forma questionável, ao não levarem em consideração os interesses dos usuários e da região. Sugeri também à bancada do Amazonas no Congresso a realização de uma reunião para tratarmos do assunto. Defendo uma ação política firme, em defesa do consumidor, da economia do Estado do Amazonas e de toda a Região Norte.

Era o que tinha a dizer.



O SR. PR. MARCO FELICIANO (Bloco/PSC-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com grande honra que uso desta tribuna num momento histórico para a Nação Brasileira, onde a quase unanimidade do povo exige a saída da Presidente da República, Sra. Dilma Rousseff.

Gostaria imensamente que isso não estivesse acontecendo. Nosso povo já tão sofrido não merece tamanho aborrecimento, mas a maturidade de nossas instituições faz com que todo o processo político ocorra na mais perfeita normalidade jurídica e institucional.

Espero que a Presidente Dilma se desculpe com o Presidente Obama pelo fato de ter cancelado viagem e estremeado as relações com os Estados Unidos, por suspeita de grampo telefônico e espionagem por parte dos serviços de informação daquele país para conosco, agora que ficou provada a fragilidade com que nosso Governo trata as comunicações de Estado, caindo numa interceptação telefônica durante conversa com o ex-Presidente Lula.

O mais emblemático da divulgação por parte do Juiz Sérgio Moro das conversas interceptadas foi a avaliação da faixa etária e do horário apropriado, pois o diálogo entre duas pessoas da importância política da atual e do ex-Presidente da República tem expressões chulas, que tiveram de ser suprimidas para poderem ser divulgadas pela imprensa.

Causou indignação em todo o Brasil o descaso com que o Governo tem tratado as questões de Estado, como se se tratasse de um feudo petista convidando o ex-Presidente, que está sendo investigado pela Operação Lava-Jato, para ocupar o Ministério da Casa Civil, com isso maculando a magnitude do cargo.



Finalizo pedindo a Deus que ilumine as autoridades responsáveis constitucionalmente para iniciar o processo de *impeachment* e, se for a vontade da maioria, encerrar esse triste capítulo da nossa história, e que derrame as mais especiais bênçãos dos céus sobre o povo brasileiro.



O SR. SANDES JÚNIOR (Bloco/PP-GO. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em meio à turbulência política por que passa a Nação, não podemos deixar de nos preocupar e falar sobre a grave questão de saúde pública que aflige o País neste instante. Refiro-me ao necessário esforço para combatermos o mosquito transmissor de tantos males e que preocupa o Brasil e o restante do mundo.

Sobre esta questão, parablenzo o Ministério do Desenvolvimento Social por informar a realização de uma ação concentrada em Estados do Nordeste brasileiro, principal foco de bebês com microcefalia. Serão realizadas visitas a famílias de 4.976 bebês com suspeita de má-formação do cérebro. A intenção é confirmar, ou não, as suspeitas até o momento existentes. A ação humanitária receberá recursos da ordem de quase 11 milhões de reais para ser executada.

A identificação e a localização dos recém-nascidos serão feitas por profissionais do Sistema Único de Saúde e os profissionais da Assistência Social. A busca abrangerá 745 recém-nascidos com diagnóstico inicial de microcefalia e mais 4.231 bebês ainda sob a suspeita de malformação do cérebro e cuja suspeição deixam aflitas milhares de mães e familiares desses brasileirinhos e brasileirinhas.

A portaria interministerial que estabelece a Estratégia de Ação Rápida para o Fortalecimento da Atenção à Saúde e Proteção Social das Crianças com Microcefalia prevê que seja feita a busca ativa de todos os casos em investigação ou confirmados de microcefalia até agora, com o encaminhamento para os serviços de reabilitação no prazo de 60 dias. O plano busca ainda oferecer às crianças e às suas famílias proteção social e instrução para solicitação do Benefício de Prestação Continuada.



Para assegurar que esses bebês passarão pelos exames necessários para garantir o diagnóstico preciso, o Governo Federal vai custear os gastos com transporte, acomodação e alguns procedimentos médicos iniciais. Cada família com criança com suspeita de microcefalia receberá 2.200 reais para bancar essas despesas. Esses recursos, necessários à ação, o Governo Federal vai repassar aos Estados, que, por sua vez, irão transferir o dinheiro às famílias. Nos casos em que houver confirmação da má-formação, o recém-nascido será encaminhado para tratamento especializado e reabilitação.

Feito o diagnóstico e comprovada a microcefalia naquela criança, as famílias de perfil de baixa renda portadoras de um laudo atestando a microcefalia do bebê serão orientadas a requerer o Benefício de Prestação Continuada. Criado pela Constituição de 1988, o Benefício de Prestação Continuada é transferido mensalmente a pessoas idosas e pessoas com deficiência com renda familiar mensal menor que um quarto do salário-mínimo.

Esse é um momento bastante importante na construção de uma política pública de atenção a essas famílias, tanto às famílias com bebês com suspeita como para aquelas que já possuem o diagnóstico. É mais um passo na construção de uma agenda de atenção integrada em assistência social e saúde.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.



O SR. HERMES PARCIANELLO (Bloco/PMDB-PR. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em meio à tempestade que sacode a política desta gigante Nação, a pequena, mas promissora Rancho Alegre D'Oeste, no interior do Paraná, amanheceu muito triste com a perda de seu líder maior: o Prefeito Valdinei Peloi.

Peloi vinha lutando bravamente contra a morte, e estava vencendo. Venceu-a em várias contendas quando sua enfermidade se agravava. Mas nesta manhã Valdinei cedeu, pois quem o chamava era o Senhor Deus Pai Todo Poderoso.

Peloi cansara de lutar, e o Misericordioso freou seu sofrimento e abreviou sua partida. E não é só a pequena, bela, justa e aconchegante Rancho Alegre D'Oeste que lamenta. É todo o interior do Paraná e também sua Capital. Os sinos dobram por Valdinei em Goioerê, minha cidade natal, onde Valdinei foi Vereador e presidiu a Câmara Municipal.

Logo mais adiante, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vou registrar sua incomensurável e honrosa biografia. Os sinos dobram na Grande Curitiba; os sinos dobram em todos os 399 Municípios do Paraná e dobram, como mirificamente escreveu Ernest Hemingway, pelos quatro cantos da Terra e por toda a humanidade, e nela o nosso inesquecível e já saudoso Valdinei Peloi marcará com honra e orgulho o seu posto de benfeitor.

Perco não um aliado de minha luta parlamentar. Perco um grande e fraternal amigo de quase 50 anos, pois fomos contemporâneos em Goioerê e Rancho Alegre D'Oeste, que daquele Município fazia parte.

Valdinei Peloi é um dos políticos mais vencedores de toda a região, com 7 mandatos e 32 anos de vida pública, que seriam completados ao término deste seu



atual mandato de Prefeito de Rancho Alegre D'Oeste.

Dada a exiguidade do tempo, deixarei para enumerar seu extraordinário legado familiar e político em outra oportunidade, pois farei o registro em seguida de sua biografia, antes, porém, pedindo à Mesa que registre nos Anais da Câmara Federal os mais profundos sentimentos, ao tempo em que me uno à sua família no sofrimento e no desconforto que se lhe abate, hipotecando profunda solidariedade de quem será eternamente grato por tudo que Valdinei fez em defesa das lutas deste Parlamentar e sobretudo pela população de Rancho Alegre D'Oeste, de Goioerê e do Paraná.

Peloi foi vereador por Goioerê por três legislaturas (1977-1982; 1983-1988 e 1989-1992). Com a emancipação política de Rancho Alegre D'Oeste, ele foi Prefeito por quatro mandatos (1996-2000; 2001-2004; 2009-2012 e 2013-2016).

Sempre atuante como vereador, foi Presidente da ACAMDOZE — Associação dos Municípios da Microrregião Doze. Por três mandatos foi Presidente da COMCAM — Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão e Secretário da AMP — Associação dos Municípios do Paraná.

Valdinei Peloi nasceu aos 4 dias do mês de novembro de 1950, no Município de Itajobi, no Estado de São Paulo. Era filho de Mário Peloi e Helena Zuquini, casado com a Sra. Maria Vilma Alves Peloi, tendo uma filha, Viviane Alves Peloi.

Valdinei concluiu o primário em Arapuan, Município de Janióplis, no Estado do Paraná. Coursou o ensino fundamental no Colégio Ribeiro de Campos, e o ensino médio, curso técnico em Contabilidade, no Colégio Maria Gonçalves de Almeida, ambos em Goioerê, no Estado do Paraná. Concluiu o ensino superior de Ciências Econômicas (Economia) nas Faculdades Integradas de Marília, hoje UNIMAR, no



Estado de São Paulo.

Valdinei foi funcionário público municipal de Goioerê, além de agricultor e empresário no ramo de transportes de cargas. Exerceu também o cargo de serventuário da Justiça, oficial titular do Cartório de Registro Civil e Tabelionato Peli de Rancho Alegre D'Oeste, aprovado em concurso público estadual.

Peli ingressou na vida pública em 1976, quando foi eleito ao cargo de Vereador pelo Município de Goioerê, Paraná, representando o Distrito de Rancho Alegre, sendo reeleito em 1982. Foi o candidato mais votado na reeleição em 1988. Foram 16 anos como vereador, sendo três mandatos, dois mandatos de 6 anos e um mandato de 4 anos. Em todos os mandatos foi eleito Presidente da Câmara Municipal de Goioerê.

Em 1996, foi eleito Prefeito Municipal de Rancho Alegre D'Oeste. Reeleito em 2000, permaneceu no cargo por 8 anos. Durante todo o período que exerceu cargos públicos, tanto no Legislativo, como no Executivo, o fez com muita dedicação e responsabilidade, sempre defendendo com todas as forças Rancho Alegre. Graças ao seu trabalho como vereador do então Distrito de Rancho Alegre D'Oeste, entre tantas obras e melhorias, conseguiu, junto à Assembleia Legislativa e ao Governo do Estado do Paraná, aprovar a lei que criou o Distrito Administrativo e Judiciário, com o nome de Rancho Alegre D'Oeste.

Como destaque, também conseguiu o asfalto para a estrada que liga Rancho Alegre D'Oeste a Goioerê e Juranda, primeiro passo para sua emancipação política. Como Prefeito de Rancho Alegre D'Oeste, reconstruiu o Município tanto em obras como em atendimentos nas áreas de saúde, educação, moradias, estradas rurais, área social, enfim, atendendo a todos os segmentos. Durante o período em que



exerceu os cargos públicos, no Legislativo e no Executivo, todas as contas foram aprovadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Sempre cumpriu seus compromissos, e por este motivo estava apto e com condições de novamente exercer o cargo de Prefeito Municipal de Rancho Alegre D'Oeste, sempre com o apoio da população.

Era o que tinha a dizer.



O SR. VINICIUS CARVALHO (Bloco/PRB-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, fortes chuvas registradas nos dias 10 e 11 causaram mortes e destruição em dezenas de Municípios paulistas. Quero aqui manifestar minha solidariedade aos familiares das vítimas e a todas as pessoas de alguma forma prejudicadas, ao mesmo tempo em que lamento a inércia do Poder Público na prevenção de danos decorrentes de tragédias naturais.

As chuvas intensas começaram na noite de quinta-feira, dia 10, e se estenderam pela madrugada do dia 11, principalmente na cidade de São Paulo, região metropolitana e região de Campinas. Na capital, por exemplo, apenas nesse período, choveu 40% do esperado para todo o mês de março.

O Município mais afetado foi Mairiporã, na Grande São Paulo, onde deslizamentos de terra atingiram residências no bairro Parque Náutico. Houve vários desabamentos parciais de moradias, causando a morte de 10 pessoas e ferimentos em mais 12, segundo informações da Defesa Civil.

Avisado pela Presidente da Associação Espaço da Mulher, Milza Mil, estive ainda no dia 11 em Mairiporã. Fui levar minha solidariedade à população e me colocar à disposição para atuar junto ao Governo Federal visando a obter ajuda para o Município, que já pediu ao Estado a homologação do decreto de situação de emergência. Conversei a respeito com o Prefeito Márcio Pampuri e ainda com representantes da Defesa Civil e do Corpo de Bombeiros.

Também as Prefeituras de Franco da Rocha, Francisco Morato, Caieiras, Santa Isabel, Tatuí e Itatiba decretaram situação de emergência, diante dos problemas provocados pelas chuvas. Pelo menos outras 32 cidades sofreram prejuízos.



Conforme os dados oficiais, 25 pessoas morreram em consequência das chuvas, 24 ficaram feridas, uma continuava desaparecida três dias depois, mais de 3 mil pessoas foram desalojadas e mais de mil ficaram desabrigadas.

Esses números certamente não refletem nem amenizam a dor das pessoas que perderam familiares e tiveram suas casas destruídas, mas demonstram a gravidade do que ocorreu e alertam para a necessidade de mais cuidados preventivos por parte das administrações locais e do Governo Estadual.

Chuvas fortes são fenômenos naturais e não podem ser evitadas. Mas os deslizamentos de terra, os desabamentos, as quedas de árvores e barreiras, entre outros, podem ser previstos se houver um monitoramento permanente dos locais de risco, das construções em encostas de morros, das ocupações irregulares.

É preciso dar muita atenção a isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, para que não se tenha, a cada chuvarada, novas mortes a lastimar.

Mais uma vez, expresso minha solidariedade aos atingidos e me coloco à disposição de todos os Municípios para apoiá-los na reivindicação de recursos que possam minorar os danos à população.

Muito obrigado.



O SR. PROFESSOR VICTÓRIO GALLI (Bloco/PSC-MT. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a discussão política tem se tornado recorrente, seja no ambiente de trabalho, em casa ou nas rodas de amigos, devido às seguidas matérias jornalísticas a respeito dos desdobramentos da Operação Lava-Jato, que tem revelado um esquema de corrupção sistêmico em nosso País, envolvendo os nomes das maiores autoridades nos últimos 13 anos.

A indignação do povo com a política também é traduzida nos altos níveis de rejeição popular do Governo Federal. Estamos vendo uma desaprovação recorde do atual comando político do Brasil. A Presidente da República não tem a confiança da maioria dos brasileiros. Estive presente no manifesto do último dia 13 de março, o maior da história, quando quase 7 milhões de brasileiros foram às ruas para demonstrar sua completa insatisfação com a Presidente da República e seu Governo.

Quando buscamos índices de credibilidade popular nas instituições brasileiras, as instituições políticas estão na lanterna, com exceção da Igreja, que é apontada como a instituição de maior credibilidade pela população.

Realizando uma análise justamente do público que frequenta as igrejas cristãs, independente da denominação, nós nos deparamos com o paradigma: o cristão e a política.

Existiria algum impedimento ao cristão de se envolver com política, devido a vivermos em um país laico? Deveria o cristão manifestar o seu direito por políticas públicas que preservassem seus valores e princípios?

Dentro desta ótica, busco respostas no manual de vida e conduta de todo



cristão, que é a Bíblia, para compreender qual o posicionamento correto diante de inevitável discussão.

O que normalmente sustenta a interpretação errônea de que o cristão não deve se envolver com política fundamenta-se em passagens analisadas superficialmente, ou até mal interpretadas, não contextualizadas.

Recorro à parábola de Cristo sobre sermos em todos os lugares *“luz do mundo e sal da terra”*. Todos os que estamos ligados a Cristo estamos na luz, e a sua luz resplandece através das nossas boas obras, assim como o espelho reflete a imagem de Cristo que somos, dizendo, em Mateus 5.14-16:

“14. Vós sois a luz do mundo. Não se pode esconder uma cidade situada sobre um monte;

15. Nem os que acendem uma candeia a colocam debaixo do alqueire, mas no velador, e assim ilumina a todos que estão na casa.

16. Assim resplandeça a vossa luz diante dos homens, para que vejam as vossas boas obras, e glorifiquem a vosso Pai, que está nos céus.

É essencial para todos cristãos se envolver com política, para que justamente as trevas que têm encoberto a corrupção sejam reveladas, porque o ser humano é um ser político. Então, ou se envolve de forma a iluminar e tornar o sistema incorruptível e transparente, ou será envolvido pelos efeitos de tudo aquilo que na escuridão se tem produzido.



VI - ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 042.2.55.O
Data: 17/03/2016

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 5185

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - **COMPARECEM MAIS OS SRS.:**



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 042.2.55.O
Data: 17/03/2016

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 5185

DEIXAM DE COMPARECER OS SRS.:



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Encerro a sessão, convocando a 2ª Sessão Deliberativa Extraordinária para hoje, quinta-feira, dia 17 de março, às 15h03min, com a seguinte

ORDEM DO DIA



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 042.2.55.O
Data: 17/03/2016

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 5185

(Encerra-se a sessão às 15 horas e 02 minutos.)